

AGOSTO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Trabalhadoras domesticas precisam de protecção	1
1.2	E tudo considera “Angola pais pobre mais rico do mundo”	2
1.3	Pobres usam filhos para a busca de receitas	3
1.4	Pobres usam filhos para a busca de receitas	4

2 MICROFINANÇAS

2.1	Crédito agrícola de investimento chega ao Chitato	5
2.2	Credito de campanha previsto para este mês	7
2.3	Vendedores ambulantes inundam ruas de discos piratas	7
2.4	Camponeses do alto zambeze são beneficiados com credito	8
2.5	Abertura de conta bancaria baixa para 100 kwanzas	8
2.6	Sob o “dorso” dos kupapatas	9
2.7	Regulamentar: o que eles querem	10
2.8	Três mil mulheres no uije vão reber creditos do banco sol	11
2.9	Administrtração cria mercados rurais para promover o comercio no campo	11
2.10	Avaliação apoio do estado á mulher empreendedora	12
2.11	Longe dos escritorios e papeladas, a rua, aescova e a espuma	12
2.12	Banco bai miicro finanças abriu agencia	13
2.13	Politica cambial do BNA traz inumeras vantegens	13
2.14	Credito agricolas de campanha chega ao tomboco	14
2.15	Roboteiros continuam marinalizados	14
2.16	Mototaxistas estrangeiros atrofiam Luanda	15
2.17	Kupapatas ganham mercado em ndalatando	15
2.18	Medidas sobre redução do valor minimo foi destacada pelos cidadãos de Luanda	17
2.19	Bankitapode ser projecto inclusivo	18
2.20	Abertura simplificada de conta bancaria	18
2.21	Serviços na baixa fechados aos domingos	19
2.22	Colocação de agências bancarias em mercados oficiais de Luanda	20
2.23	Produto bancario lançado pelo bna é vantajoso para comunidades rurais	20
2.24	Bai micro finanças com carteira de 10 milhões de dólares para crédito	21
2.25	Colocação de agências bancarias em mercados oficiais de Luanda	22

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Vendedores ambulantes inundam ruas de discos piratas	23
3.2	Sob o “dorso” dos kupapatas	24
3.3	Regulamentar: o que eles querem	25
3.4	Administrtração cria mercados rurais para promover o comercio no campo	26
3.5	Avaliação apoio do estado á mulher empreendedora	26
3.6	Longe dos escritorios e papeladas, a rua, aescova e a espuma	27
3.7	Mercados paralelos multiplicam-se em Luanda	27
3.8	Roboteiros continuam marinalizados	28
3.9	Mototaxistas estrangeiros atrofiam Luanda	29
3.10	Serviços na baixa fechados aos domingos	29

4 OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Gestores preparam proposta de oge	31
-----	-----------------------------------	----

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Modelo de gestão é aplicado nas futuras autarquias	32
5.2	Politica do executivo	34
5.3	Estima-se que o país possui 20 milhões de habitantes	34
5.4	Chefe de estado exonera governador de Luanda	34
5.5	Vende ilegal de terrenos agrícolas penalizada por autoridades locais	35
5.6	Administrador do cazenga pede vigilância à população	36
5.7	A passagem de zé maria pelo governo foi efêmera	36
5.8	Reacções à volta da exoneração do governador de Luanda	37
5.9	Governo Angolano nega vistos de entrada aos cidadãos da sadc	38
5.10	Novo governador de Luanda apresentado aos funcionários	38
5.11	Ex-governador pode ir a tribunal	39
5.12	Sociedade deve mobilizar-se em BPV e ODP	39
5.13	Administrador contra mpla	40
5.14	Apartamentos à venda a partir de hoje	41
5.15	Ranca construção de casas sociais nos municípios da chibias e cacula	43
5.16	Casas da nova centralidade do kilamba não são para pobres	43
5.17	Crianças apresentam preocupações aos dirigentes de Luanda	44
5.18	“Muitas igrejas vivem na ilegalidade”	44

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Requalificação vista ao binóculo	46
6.2	Projecto de construção de moradias é lançado na província do huambo	46
6.3	Cofre da polícia quer construir 30 prédios pelo país	47
6.4	Bastonario defende reforço da legislação sobre a terra	47
6.5	Desespero de um sobrevivente	48
6.6	Apartamentos custam entre 69 a 115 mil dólares	48
6.7	CFL vende imóvel a 20 mil dólares na vila alice	49
6.8	Herdeiros sem herança	50
6.9	Estudantes investigam a estrutura social e urbano do bairro chicala	51
6.10	No âmbito do programa nacional de habitação	51
6.11	Apartamentos são postos à venda	52
6.12	Quando as expectativas se viram para a nova centralidade do dundo	53
6.13	Requalificação do bairro operário inicia com a construção de edifícios	53
6.14	Início de venda de casas mobiliza muitos jovens	54
6.15	Precários das casas da cidade do kilamba fixados entre os 125 e 200 mil dólares	55
6.16	Nova centralidade de saurimo criada com edifícios modernos	56
6.17	Nova centralidade de saurimo criada com edifícios modernos	56
6.18	Sistema detecta dupla inscrição de candidatos à compra de casa	57
6.19	Arranca construção de casas sociais nos municípios da chibia e cacula	57
6.19	Há quem repense os critérios	58
6.20	Nova centralidade pronta em 2012	59
6.21	As casas da cidade de kilamba já começaram a ser comercializadas	60
6.22	Estado requisita casas do kilamba	60
6.23	Mais de seis mil casas em dezembro	61
6.24	Preços desmoralizam jovens Angolanos	61
6.25	Odebrecht já investiu usd 1000 milhões no sector imobiliário nacional	62
6.26	Kilamba: preços assustam cidadãos	64
6.27	Nova centralidade pronta em 2012	65
6.28	Segunda fase da construção começa este mês	66

6.29	Ocupação anárquicas de terrenos preocupa autoridades da Ganda	67
6.30	Adiada a transferência de cidadãos que estão a viver em zonas de risco	67
6.31	Burocracia causa enchentes nos postos de atendimentos	68
6.32	Presidente lança projecto de casas sociais	69
6.33	Presidente lança projecto de casas sociais	70
6.34	Cidadãos recebem lotes para autoconstrução	71
6.35	Huíla fornece moradias pre-fabricadas às províncias do Namibe e Benguela	72
6.36	Habituação e generosidade	73

7 TERRA

7.1	Casa abeira da linha-férrea preocupa governador	74
7.2	Historial do bairro	74
7.3	Municípios aguardam ansiosos	75
7.5	Administradora acusada de usar arma de fogo	75
7.6	Militar mata cidadão na disputa de terreno	76
7.7	Oficial das FFA invade propriedade e desafia justiça	77
7.8	50 Casas abaixo	78

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Habitantes do município do Cavango passaram a consumir água potável	81
8.2	Programa “água para todos” chega a milhares no Bailundo.	81
8.3	Nova operadora em acção no Kilamba Kiaxi	82
8.4	Municípios do Prenda clamam por água potável	82
8.5	Habitantes da Cahama com água potável	83
8.6	Programa “água para todos” chega à localidade do Kinge	84
8.7	Modalidades de protecção social debatidas na cidade de Benguela	84
8.8	Água ainda não é para todos	84

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Governos provinciais são chamados a promover lei que reprime violência	86
9.2	Mulheres vítimas de violências sexual apresentam mais problemas mentais	86
9.3	Mulheres comunitárias formadas em liderança	86
9.4	Mulheres em sessões sobre a lei	87
9.5	Participação da mulher do meio rural em actividades sociais é muito baixa	87
9.6	Lei sobre violência doméstica: sociedade chamada a denunciar	88

10 AMBIENTE

10.1	Projecto de construção de mini-hídricas leva a luz a meio milhão de casas	90
10.2	Programa sobre saneamento é lançado nas comunidades	90
10.3	Administração do Cacuaco tem plano de contingência	91
10.4	Chuvas, o grande fiscalizador das obras	91
10.5	Plano para protecção ambiental lançado em Luanda	92
10.6	Angola vai ter sistema de alerta contra as calamidades naturais	93
10.7	Rangel prepara condições para evitar as inundações	94
10.8	Chuva a caminho e estradas debilitadas	94

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Trabalhadoras domésticas precisam de protecção

Jornal de Angola
04 de Agosto de 2011

Todos os dias logo pela manhã deixam as suas casas para cuidar as casas dos outros. São as trabalhadoras domésticas, grandes auxiliares de outras mulheres. Cuidam de famílias e dos lares. Cozinham, engomam, lavam roupa e cuidam das crianças. São eficientes donas de casas mas nem sempre encontram no seu humilde ofício a recompensa pelo muito que fazem.

Acordam cedo e andam quilómetros a pé ou nos táxis dos candongueiros. Durante a semana têm apenas um dia de folga. Não têm direito a subsídio de férias ou subsídio de Natal e os patrões não as registam na Segurança Social. Muitas perdem o emprego quando faltam por razões de saúde ou problemas familiares.

Flávia Contreiras trabalha como empregada doméstica há dez anos. Durante este período Flávia teve dois filhos e sempre teve o apoio da patroa. Para além da licença de parto, tem férias, subsídio de férias e décimo terceiro mês. Ela é uma excepção no universo das empregadas domésticas.

Flávia tem 32 anos, mas trabalha desde a adolescência. As regalias garantidas pela patroa levam-na a reflectir quando pensa em mudar de emprego: “já pensei até em deixar de trabalhar para desenvolver um negócio. Mas por aquilo que tenho beneficiado nem me atrevo a mudar. Tenho uma patroa amiga em quem eu posso confiar”.

Desde que conseguiu este emprego nunca mais se desligou da patroa: “ela quando está em casa ajuda-me nas lides da casa, não depende só de mim”, desabafa.

Flávia disse que a questão da Segurança Social já foi abordada pela própria patroa e explicou-lhe as vantagens e as garantias que o sistema dá a quem trabalha e às famílias das trabalhadoras domésticas.

Rita Augusto, de 26 anos, natural de Benguela, mudou para Luanda à procura de melhores condições de vida. Já teve seis empregos. Os salários pagos às empregadas domésticas são baixos e os direitos nulos. Começa a trabalhar às 7h30 numa casa de dois quartos. A jovem limpa tudo, trata da roupa e cozinha para os patrões.

Uma actividade diária que nem lhe permite tratar de si: “fico sem tempo para nada”. Rita ganha mal e nem sequer recebe um subsídio para o transporte, mas sendo pouco “é um dinheiro que me ajuda, mas acho que pelo que faço podia ser melhor”.

Rita desde que é trabalhadora doméstica nunca gozou férias e sempre que esteve grávida foi obrigada a abandonar o trabalho: “as patroas não aceitam, porque dizem que é muita responsabilidade para elas”.

Mãe de duas crianças, Rita Augusto não se lembra do dia em que tenha chegado cedo a casa para tratar de seu próprio lar: “trabalho até sábado e chego sempre cansada”.

Trabalho com valor

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, disse à nossa reportagem que a luta pela promoção, dignidade e integração da mulher passa por todos os sectores da sociedade, inclusive as trabalhadoras domésticas: “todas as mulheres têm de estar integradas neste processo. O que seria de nós sem as trabalhadoras domésticas?”, perguntou a ministra.

Genoveva Lino disse que o processo de desenvolvimento e integração da mulher só é possível graças às trabalhadoras domésticas: “nós saímos de casa para trabalhar e por conseguinte as trabalhadoras domésticas tratam das nossas casas e das nossas famílias”.

A ministra lembra que as empregadas domésticas têm direitos iguais aos dos outros trabalhadores: “o trabalho doméstico, apesar de não constar nas estatísticas económicas, é uma actividade com muito valor. Em muitos países desenvolvidos, basta a mulher cuidar da casa para receber um subsídio”.

Isso, disse a ministra, mostra que I os países só se desenvolvem se todos participarem. Genoveva Lino disse que Angola ratificou a convenção que prevê medidas contra todas as formas de discriminação da mulher: “é importante que as trabalhadoras domésticas sejam remuneradas de uma forma justa pelos serviços que prestam”. E pediu o fim “da discriminação contra estas mulheres”.

A ministra aconselhou as trabalhadoras domésticas a irem à escola: “as empregadas domésticas devem saber ler e escrever para melhor desempenharem as suas funções”.

Zungueiras organizadas

A ministra da Família e Promoção da Mulher revelou que está em caso um estudo para organizar o comércio informal. O Ministério da Família e Promoção da Mulher e os Governos Provinciais querem garantir que o trabalho informal seja exercido sem qualquer problema: “o comércio informal nunca deixará de existir,

mas é importante que haja dignidade e controlo”, disse Genoveva Lino. Por isso vão ser criados espaços para a venda informal.

Referindo-se às vendedoras de “bombô com ginguba” disse que em vez de estarem expostas à poeira vão ter tendas e mesas para que os produtos sejam bem preparados e servidos aos clientes”. O novo sistema prevê a emissão do “cartão de vendedor ambulante” e um certificado de sanidade.

Regulamentação da actividade O regulamento da actividade do trabalho doméstico aguarda a sua apreciação pelo Conselho de Ministros. Quando entrar em vigor, a actividade é reconhecida e vai permitir que as trabalhadoras tenham um horário de trabalho, férias e Segurança Social.

A informação foi divulgada pela presidente da Comissão das Mulheres Sindicalizadas, Maria Fernando de Carvalho, que considerou que a regulamentação da actividade vai permitir que o trabalho doméstico seja mais valorizado e respeitado.

“O regulamento do trabalho doméstico é um direito que cabe às empregadas e permite também disciplinar a relação entre patrões e trabalhadores”

Relativamente às mulheres zungueiras, Maria de Carvalho disse que é uma actividade difícil de acabar, mas pode ser organizada com a criação de mercados ou espaços onde elas possam desenvolver as suas actividades com maior higiene e segurança.

Maria Fernando de Carvalho considerou trabalho doméstico toda a actividade desenvolvida dentro do lar, como segurança, cozinheira, engomadeira ou limpeza.

Homenagem merecida

O Comité da Mulher Sindicalizada homenageou domingo último as trabalhadoras domésticas e as zungueiras. Maria de Carvalho disse que está em marcha um movimento reivindicativo para exigir condições de trabalho às zungueiras e para que todas as pessoas que trabalham no sector informal possam futuramente beneficiar da Segurança Social.

“O Executivo deve criar condições para a extensão da protecção social a todos os cidadãos e em particular as do sector informal”, disse Maria Fernando de Carvalho. Maria António é zungueira e sentiu-se feliz pela homenagem. Mãe de quatro filhos, desde que começou a actividade de zunga há seis anos, nunca ouviu falar da Segurança Social, mas diz que “se o Governo nos ajudar é muito bom”.

Apesar de lucrar com o negócio é no cansaço que lhe “cai o sofrimento”, porque “tenho de acordar muito cedo, vivo no Grafanil e venho todos os dias trabalhar

para a Baixa”, disse.

Quem também ficou satisfeita com a novidade da protecção social para as trabalhadoras do sector informal foi a florista Balbina Brás. Considera importante tudo o que é feito a favor da dignificação da mulher: “vemos diariamente mulheres com bacias à cabeça e andam de rua em rua debaixo do sol. Se o Governo pretende melhorar as suas vidas, isso vai garantir que muitas famílias saiam da situação de pobreza”, concluiu.

1.2 E tudo considera “Angola país pobre mais rico do mundo”

Jornal o país

12 de Agosto de 2011

Um relatório publicado recentemente em Luanda pela Fundação Open Society aponta que as desigualdades sociais no país continuam acentuadas, principalmente nos domínios da renda e sua distribuição, nas várias regiões e conseqüente divisão urbana e rural.

O mesmo documento, com cerca de 100 páginas, indica ainda a existência profunda de diferenças em termos raciais e as classes existentes, assim como no acesso aos serviços sociais, nomeadamente para os grupos mais vulneráveis, entre os quais as mulheres que habitam nas áreas rurais.

O estudo aponta que quanto à distribuição da renda o país foi descrito como “fortemente assimétrico” porque o crescimento económico que se assiste desde o fim da guerra em 2002 não retirou a Angola o estatuto de “país pobre mais rico do mundo”.

O estatuto assenta nos contrastes que os autores do documento estabeleceram por exemplo, entre a coexistência entre a elite rica e os numerosos jovens vendedores de rua. E ainda os crescentes musseques com os novos arranha-céus na baixa de Luanda, para além de outras disparidades entre os ultra – ricos e os paupérrimos.

Outro aspecto ressaltado é a distribuição de renda funcional desigual, apesar de o Governo ser o principal receptor das receitas provenientes dos recursos mais valiosos do país e das maiores exportações, no caso do petróleo e diamantes. Não obstante este facto, algumas províncias do país continuaram a receber mais renda do que outras.

O relatório indica que uma das principais manifestações da desigualdade é a forte dependência do petróleo e o facto deste único sector não fornecer meios para a distribuição equitativa da renda.

“Nem a indústria petrolífera nem a de mineração cons-

tituem fontes para uma maior distribuição da renda, porque são de capital intensivo e não indústrias de mão-de-obra intensiva e não criam oportunidades de emprego para a população em geral, que três décadas depois da independência é maioritariamente analfabeta e sem competências especializadas”, adianta a Open Society.

Ainda sobre as diferenças regionais, acredita-se igualmente que a guerra civil contribuiu substancialmente para manter o status quo, uma vez que houve momentos em que o Estado Angolano controlava somente um terço do território e o restante estava nas mãos da UNITA.

Cerca de 10 anos depois do fim da guerra, o estudo realça que províncias afectadas pelo conflito como Huambo, Bié, Kuando-Kubango, Cunene e Malange apresentavam altos níveis de insegurança alimentar e vulnerabilidade, uma informação baseada num levantamento efectuado pelo Programa Alimentar Mundial em 2005.

Outras províncias como Kwanza Sul e Bengo, que fazem fronteira com a capital Luanda, apresentam indicadores sociais comprometedores. A primeira continua a ter elevadas taxas de insegurança alimentar e de mal nutrição entre as crianças, apesar de estarem próximos da capital do país.

Mesmo alojando as principais empresas dos sectores petrolíferos e diamantíferos, as províncias do Zaire, Benguela, Lunda-Norte e Lunda-Sul não registaram desenvolvimento significativo. O relatório salienta que os maiores contribuintes para o Produto Interno Bruto (PIB) não têm grande impacto na melhoria de condições locais nas províncias em que vêm operando e um exemplo claro é a localidade que acolhe o Projecto LNG e as diamantíferas situadas no leste do país.

“Estas províncias continuam a ter maus serviços sociais, elevado desemprego e, no caso das províncias diamantíferas da Lunda-Norte e Lunda-Sul, as questões de segurança e de abusos dos direitos humanos foram documentadas e atribuídas tanto à Polícia Nacional como às empresas de segurança das empresas diamantíferas a operar nas províncias”, acrescentam os autores.

À guerra é também imputada a rápida urbanização e os elevados níveis de pobreza urbana criadas como resultado das pessoas que fugiam das áreas rurais durante os anos 80 e 90. Estima-se que os Angolanos sejam hoje 16,5 milhões, sendo 60 por cento da população menor de 20 anos de idade.

Os estudiosos da fundação consideram que esta população jovem está maioritariamente concentrada em Luanda, província que recebeu o maior número de fugitivos da guerra e cujos habitantes rondam hoje cerca

de 4 a 5 milhões. Mas relatórios recentes indicam que população Angolana seja de 17 milhões e 6 a 7 milhões vivem na capital do país.

“Por ser a capital política e económica, desenvolveu-se em Luanda um extremamente grande sector informal, criando os mecanismos de sobrevivência para uma grande parte dos habitantes que têm poucos conhecimentos e baixo nível de educação”, esclarece o relatório.

Um dos exemplos de um musseque de indivíduos pobres apontado é o município do Cazenga que, segundo os estudiosos, alberga a maioria dos pobres urbanos e uma parte deles vive com menos de 1 dólar por dia.

Quanto às desigualdades raciais e de classe, as principais conclusões da análise preliminar indicam que ainda é aplicada a contínua prática da assimilação e discriminação conforme concebidas pelos poderes coloniais, com denominação e distinção entre variações de cor ou raças mistas (branco puro, cabrito, mestiço, mestiço escuro e claro, cafuso, negro escuro e fulo) ainda facilitam e desempenham um papel no acesso à educação, empregos e recursos.

Critica também o facto de a discriminação e a desigualdade não serem denunciadas, mas comentadas como uma questão de destaque tanto para os que representam a minoria (mestiços e brancos ou grupos étnicos como bakongos, cokwe, san) os que representam a maioria (negro e grupos étnicos como ambundu e ovímbundu).

Realça-se que grupos minoritários como os sans sofrem uma profunda discriminação ao nível racial e económico, porque alguns vivem mesmo em condições de quase escravatura, como consequência da progressiva ocupação do seu espaço e da inviabilização do seu modo e vida de caçadores-recolectores.

1.3 Pobres usam filhos para a busca de receitas

Jornal o país
26 de Agosto de 2011

Famílias Angolanas com baixos rendimentos continuam a utilizar os filhos para a busca de receitas, com vista a sua sustentabilidade, uma situação que está a promover o trabalho infantil em várias regiões, afirmou ontem em Luanda o director nacional de condições e rendimento do trabalho do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), Luís Machado.

Em entrevista à Angop, à margem do encontro para actualização e elaboração do Plano Nacional de Combate do Trabalho Infantil, o responsável admitiu que o

factor pobreza continua a influenciar negativamente a situação das crianças.

Luís Machado, que é também o ponto focal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para o trabalho infantil em Angola, defendeu a necessidade de se ter um maior cuidado ao lidar com esta questão, por ser um “mal grande” para a sociedade.

“O desenvolvimento da nossa sociedade também passa pelo combate imediato do trabalho infantil, visto que as crianças são o futuro do amanhã”, defendeu Luís Machado.

Com o plano estratégico do Executivo de combate à pobreza, Luís Machado acredita que a sua implementação irá influenciar a luta contra o trabalho infantil nas suas mais variadas vertentes.

Em Angola, de acordo com a fonte, existem ainda muitos focos de trabalho infantil, uma situação que deve ser revista por toda sociedade.

“O Executivo tem elaborado um programa de combate a pobreza, que tem de ser aplicado de forma acérrima, para a mitigação ou eliminação deste mal que viola muitos direitos da criança”, disse.

O Plano Nacional de Combate do Trabalho Infantil é, para o responsável, um instrumento importante que, de forma sincronizada, vai permitir a elaboração de acções diversas em prol da criança.

No papel de ponto focal da CPLP para o trabalho infantil, disse haver semelhanças ao nível da comunidade com relação a esta questão, apesar de algumas particularidades.

“Todos os países da comunidade estão a trabalhar no combate ao trabalho infantil”, concluiu Luís Machado. Técnicos de diversos sectores públicos, representantes da Unicef, da Unta-Confederação Sindical e convidados, participaram do encontro que encerrou ontem.

I.4 Pobres usam filhos para a busca de receitas

jornal o país

26 de Agosto de 2011

Famílias Angolanas com baixos rendimentos continuam a utilizar os filhos para a busca de receitas, com vista à sua sustentabilidade, uma situação que está a promover o trabalho infantil em várias regiões, a firmou ontem em Luanda o director nacional de condições e rendimento do trabalho do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), Luís Machado.

Em entrevista à Angop, à margem do encontro para actualização e elaboração do Plano Nacional de Combate do Trabalho Infantil, o responsável admitiu que o factor pobreza continua a influenciar negativamente a situação das crianças.

Luís Machado, que é também o ponto focal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para o trabalho infantil em Angola, defendeu a necessidade de se ter um maior cuidado ao lidar com esta questão, por ser um “mal grande” para a sociedade.

“O desenvolvimento da nossa sociedade também passa pelo combate imediato do trabalho infantil, visto que as crianças são o futuro do amanhã”, defendeu Luís Machado.

Com o plano estratégico do Executivo de combate à pobreza, Luís Machado acredita que a sua implementação irá influenciar a luta contra o trabalho infantil nas suas mais variadas vertentes.

Em Angola, de acordo com a fonte, existem ainda muitos focos de trabalho infantil, uma situação que deve ser revista por toda sociedade.

“O Executivo tem elaborado um programa de combate a pobreza, que tem de ser aplicado de forma acérrima, para a mitigação ou eliminação deste mal que viola muitos direitos da Criança”, disse.

O Plano Nacional de Combate do Trabalho Infantil é, para o responsável, um instrumento importante que, de forma sincronizada, vai permitir a elaboração de acções diversas em prol da criança.

No papel de ponto focal da CPLP para o trabalho infantil, disse haver semelhanças ao nível da comunidade, com relação a esta questão, apesar de algumas particularidades.

“Todos os países da comunidade estão a trabalhar no combate ao trabalho infantil”, concluiu Luís Machado. Técnicos de diversos sectores públicos, representantes da Unicef, da Unta-Confederação Sindical e convidados, participaram do encontro que encerrou ontem.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Crédito agrícola de investimento chega ao Chitato

Jornal de Angola
01 de Agosto de 2011

Os pequenos e médios agricultores do município do Chitato, província da Lunda-Norte, começam nos próximos dias a receber apoio financeiro, através do Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA), no âmbito do crédito agrícola de campanha e investimento, destinado a aumentarem os seus níveis de produção e contribuir para o sucesso dos programas de combate à fome e à pobreza, garantiu na quarta-feira, no Dundo, ao Jornal de Angola, o administrador municipal.

Marcelino Chissupa explicou que um grupo de consultoria técnica do Banco de Desenvolvimento de Angola se deslocou recentemente ao município, com a finalidade de se acelerar o processo de apresentação da documentação necessária para a normalização do financiamento junto da instituição bancária.

A nível do município do Chitato, 46 agricultores manifestaram interesse em receber o referido financiamento. No entanto, o administrador municipal esclareceu que, numa primeira fase, em função dos estudos de viabilidade económica que foram desencadeados, o BDA vai conceder crédito a 30 agricultores locais num valor equivalente em kwanzas a 500 mil dólares para cada promotor, com taxas de juro de seis por cento ao ano e um prazo de reembolso de oito a 10 anos.

O financiamento, explicou, visa promover uma agricultura comercial e moderna, capaz de gerar rendimentos que contribuam para o fortalecimento do sector agrícola, garantindo a segurança alimentar das populações e ajudar na diversificação das fontes de receitas do Estado. O também engenheiro agrónomo Marcelino Chissupa disse que o projecto vai potenciar os agricultores com equipamentos para poderem intensificar a produção e dinamizar o mercado, tendo em vista a melhoria da qualidade de produtos cultivados, além de permitir o aumento de postos de trabalho na região.

O BDA comprometeu-se a disponibilizar os créditos ainda no decurso deste ano, para que seja investido na presente campanha agrícola, tendo em vista o aumento dos níveis de produtividade.

“O banco deu-nos garantias de que ainda este ano os nossos agricultores vão receber o dinheiro”, disse, denunciando a existência de alguns organismos do Estado no município que têm estado a criar ‘Ansiedade dos agricultores’

“Lázaro Manuel, um dos 30 agricultores do município do Chitato que espera pelo financiamento do BDA, considera que o dinheiro a ser disponibilizado, vai ajudar na resolução das dificuldades que os agricultores da região enfrentam para o relançamento do sector.

Na sua perspectiva, o apoio financeiro vai permitir aos pequenos e médios agricultores maior produção e a diversificação da economia, tendo em vista o Programa do Executivo de Combate à Fome e à Pobreza no meio rural.

O crédito agrícola aprovado pelo Executivo para os financiamentos bancários, salientou, será um grande incentivo para os pequenos e médios fazendeiros poderem criar projectos agrícolas sustentáveis, para contribuir de forma significativa para o incremento dos níveis de produção, através da diversificação de culturas.

Lázaro Manuel adiantou que pretende, com o financiamento, aumentar a área de cultivo de 40 para mais de dois mil hectares, no sentido de incrementar e diversificar a produtividade e criar mais postos de trabalho.

Até este momento, revelou, possui cultivados nove hectares, nos quais plantou mandioca, cuja colheita augura venha a ser em grande escala, tendo em conta a fertilidade dos solos.

Além disso, referiu, está também reservada uma área de sete hectares destinados ao cultivo de cereais e horto-frutícolas.

O projecto, recordou, é uma iniciativa pessoal em que os trabalhos ligados ao desbravar da terra foram efectuados de forma manual e diante de inúmeras dificuldades, devido à falta de máquinas.

O projecto, que teve início no ano passado, consumiu mais de 150 mil dólares. Além disso, acrescentou Lázaro Manuel, foi igualmente investido algum dinheiro por intermédio de um contrato existente entre a sua fazenda e a Mecanagro, para a aquisição de um tractor, charruas, enxadas, catanas, machados, além de sementes e fertilizantes. A fazenda está também apostada em criar gado bovino e caprino, para aumentar a oferta da carne nacional no mercado.

A fazenda conta com 37 cabeças de gado bovino e 15 de caprino, prevendo aumentar esses números nos próximos tempos.

Degradação das estradas

Lázaro Manuel mostrou-se preocupado com a degradação das estradas que ligam as áreas de cultivo aos centros urbanos, tendo, por isso, defendido a necessidade das autoridades locais imprimirem maior dinamismo na recuperação das vias de acesso, como forma de facilitar o escoamento dos produtos para a sua comercialização, sem grandes prejuízos para os produtores e consumidores.

“Para podermos alcançar os objectivos preconizados

pelo Executivo e por nós próprios, como empresários do sector, penso ser imprescindível ver a questão da recuperação das estradas, porque muitos produtos têm estado a deteriorar-se devido às dificuldades de escoamento”, alertou.

“Se queremos ver uma agricultura organizada e bem estruturada, é importante que exista uma conjugação de esforços entre a classe empresarial do sector agrário e as autoridades governamentais”, acrescentou.

Crédito de campanha

Ainda no quadro dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, além do crédito agrícola de investimentos, a administração garante financiar igualmente o crédito agrícola de campanha aos pequenos camponeses organizados em associações e cooperativas.

Abordado pelo Jornal de Angola, o chefe de Repartição Municipal da Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural do Chitato, Paços Tuta, disse que no princípio notou-se uma fraca adesão dos camponeses ao crédito agrícola de campanha, aprovado pelo Executivo para reduzir as dificuldades da classe. A fraca adesão, apontou o responsável, foi motivada pelas dificuldades que os camponeses estavam a enfrentar para tratar os documentos que iam permitir completar os processos de elegibilidade ao financiamento agrícola.

Segundo Paços Tuta, encontram-se nesta altura na secretaria do Banco de Poupança e Crédito 55 processos de associações de camponeses inscritos nesse pacote e que brevemente terão o financiamento que vai permitir encontrar níveis satisfatórios de produtividade.

Esclareceu que o crédito agrícola de campanha consiste em dois pacotes que visam financiar acções de exploração durante uma determinada época agrícola, e serve para, numa primeira fase, custear a aquisição de meios agrícolas, como catanas, enxadas, machados, sementes e adubos.

O valor máximo do crédito é o equivalente em kwanzas a cinco mil dólares por cada beneficiário, com uma taxa de juro estimado em cinco por cento. O empréstimo, segundo adiantou, deve ser reembolsado num período de oito anos.

Salientou que os camponeses estão informados que a segunda tranche do crédito agrícola de campanha se destina à compra de meios fixos de trabalho, como máquinas, motobombas e outros equipamentos indispensáveis ao reforço da actividade agrícola, dos lavradores organizados em associações e cooperativas.

Esse financiamento, considerou vai incentivar e auxiliar os camponeses do município a incrementarem o rendimento das suas famílias, e a melhorar de forma significativa a qualidade de vida das comunidades rurais, no âmbito dos programas de redução da fome e da pobreza.

O município do Chitato tem registadas 76 associações, seis cooperativas e 46 empresas agrícolas familiares, que poderão, nos tempos vindouros, ver melhorada a sua produção com a concessão do crédito agrícola, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Paço Tuta admitiu existirem muitos camponeses que precisam de ser melhor informados quanto à importância do crédito para o aumento e diversificação dos níveis de produção. Por isso, as autoridades locais vão continuar a desenvolver acções de sensibilização junto das autoridades tradicionais e outros responsáveis das comunidades e famílias, com o objectivo de esclarecer os pequenos e médios agricultores sobre o funcionamento do crédito agrícola.

Por outro lado, reconheceu as dificuldades que os camponeses enfrentam em termos de transportes para o escoamento dos produtos do campo para as áreas de comercialização e anunciou que a administração municipal vai ultrapassar essa carência, com a aquisição de duas camionetas que vão passar a facilitar, de modo organizado, a circulação e escoamento dos produtos a partir das áreas de cultivo.

Feira agropecuária

O chefe de repartição municipal da Agricultura salientou o empenho demonstrado pelos camponeses da região do Chitato para estarem presentes na feira agropecuária do Cacanda, que tem início marcado para o mês de Agosto. Para o evento estão mobilizadas mais de 50 associações de camponeses, prevendo-se a exposição de mandioca em grande escala, feijão, milho, ginguba, além de batata-doce e hortaliças. Os pequenos e médios criadores de gado vão também leiloar o seu gado.

Paço Tuta considera que a feira vai ajudar os camponeses a encontrarem mecanismos e oportunidades para a valorização dos seus produtos e consequente comercialização, devido à falta de locais na região próprios para a permuta mercantil. Outro dado que salientou foi o facto de este certame poder proporcionar o intercâmbio entre camponeses locais e de outras regiões da província e do país.

2.2 Crédito de campanha previsto para este mês

Jornal de Angola
04 de Agosto de 2011

Cerca de 12 milhões de dólares serão disponibilizados a camponeses até final de Agosto, altura do fim da campanha agrícola 2010/2011, noticiou na terça-feira a Angop, citando fonte oficial.

Segundo o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, os bancos operadores, Banco Sol, BAI Micro Finanças, BCI e BPC, comprometem-se a conceder, cada um, um crédito avaliado em 30 milhões de dólares, com capital próprio.

Os beneficiários do crédito de campanha são produtores familiares organizados em cooperativas agrícolas e associações de camponeses e, para a assinatura de um contrato, podem ser constituídos em grupos, cada um com o seu representante, mantendo-se entretanto a responsabilidade individual pelo reembolso do empréstimo.

Os dados incluem apenas os contratos já assinados entre os bancos e os beneficiários e o crédito pode atingir o equivalente a cinco mil dólares por devedor, mas o valor solicitado pode ser inferior em função da capacidade de cada camponês, em reembolsar o crédito, cuja prazo limite são 10 meses.

De acordo com as estatísticas, até 19 de Julho deste ano, os quatro bancos operadores do crédito de campanha assinaram no total 1.347 contratos, beneficiaram ~ 1.797 camponeses e concederam, em média, 1.927 dólares por beneficiário.

Inserido num valor de 350 milhões de dólares constituído pelo Executivo em 2009, o crédito agrícola de campanha estimado, avaliado em 150 milhões, a par do empréstimo agrícola de investimento, orçado em 200 milhões, destina-se a financiar a preparação das campanhas agrícolas.

2.3 Vendedores ambulantes inundam ruas de discos piratas

Jornal de Angola
04 de Agosto de 2011

O representante da União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) em Cabinda, Alberto Zau, defendeu a criação na província de lojas para venda de material discográfico para desencorajar a prática de pirataria, que aumenta na região a cada dia que passa. Alberto Zau referiu que a falta de estabelecimentos comerciais especializados está a propiciar a pirataria, pois, as pessoas interessadas em comprar discos originais não sabem onde os adquirir.

Como não existem discotecas, os consumidores são obrigados a adquirir CD e DVD directamente aos vendedores ambulantes espalhados pela cidade.

Para o músico Alberto Zau, a pirataria além de constituir crime prejudica financeiramente os músicos porque a obra pirateada reduz o preço e a procura pela obra original.

Acrescentou que os custos de produção de um álbum discográfico em Angola são muito elevados, “por isso temos de dar combate serrado à pirataria com medidas administrativas e a criação de incentivos para permitir a redução dos custos de produção, transporte e de espaços especializados para venda de discos.

“A produção do disco ainda é muito cara em Angola, porque todo o material que o artista e as indústrias culturais utilizam, é importado, portanto, até chegar ao consumidor há um preço a pagar,” disse.

Alberto Zau é de opinião que se houver uma redução nas tarifas de importação de equipamentos “fonográficos e videogramas”, os preços nos discos e de outros materiais podem descer significativamente. Alberto Zau asseverou que a União Nacional dos Artistas e Compositores está a desenvolver esforços junto do Governo Provincial de Cabinda e dos órgãos de fiscalização, que visam melhorar a vida profissional dos músicos e de todo o sector cultural.

O director provincial em exercício da Polícia de Inspeção das actividades Económicas, Daniel Futi, reconhece que existe na província muita pirataria “uma vez que é notória a presença de muitos jovens a deambular pela via pública vendendo discos”.

Para inverter esta prática, Daniel Futi considera imprescindível o desmantelamento dos focos de reprodução discográficas, que apreendendo simplesmente o material pirateado os vendedores ambulantes não é suficiente para desencorajar a actividade de contrafacção que tem origem em Luanda, RDC e Congo Brazaville.

Daniel Futi revelou que a Polícia de Inspeção das Actividades Económicas apreendeu 6.643 discos pirateados no ano passado, enquanto no primeiro semestre deste ano já foram apreendidos 794.

Música em Cabinda

Fazendo avaliação da música que é produzida em Cabinda, Alberto Zau considerou-a positiva, já que a cada dia que passa surgem no mercado novos talentos e com um pouco mais de incentivos, “a qualidade do trabalho passa a ser certamente melhor. A música, feita em Cabinda tem merecido o reconhecimento nacional e internacional, mas a grande dificuldade reside na carência de produtores executivos que promovam espectá-

culos, pois na música não basta gravar nem tão pouco vender uma obra discográfica para resolver os problemas sociais dos artistas”. Alberto Zau referiu que “fruto da qualidade da música feita em Cabinda, a província já conquistou o melhor troféu do Top dos Mais Queridos e recentemente o grupo cultural Kintuene Ntunga Nzola, ganhou o prémio nacional de cultura e artes na categoria de danças tradicionais”.

Centros culturais

A falta de centros culturais com condições técnicas apropriadas para espectáculos constitui preocupação da UNAC em Cabinda. Alberto Zau referiu que a falta desses espaços na província, os artistas são obrigados a realizar espectáculos em recintos desportivos, tornando as actividades sem qualidade, pois, reiterou, para que um espectáculo musical seja bom é fundamental que a sala tenha filtros de som para evitar a poluição do ambiente exterior, microfones, varões e cabine técnica. “A criação de centros culturais ou recreativos em toda a província vai permitir aos músicos promover espectáculos culturais a custos mínimos para garantir o seu sustento” frisou Alberto Zau.

O Centro Cultural chiloango, é um dos poucos locais que a província possui neste momento e tem acolhido vários espectáculos, apesar de não ter boas condições técnicas. Alberto Zau recorda os centros recreativos, Brinca na Areia, Mabaia, Samba Bar e Bar Yeye, que nas décadas de 60 e 70 serviram de principais palcos de diversão.

2.4 Camponeses do alto zambeze são beneficiados com crédito

Jornal de Angola
05 de Agosto de 2011

Os camponeses do município do Alto-Zambeze, na província do Moxico, vão beneficiar brevemente do crédito agrícola do Banco Africano de Investimento (BAI), para aumentar os níveis de produção agrícola.

O coordenador do projecto de crédito, Valdimiro Gourgel, que compreende as províncias de Malange, Moxico, Lunda-Sul e Norte, garantiu na quarta-feira, aquando da visita da ministra do Ambiente à província do Moxico, a disponibilidade do Banco Africano de Desenvolvimento para financiar projectos agrícolas, através do programa micro-finanças.

O projecto de crédito agrícola, disse, vai permitir aos camponeses do município do Alto Zambeze aumentarem a sua produção e criarem bons rendimentos no seio das famílias camponesas.

O chefe da secção municipal da agricultura no Alto Zambeze, Teixeira Carlos Samalesso, satisfeito com a iniciativa, disse esperar que a instituição bancária cumpra o seu compromisso para bem dos camponeses naquele município.

A autoridade tradicional Nhacatolo, da etnia Luvale, reconheceu as potencialidades agrícolas da região e afirmou que, com este crédito, os camponeses, associados em 18 cooperativas, vão poder alargar a produção e aumentar os níveis de produção. Com seis comunas, a população do município do Alto Zambeze dedica-se ao cultivo de arroz, milho, ginguba, banana, mandioca e batata-doce.

2.5 Abertura de conta bancaria baixa para 100 kwanzas

Jornal agora
06 de Agosto de 2011

Cem kwanzas serão o valor monetário necessário para a abertura de uma conta bancária nalguns bancos comerciais, fruto de um acordo rubricado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e oito instituições financeiras.

O acordo entrará em vigor ainda esse mês, envolvendo os bancos de Poupança e Crédito, Negócios Internacional, Sol, Comercial Angolano, Fomento Angola, Keve, BAI Micro-finanças e o BIC.

O protocolo resulta do lançamento de dois novos produtos do BNA, nomeadamente o “depósito bankita” e o “poupança bankita a crescer”, que visam essencialmente a inserção de todos os cidadãos no sistema bancário, sobretudo os mais carenciados financeiramente.

O “depósito bankita” permitirá a abertura de conta com o valor mínimo de 100 Kz e a apresentação de qualquer documento válido, podendo o mesmo facilitar as actividades financeiras quotidianas através da utilização de um cartão multicaixa por futuros clientes bancários, diminuindo o risco de perda do dinheiro.

O “crescer” foi criado para ajudar as pessoas a economizar, tendo em conta a importância da poupança. Para aderir a este produto, o cidadão deve ter um mínimo de mil kwanzas e possuir conta num dos oito bancos parceiros.

Segundo o governador do Bna, José Massano, com o lançamento desses produtos, com características específicas, pretende-se expandir o acesso aos serviços bancários, assegurar que todos os cidadãos tenham uma conta no banco e resgatar o dinheiro fora da banca, estimado em 200 biliões de kwanzas (equivalente a 2 biliões de dólares).

“Com a conta depósito bankita eliminamos duas barreiras de acesso, que têm sido a exigência, pelos bancos comerciais de altos valores mínimos para a abertura de uma conta e o requisito obrigatório de ter um bilhete de identidade”, sublinhou.

2.6 Sob o “dorso” dos kupapatas

Jornal a capital

06 de Agosto de 2011

Era uma actividade, até há pouco, confinada a algumas províncias do país, tais como Huambo e Benguela. Hoje por hoje, a moda chegou à capital do país. Centenas de pessoas, sobretudo das zona periferia, dependem dos serviços dos kupapatas, homens com lições bem estudadas nas de origem, aplicam também a fórmula no terreno fértil como é Luanda.

Marcelino Augusto, por exemplo, natural da província do Huambo, deixou, em 2004, o Planalto Central e imigrou para Luanda, em busca de melhores condições de vida. Já na capital do país, Augusto dedicava-se à venda ambulante no centro da cidade. Juntou os lucros a zunga até ao equivalente a 100 mil kwanzas, suficiente para adquirir na motorizada. A partir desta altura, o menino do Huambo partiu para uma nova forma de ganhar a vida. Nascia um motociclista, conhecidos entre, como “kupapatas”.

“Sofria muito quando zungueiro. Os fiscais prendiam o meu negócio. Por isso e por outras situações, tive de fazer poupança para comprar uma motorizada na praça do Kicolo”, recordou.

Como ele, muitos jovens, em Luanda, dedicam-se à actividade de transporte de pessoas e mercadorias de um ponto para outro, lá onde a circulação automóvel é escassa e precária, elegendo, com incidência, os chamados bairros novos de Luanda, circunscrições onde os serviços de transporte públicos e privado não se fazem sentir.

Foi no município de Viana, na zona do ex-Mercado da Estalagem que equipa de reportagem do A Capital encontrou um aglomerado de kupapatas. Falaram-nos do seu dia-a-dia e dos riscos inerentes à actividade, bem como do prazer que sentem ao transportar pessoas até à porta de casa.

A maioria é proveniente das províncias do centro, centro-sul e sul do país, com destaque para o Huambo, Benguela, Huíla e Bié. E muitos destes homens já praticavam o mesmo negócio nas terras de origem. É o caso de Dominique, 30 anos, oriundo do Huambo, que

possui duas motorizadas. Urna no Huambo, a trabalhar com o seu irmão menor e outra que usa na capital do país, no mesmo processo.

“Foi o meu primo, quem me convidou para vir trabalhar em Luanda. Disse-me que por cá havia muitos passageiros e eu aceitei”, justificou Dominique, que reconhece, também, ser um grande desafio ser kupapata em Luanda.

É que apesar de ser muita clientela, há muitos riscos e factores que condicionam a actividade. Uma delas é a mão pesada da Polícia, a que se junta o desrespeito por parte dos automobilistas, além dos constantes atentados de que são vítimas por parte dos meliantes.

“A polícia exige-nos carta de condução e, quando não as temos, pedem dinheiro. Se não dermos, prendem as nossas motos”, queixou-se, ao recordar os tempos em que a actividade dos kupapata começava nas primeiras horas do dia, para facilitar a vida daquelas pessoas que se levantam às primeiras horas do dia. Entretanto, segundo disse, tiveram de iniciar os trabalhos um pouco mais tarde devido aos constantes assaltos de que serem alvos.

“Começávamos a trabalhar às 4h10 da manhã e só terminávamos às 23h. Mas, “tivemos que parar, porque os bandidos nos perseguiram muito”, informou.

Manelas, 25 anos, foi o kupapata com quem o A Capital andou durante quatro horas no município de Viana, que possibilitou a entrada nos bairros Capalanga, Capredio, Boa Fé, Caop, Mulenvos de baixo, Rio Seco e vivemos, de perto, o quotidiano do moto-taxistas, sempre apressado e com uma única intenção: lucrar o máximo possível.

As manobras eram, de facto, perigosas. Parecia até que Manelas nem sequer se importava com os carros que vinham à sua frente. “Kota, não fica com medo”. Era desta forma que procurava tranquilizar o repórter, pouco acostumado a essas realidades.

Ao longo do trajecto pelo interior do bairro Capredio, foram avistados outros kupapatas, sempre acompanhados dos respectivos passageiros. Enquanto se afrouxa a marcha por causa da areia, aproveitamos o momento para uma conversa com a dona Belmira. Ela usa os serviços dos kupapatas todos os dias, no trajecto casa/mercado e vice-versa, pagando 100 kwanzas pela corrida. Sentada no lugar de passageiro da moto, levava urna bolsa a tiracolo e um saco com o jantar para a família. Reconheceu que os kupapatas representam urna ajuda muito grande para os moradores daquela zona.

“Aqui não temos táxis. Esses miúdos são que nos ajudam”, admitiu, quando destacava os serviços desses rapazes, pelo facto de transportarem os passageiros desde o ponto de partida até à porta de casa. “Tiram-me,

por exemplo, da praça até mesmo ao portão da minha casa. E enquanto não entrar, eles também não se vão”, regozijou-se.

Depois de Viana, seguimos para o Kilamba Kiaxi, onde o movimento dos kupapatas, também, se faz presente. Eles têm como zona de actuação os bairros do Camama, Calemba II, Simione, Fubu e Dangereux. Nesta circunscricção, a taxa cobrada por corrida é igualmente de 100 kwanzas.

Cacuaco, ao que nos pareceu, é o maior ‘formigueiro’ de moto-taxistas. Falando do seu dia-a-dia, mencionaram dificuldades iguais as dos seus colegas noutros pontos de Luanda. António Eurico, 22 anos, veio da Huíla para ser kupapata em Luanda. Gosta do que faz, mas queixa-se da interferência da Polícia no processo. “Pedem muita gasosa”, foi com esta curta frase que António ilustrou os entraves com que muitas vezes se depara. São, por este facto, considerados dias bastante negros.

Nos dias bons, um motoqueiro, como também são chamados, pode facturar até cinco mil kwanzas. Entretanto, Eurico afirmou que, geralmente, faz o equivalente a três mil Kwanzas.

E o lucro é repartido para o abastecimento de combustível, alimentação e o resto gasta em compras de bens domésticos que enviam para as suas terras de origem, onde, muitos deles, deixaram já famílias constituídas.

2.7 Regulamentar: o que eles querem

Jornal a capital
06 de Agosto de 2011

Nem todos os kupapatas, estão dispersas. Agrupam-se na Associação dos Motoqueiros de Angola (AMOTRANG), cujo presidente é Bento Rafael. Em declarações a este semanário, ele disse que o exercício da actividade dos taxistas, exige uma série de condições que devem ser obedecidas, sendo a posse da carta de condução e uso de capacetes, as mais importantes.

A AMOTRANG actua em 12 das 18 províncias do país e serve como entidade fiscalizadora e reguladora do exercício dos kupapatas. De acordo com Bento Rafael, a Associação tem desenvolvido um acção de formação aos associados, com maior atenção para a prevenção da sinistralidade rodoviária.

O responsável reconheceu que, alguns dos motociclistas fazem manobras perigosas que resultam muitas vezes, em mortes. Por isso, a direcção da associação tem estado a envidar esforços e a sensibilizar os homens., no sentido de pautarem por uma postura digna e responsável

quando estiverem na estrada, uma vez que transportam vidas humanas.

Apesar dos números assustadores de acidentes que se dão nas províncias o onde operam moto-taxistas, em Luanda, segundo Bento Rafael, a situação é e relativamente calma.

Lamentou, porém o facto de não ser aprovada uma lei que regula actividade de MotoTaxi no país. Mas observa que a associação está a trabalhar e a envidar esforços para a concretização desta lei, que, em seu entender, poderá dar maior visibilidade de cobertura em todo país da actividade dos kupapatas.

O grande pomo de discórdia entre alguns dos nossos entrevistados e a direcção da Associação está na actuação da Polícia. Para alguns deles, a Policia representa obstáculo para o exercício da actividade.

Ao contrário dessas acusações, porém. Bento Rafael ressaltou que a Polícia tem sido uma peça fundamental na Regularização da actividade. De acordo com o mesmo, a corporação tem auxiliado a associação, na adopção por parte dos motoqueiros do bom comportamento nas estradas.

Bento Rafael mostrou-se satisfeito com o facto de o número dos associados estar a crescer diariamente. Como fez saber, até ao momento estão inscritos na AMOTRANG um total de 121-373 (cento e vinte e um mil e trezentos e setenta e três) moto-taxistas.

Este número, contudo, é de longe aquele que representa o universo daqueles homens, na sua maioria, antigos militares, que optaram por comprar ou alugar uma motorizada e dela fazer sua fonte de receitas.

Basta saber que, não são todos eles que aceitam trabalhar no centro da cidade ou lá onde se fazem presentes, as autoridades da lei e ordem

O que, no entanto, é verdade, é que estes kupapatas perante as inúmeras dificuldades que o trânsito e as estradas de Luanda apresentam, são uma bendita alternativa. Por isso, justo seria aceitar regulamentar a actividade, tal como a dos táxis automóveis, para o benefício de muita gente.

Nas províncias onde nasceu a iniciativa, designadamente, Huambo, Benguela, Huíla e Bié, são os moto-taxistas que detêm o monopólio da transportação de pessoal e mercadoria não apenas nas zonas recônditas, mas também no centro da cidade.

E lá está. A sua vantagem rapidez com que se deslocam e colocam os passageiros nos destinos. Mas fazem-

do jus às afirmações de Bento Rafael, o presidente da AMOTRANG é importante que se tenha em conta a informação destes homens, já que é realmente alto o índice de acidentes, não raras vezes mortais, envolvendo motorizadas com passageiros a bordo.

No casco urbano, de Luanda, a actividade de transportação de pessoas e bens por motorizadas limita-se a empresas, principalmente í de segurança, que servem deste meio de transporte, para distribuir alimentação ao seu pessoal.

Outras empresas adoptaram motorizadas para o serviço de estafetas, facilitando, assim, toda a movimentação administrativa que, de carro, ficará encalhada nos desgastes engarrafamentos da cidade

2.8 Três mil mulheres no uije vão reber creditos do banco sol

Jornal o independente
06 de Agosto de 2011

Três mil mulheres vão receber, a partir deste mês, crédito bancário, no âmbito de um convénio entre o Banco Sol e o Secretariado Nacional da OMA, com o objectivo de contribuir para o combate à pobreza, informou a secretária local da organização feminina, Nazaré dos Anjos Mendes.

Nazaré dos Anjos prestou esta informação durante um encontro entre a OMA, Banco Sol e as contempladas para esclarecê-las sobre os procedimentos e normas para a concessão do crédito. A responsável da OMA aconselhou as mulheres a honrarem com os compromissos assumidos para dignificar o nome da organização e da camada feminina.

A secretária da OMA explicou que o crédito visa apoiar as mulheres para a realização de pequenos negócios para combater a pobreza e contribuir para melhoria das condições de vida das famílias.

O oficial de Crédito do banco Sol no Uíge, Modesto Kiame, que esclareceu que o crédito garante um montante mínimo de USO 1.000 e máximo de 10 mil dólares americanos, equivalente em kwanzas, dependendo da capacidade de cada beneficiária.

Explicou que para ter acesso ao crédito é necessário que a proponente tenha negócios em activo ou plano de negócios, salários domiciliados no Banco Sol, declaração da OMA modelo de contrato mútuo e cópia de bilhete de identidade do mutuário.

Participara no encontro secretárias municipais e de secções de base da OMA e representantes do Ministério da Família e Promoção da Mulher dos 16 municípios da província.

2.9 Administrtação cria mercados rurais para promover o comercio no campo

Jornal de Angola
10 de Agosto de 2011

A criação de mercados rurais, para facilitar o processo de escoamento e comercialização dos produtos cultivados na região está entre as prioridades da Administração Municipal do Bembe, província do Uíge.

O administrador municipal, José Bunda Alberto, disse ontem que o município do Bembe está a beneficiar de várias acções de índole social, económica e desportiva.

O regedor da localidade do Bonde revelou ao Jornal de Angola que a reabilitação das estradas e a abertura de mercados rurais na região vão contribuir para a melhoria do processo de escoamento dos produtos alimentares cultivados na região. Alberto Panzo aconselhou os agricultores do município para se integrarem nas associações e cooperativas agrícolas locais e constituírem pequenas empresas, que possam contribuir para o progresso sustentável e equilibrado da região.

Pelo menos 150 membros organizados em quatro associações de camponeses, nas localidades de Bonde, Culo, Quimpemba e Quienze, apostam no aumento da produção agrícola. “Nesta época do ano, os associados estão a plantar hortícolas em terrenos húmidos e a preparar mais hectares de terra para a plantação de mandioca, amendoim, batata-doce, feijão-frade, inhame, abóbora, gergelim e outros produtos”, referiu o regedor.

Alberto Panzo, que coordena as associações das aldeias do Bonde, Culo, Quimpemba e Quienze, fez saber que os camponeses associados do município do Bembe necessitam de máquinas de lavoura e vários instrumentos agrícolas, para a diversificação e aumento da produção de alimentos.

“Necessitamos de máquinas de lavoura e instrumentos agrícolas, como enxadas, catanas, limas, regadores e motobombas, para aumentarmos a produção”, disse.

O regedor lembrou que, na época agrícola anterior, os membros associados trabalharam cerca de 11 hectares de terra, com uma produção diversificada, que permitiu colher mais de 25 toneladas de produtos alimentares diversos.

O coordenador das associações de camponeses, Adolfo Panzo, afirmou que, na presente época agrícola, a intenção dos agricultores locais é de alargar as áreas cultivadas, para mais de 14 hectares de terra, para que sejam aumentadas e diversificadas as quantidades de produtos agrícolas.

“Temos força suficiente e sementes para melhorar a produção. A terra também é totalmente fértil e, mesmo sem adubo, oferece boas condições para a produção agrícola”, realçou.

O regedor esclareceu que a falta de tractores e máquinas de lavoutá têm dificultado o trabalho, tendo em conta que continuam a praticar a agricultura manual.

2.10 Avaliação apoio do estado á mulher empreendedora

Jornal de Angola

11 de Agosto de 2011

O papel do Estado e da sociedade civil no apoio ao empreendedorismo das mulheres Angolanas foi debatido ontem, em Luanda, numa conferência promovida pela Organização Não-Governamental Angolana Acção Humana.

O encontro, que contou com a participação de mulheres de diferentes ramos de actividade, teve como objectivo promover o diálogo e explorar oportunidades de parceria entre os sectores público, privado e a sociedade civil, com vista à implementação de acções com valor estratégico, para o apoio à mulher empreendedora.

Orador do tema “Empreendedorismo na informatização da economia”, Graça Ngombo defendeu a necessidade da disseminação da cultura de empreendedorismo na República de Angola país e salientou a sua importância no fomento de criação de pequenas e médias empresas.

O empreendedor. Observou deve ser organizado, disciplinado, dotado de visão de negócio, persistente, dinâmico, humilde e com capacidade de assumir os riscos do negócio.

A secretária-geral da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola, Henriqueta de Carvalho, considerou louvável a iniciativa e referiu que os assuntos abordados vão ser benéficos para as futuras mulheres empresárias.

A dificuldade de acesso ao crédito bancário constitui uma das grandes barreiras para as suas associadas iniciarem um negócio, salientou. “As nossas associadas não possuem, na sua maioria, garantias bancárias e nós entendemos que os bancos também não querem perder”. Para sair deste empecilho, referiu, “estamos a negociar com alguns bancos”.

Henriqueta de Carvalho assegurou que a Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola tem já rubricado um protocolo com o Banco Sol e com o Banco Millennium precisamente para desbloquear a situação.

Assim, as associadas da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola não vão ter de apresentar doravante avalista para obterem financiamento, deixando essa responsabilidade a cargo da organização.

2.11 Longe dos escritorios e papeladas, a rua, aescova e a espuma

Jornal o independente

13 de Agosto de 2011

A máxima de que deus só ajuda quem ajuda-se a si próprio é aqui aplicada sem discrepâncias e o jovem Joaquim neste contexto dispensa palavras.

Joaquim Kiambele é o jovem engraxador que conta com quinze anos de idade. Encontra-se sempre ladeado de miúdos da sua idade e da mesma profissão nas portas de restaurantes e quiosques da marginal do Sumbe.

O rapaz revelou que no seio dos seus amigos é chamado por “Lixo” o que chamou rapidamente a minha atenção e perguntar logo por que daquele nome.

O engraxador respondeu que é assim chamado porque durante um período o mesmo apenas engraxava ao lado de contentores por temer ser escorraçado pelos donos dos estabelecimentos.

O jovem contou a este semanário que os pais não conseguem sustentar sozinhos a casa e que por força da situação não viu outra coisa senão começar a engraxar sapatos.

O mesmo revelou que engraxa há mais de um ano e que a situação tem a colmatar as dificuldades económicas em casa. O jovem adiantou que acorda por volta das 6 horas manhã e que até 13 horas vai para casa isto porque estuda de tarde.

Quanto a alimentação afirmou que comede tudo. Joaquim e o seu grupo muitas das vezes compram comida e repartem. Já no que toca a escola, o rapaz disse que estuda a 3º classe e que o seu sonho é ser motorista de uma empresa de construção civil.

2.12 Banco bai miicro finanças abriu agencia

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2011

A província de Cabinda conta desde ontem com um novo balcão do Banco BAI Micro Finanças (BMF), para conceder crédito a pequenos e médios empreendedores e a empresas daquela região.

Com a inauguração do novo balcão de Cabinda presidida pelo governador da província, Mawete João Baptista, o BMF conta agora com 15 agências instaladas em Benguela, Luanda, Huíla, Uíge, Malange e Huambo.

O BMF disponibiliza 30 produtos bancários, entre os quais crédito agrícola ao investimento, empresarial, compra de máquina de gelados, micro propina, kit de engraxador, jovem empreendedor, micro salário, campanha agrícola, micro Fixe Mais, formação, casamento, automóvel, alfandegário e micro crédito amigo. O presidente da comissão executiva do BFM, Ari de Carvalho, disse na cerimónia de inauguração que, durante os sete anos de existência, a instituição bancária que dirige tem vindo a participar positivamente no desenvolvimento humano e na redução das assimetrias sociais.

“O Banco BAI Micro Finanças tem vindo a dar prioridade a uma cultura de poupança e de investimento em micro, pequenas e médias áreas de negócios em Angola com cerca de 60 mil clientes, que actualmente registam um retorno de crédito à volta dos 95 por cento e uma carteira institucional de crescimento de 103 por cento no ano passado. O incremento do volume de negócios do BMF resulta de uma equipa dinâmica e de oferta de produtos e soluções financeiras aos clientes”, disse.

O vice-governador para a Área Económica, Macário Lembe, disse que a abertura do balcão do BFM vai impulsionar o aumento da produção na região, através da captação financeira dos particulares e das empresas que pretendem investir em vários sectores.

O governante sublinhou que o Executivo central está a trabalhar para combater a fome e a pobreza, por isso, os bancos comerciais devem continuar a desempenhar o seu papel, para o bem-estar social.

O representante da delegação regional do Banco Nacional de Angola (BNA) em Cabinda, Miguel Banganga, sublinhou que a inauguração do novo balcão vai acudir às necessidades das populações, principalmente dos que precisam potenciar os seus pequenos negócios. Miguel Banganga adiantou que o BNA tem estado a apelar aos bancos comerciais para se instalarem nos municípios, para que as populações do interior possam também beneficiar dos serviços bancários.

Na ocasião, o governador de Cabinda, Mawete João Baptista, pediu aos responsáveis do BFM que não se limitem a conceder micro crédito à cidade de Cabinda, mas que estendam aos municípios do Belize, BucuZau e Cacongo, onde residem camponeses. O Banco BAI Micro Finanças (BFM) iniciou a sua actividade há sete anos, com um capital social de 19 milhões de dólares norte-americanos. O Banco Angolano de Investimento (BAI) e a empresa petrolífera norte-americana, Chevron, são os principais accionistas da instituição bancária.

2.13 Política cambial do BNA traz inumeras vantagens

Jornal de Angola

19 agosto de 2011

A nova política cambial do BNA de abertura de conta, com o valor mínimo de 100 kwanzas, constitui um dos “caminhos certos” para a redução do volume monetário fora do circuito bancário oficial, avaliado em 200 mil milhões de kwanzas, afirmou em Luanda o director-geral do Instituto de Formação Bancária, Cândido Augusto Vazo

Falando sobre as vantagens da “redução dos requisitos para a abertura de conta bancária,” o responsável sustentou que o aumento da bancarização impulsiona a transacção do dinheiro plástico e reduz o uso do capital em papel: “Acho que a política cambial do BNA, baseada no Depósito e Poupança “Bankita” cria igualmente oportunidades e facilidades à banca comercial nacional em ver mais cédulas monetárias a circular no mercado bancário formal”, justificou.

Segundo o gestor, um cidadão com o seu capital bancarizado nem sempre precisa de dinheiro em “cash” para pagar despesas, pode utilizar meios disponibilizados pelo banco como o sistema multicaixa e os terminais de pagamentos automáticos para pagar água, luz, telefone e fazer compras nos estabelecimentos comerciais. Quanto à capacidade da banca comercial em atender ao aumento da procura, Cândido Vaz referiu que os bancos operadores estão em condições de satisfazer de modo adequado a procura dos cidadãos, devido ao considerável número de instituições e agências bancárias já existentes nas 18 províncias. A nova política cambial do BNA resultou na assinatura de um protocolo que envolve, numa primeira fase, o Bancos de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Negócios Internacional (BNI), Sol, Banco Comercial Angolano (BCA), Banco de Fomento Angola (BFA), Keve, BAI Micro Finanças e o Banco de Investimentos e Crédito (BIC). A iniciativa resultou no lançamento, no início deste mês, de dois novos produtos do Banco Nacional de Angola – o Depósito “Bankita” e o Poupança “Bankita a Crescer”, que visam a inserção dos

cidadãos no sistema bancário, sobretudo os mais carenciados financeiramente.

O Depósito “Bankita” permite a abertura de conta com o valor mínimo de cem kwanzas e a apresentação de qualquer documento válido, podendo a mesma facilitar as actividades financeiras quotidianas através da utilização de um cartão multicaixa por futuros clientes bancários, diminuindo o risco de perda do dinheiro. O Depósito “Bankita a Crescer” foi criado para ajudar as pessoas a economizar, tendo em conta a importância da poupança. Para aderir a este produto, o cidadão deve ter um mínimo de mil kwanzas e uma conta num dos oito bancos parceiros.

2.14 Crédito agrícolas de campanha chega ao tomboco

Jornal o independente
20 de Agosto de 2011

Seis milhões de kwanzas foram disponibilizados pelo Banco de Comércio e Indústria (BO) para os agricultores do município do Tomboco, província do Zaire, no âmbito do programa Crédito Agrícola de Campanha. A informação foi avançada na última quinta-feira, no Tomboco, província do Zaire, pelo gerente do Banco de Comércio e Indústria (BO), no Soyo, Paulo Luvaika Júnior, no acto de lançamento do crédito bancário, presidido pelo administrador municipal, Gouveia Pedro da Silva.

De acordo com o gestor bancário, numa primeira fase o Crédito Agrícola de Campanha vai contemplar 53 camponeses filiados em três cooperativas e uma associação da sede municipal do Tomboco. O responsável solicitou aos beneficiários para honrarem com o compromisso, fazendo o reembolso dos valores dentro de dez meses.

O administrador municipal do Tomboco, Gouveia Pedro da Silva, destacou o trabalho do executivo Angolano na resolução dos problemas que ainda afligem a população, para o combate à fome e à pobreza, realçando que a estratégia do Governo em conceder crédito agrícola aos agricultores vai contribuir para o fomento da actividade agrícola e pediu aos beneficiários que façam uma gestão racional dos valores emprestados.

“Gostaria de apelar aos beneficiários para utilizarem o valor de forma racional, porque o montante equivalente em kwanzas a cinco mil dólares norte-americanos será reembolsado dentro de dez meses”, recordou.

Os agricultores do Tomboco foram contemplados com inputs agrícolas e outros meios para o fomento da agricultura na região.

No município do Tomboco existem nove cooperativas e onze associações agrícolas. Tomboco é o segundo município da província do Zaire a beneficiar do Crédito Agrícola de Campanha, depois de a sede municipal de Mbanza Kongo ter testemunhado o lançamento do programa, em Julho último.

2.15 Roboteiros continuam marinalizados

Jornal semanario o continente
19 de Agosto de 2011

O dia dos roboteiros, vulgo “bagageiros” começa muito cedo, por volta das cinco horas da manhã. Eles não precisam esperar uma “ordem superior” para tirarem as mercadorias das casas onde são guardadas e levá-las ao local da comercialização.

Os roboteiros surgiram como “cogumelos em tempo de chuva”, na sequência do recrudescer da guerra no interior do país, na década de oitenta e meados de noventa, agravada corria as simetrias económicas resultantes da governação discriminatória, que provocou o êxodo populacional nas zonas do litoral, com maior realce para a capital do país.

Este fluxo migratório foi acompanhado pelo surgimento de profissões e de movimentos que provocaram o surgimento de novas classes sociais dentre eles os roboteiros. Esta classe, constituída maioritariamente por jovens vindos do sul do país, é a mais marginalizada.

Para além dos abusos diários que os roboteiros enfrentam, vêem-se também ao braço com a presença dos fiscais, obrigando-os a pagar impostos ao Estado.

A maioria não possui instrução académica que lhes permite ter acesso a formação nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino. Por isso optaram por fazer trabalhos que mais se adequam à sua condição.

Entre os roboteiros nota-se um clima de solidariedade, pois, têm um único objectivo: ganhar o pão para o sustento das suas famílias que ficaram a quilómetros de distância.

Não ganham muito no exercício da sua actividade, mas o pouco permiti-lhes comprar a alimentação e fazer algumas reservas para levar à casa, quando deixarem a cidade capital. Muitos têm residência em Luanda e, com o pouco que ganham, conseguem sustentar a sua família, bem como custear os estudos dos filhos. Segundo apurou este jornal, é voz corrente por parte dos roboteiros, que as políticas do Executivo para a juventude devem ser

reformuladas, dando maior oportunidade à formação profissional e acesso ao primeiro emprego, bem como ao micro crédito com juros aliciantes.

Para além de adultos, é notória nos últimos tempos a presença de adolescentes nesta prática, constituindo um atentado aos Direitos da Criança. Elas são obrigadas a trabalhar para ajudar os pais no sustento da casa, conforme contaram alguns entrevistados, uma vez que os progenitores vivem debaixo da linha de pobreza.

Manuel Joaquim, natural de Benguela, deixou a terra natal aos 13 anos fugido da guerra. Em Luanda, sem parentes que o pudessem acolher, começou por viver na rua, enfrentando as mais amargas experiências da vida.

A delinquência, chuva e o frio foram algumas das barreiras que teve de ultrapassar, até decidir ser roboteiro. Agora, aos 23 anos, vive no bairro da Camama, com amigos, numa residência alugada ..

2.16 Mototaxistas estrangeiros atrofiam Luanda

*Jornal semanario factual
de 20 a 27 de Agosto de 2011*

O Factual constatou que os estrangeiros, igualmente apelidados “dialós”, circulam na maioria das vezes sem documentos, quer pessoal, quer de transporte. Em contrapartida, a Polícia de Trânsito (PI) ignora o dever de trabalho em detê-los, preferindo receber destes indivíduos 100 a 500 Kwanzas para a sua livre circulação na periferia.

A falta de documentação não é a única parte constrangedora dos estrangeiros que ousam fazer o serviço de Moto Táxi, mas também a não instrução regular do Código de Estrada para motociclos, a lotação excessiva para motorizadas a três rodas, a falta de uso do capacete pelo proprietário e, em alguns casos, a alteração forjada das mesmas motorizadas, que chegam a provocar acidentes que resultam em mortes imediatas.

Conforme o sociólogo Samuel Menezes, a atitude da PT em pleno trabalho, na cidade capital, tem, actualmente, inviabilizado o crescimento do imposto financeiro e o pagamento orientado do mesmo pelos cidadãos infractores por muitos agentes serem facilmente corrompidos. O universitário acredita que, com o comportamento desta natureza apresentado pelos agentes fiscalizadores, o País pode soçobrar ao descrédito do seu sistema fiscal e de segurança para uma dependência financeira do petróleo, enquanto os impostos continuarem a entrar nos bolsos agudos de agentes gananciosos sem responsabilidades com o povo Angolano.

Os municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana são os locais de maior rotina para a labuta nos períodos da manhã e da tarde, em que os cidadãos estrangeiros fazem das suas motorizadas o meio de subsistência financeira e alimentar, além de outros negócios no qual apostam em colectividade, como a venda de mercadoria a grosso e a retalho em Cantinas e armazéns para compensações em caso de deficit financeiro.

Os moto taxistas abordados pelo Factual minimizaram a preocupação pela documentação, argumentando outras necessidades e replicando que a actividade é temporária, pelo que não há necessidade de se exigir de mais. Os mesmos dizem faltar uma associação fiscalizadora que os possa defender e ajudá-los a capacitar as normas de trânsito.

2.17 Kupapatas ganham mercado em Ndalatando

*Jornal de Angola
21 de Agosto de 2011*

Há três anos, as motorizadas na cidade de Ndalatando, capital do Kwanza-Norte, eram utilizadas como meio de transporte individual. Hoje, este meio de transporte passou a ser um meio de rendimento, estando massificado em todas as ruas da cidade e arredores, sobretudo agora que Ndalatando cresce a olhos vistos, mas nem sempre acompanhado das estruturas físicas e rodoviárias que as grandes e modernas cidades oferecem. É aqui que as moto-táxis, vulgo kupapatas, entram, cobrindo o espaço deixado vago pelos transportes públicos de passageiros.

Porque não há serviços de táxi na verdadeira acepção do termo, os kupapatas desempenham um papel importante na transportação de pessoas e mercadorias. Chegam a todos os lugares, sobretudo às ruas em péssimas condições, que impedem a chegada dos transportes de quatro rodas.

A reportagem do Jornal de Angola constatou no centro da cidade de Ndalatando e em alguns bairros periféricos que o negócio é lucrativo e ganha corpo. Em cada esquina ou ruela é notória a presença de várias motorizadas. Muitas pessoas encontram neste negócio a única fonte de rendimento e sustento. Não vivem no luxo, mas não passam fome, disse um kupapata.

Negócio prospera o negócio é relativamente novo em Ndalatando, comparado com cidades como Luanda, Huambo ou Benguela, onde os kupapatas são já aos milhares e existem estruturas associativas em formação. Em Ndalatando, os kupapatas são hoje o meio de

transporte mais utilizado pelos cidadãos, para o serviço, escola, mercados e outros lugares.

Sem paragens para carregar e descarregar os passageiros, os moto-taxistas circulam de um lado para o outro à procura de passageiros e não complicam. Logo que tenham a possibilidade de levar um, levam-no até ao seu destino sem queixumes.

Em cada corrida na cidade cobram 100 kwanzas. Para os arredores é mais caro. Mas não se pense que em Ndalatando há apenas moto táxis de duas rodas, há também de três rodas com carroçaria, muito utilizados nos países asiáticos como Índia, China e Tailândia. Estes têm a vantagem de levar mercadoria diversa e também passageiros, cobrando 50 kwanzas pelo passageiro e 100 pela carga, na cidade. Quanto mais longe fora da cidade, os preços da corrida sobem, mas são sempre discutidos antes da viagem.

Sob a Kiucamba

De 62 anos, o soba do bairro Camundai, Daniel Kiucamba Kamzele, pai de oito filhos, é igualmente um moto-taxista. Apesar da idade e dos perigos que a estrada representa, ele não teme acidentes ou outros perigos. Diz que é cauteloso na estrada e que até agora não tem razões de queixa. Quanto à incompatibilidade de ser, ao mesmo tempo, soba e kupapatas, ou moto-taxista, Daniel Karnzele disse que é apenas um simples soba com uma família numerosa para sustentar.

“Sou apenas um simples soba, ganho mensalmente dez mil Kwanzas e penso que este dinheiro não satisfaz as minhas despesas caseiras e, por isso, além do trabalho do campo e do sobado, dedico-me a esta actividade para ganhar algum dinheiro para sustentar a família. Antes, quando era jovem, dedicava-me à camionagem e por isso acho-me em condições de conduzir uma motorizada sem problemas.”

Para ele, a facilidade na aquisição das peças sobressalentes encoraja-o a continuar na profissão, porque a moto nunca pára e no fim do dia leva sempre para casa “algum dinheiro que dá para as compras”.

José Barradas, de 23 anos, disse estar no negócio há mais de um ano. Conta que o seu ganha-pão começa com uma pequena manutenção na moto às cinco da manhã e às seis começa a actividade, que só termina às 19 horas. “Este ano não tive possibilidade de ingressar no Instituto Normal de Educação (INE). Fiz o teste de admissão, mas infelizmente não passei, por isso encontrei nisso a melhor forma de estar na vida sem cair em actos ilícitos, mas tudo vou fazer para no próximo ano conseguir uma vaga e continuar os estudos”, disse.

José Barradas conta que faz todos os dias trajectos diferentes. Confidenciou-nos que é um negócio que “dá para aguentar a cozinha”. Por dia chega a facturar cinco a seis mil kwanzas e por mês 150 mil kwanzas. Revelou ainda que antes trabalhava com uma moto alheia, o que o obrigava a entregar diariamente dois mil kwanzas ao proprietário, além de manter, é claro, a moto sempre em condições de trabalhar, sendo que a manutenção também dependia dele. “Agora, que consegui comprar a minha própria moto, trabalho sem pressão e faço o meu dinheiro sem problemas”, disse.

Funcionário aliviado

O funcionário público Pedro Miranda, morador do bairro Carreira de Tiro, fez saber que adquiriu em Luanda cinco motorizadas e legal para a prática do serviço de táxi. “Desde que coloquei as motos a trabalhar, há dois meses, nunca mais passei dificuldades. Diariamente tenho dez mil kwanzas em mão e sinto-me aliviado. Com este dinheiro consigo ajudar a família nos gastos correntes e poupar uma parte, sem já as preocupações de quem espera pelo salário para resolver os problemas do dia-a-dia”, disse visivelmente satisfeito.

Como Pedro Miranda, Jovial Tecula e Trindade de Moura, também funcionários públicos, possuem duas motos cada um a prestar serviço de táxi e garantiram à nossa reportagem que, apesar dos jovens que as conduzem receberem diariamente mais de dois mil kwanzas, o dinheiro que recebem no fim de cada jornada “é razoável e dá para suportar os gastos correntes”.

Quem mais beneficia com as moto-táxis são os munícipes espalhados pela cidade. Madalena Mazaíla se disse que todos os dias, para se deslocar de casa ao trabalho e vice-versa, apanha uma motorizada.

Segundo ela, desde a entrada em ex. funcionamento destes serviços, apensar dos constrangimentos relacionados com a falta de capacetes, licença de aluguer e de condução por ao parte de alguns jovens, ainda as sim as motorizadas têm estado a facilitar a deslocação das pessoas.

“Só posso agradecer às pessoas que pensaram pôr em prática esta actividade nesta cidade, mas ao mesmo tempo aconselho a todos os moto-taxistas a tratarem da licença.”

Para o passageiro Andrade Kissunda, as moto-táxis têm sido muitas vezes a sua salvação. Morador do bairro Vieta e pedreiro numa obra no centro da cidade, disse que se não fossem as moto-táxis era até muito difícil cumprir o horário de trabalho, uma vez ser igualmente j estudante. “Como não disponho de viatura, sou obrigado a recorrer de, aos préstimos das motos, que dão XIS urn grande jeito.”

Muitos moto-taxistas contactados pela nossa reportagem consideraram rentável o exercício da actividade em Ndalatando, a julgar pela adesão cada vez maior de pessoas que solicitam os seus serviços nos últimos tempos. Para eles, o seu trabalho está a melhorar a transportação de pessoas e bens, com viagens curtas, essencialmente para escolas, hospitais e mercados.

O moto-taxista Evaristo Sebastião, estudante da oitava classe, exerce a actividade há quase dois anos e consegue com o trabalho juntar diariamente dois mil kwanzas, dinheiro que no fim do dia entrega ao proprietário. “Durante a semana eu tenho também o meu dia. As vezes faço mais de dois mil kwanzas, mas o contrato está estipulado para entregar apenas este valor e caso reste algo, é meu”.

João Francisco, pai de dois filhos e antes desempregado, refere que para sustentar a família a alternativa foi comprar uma motorizada. “Com este trabalho já me é possível sustentar a família e fazer mais coisas.” Revela que, apesar de ser um trabalho estafante, não o larga, até encontrar um trabalho com dignidade para o seu ganha-pão.

As moto-táxis em Ndalatando são na sua maioria com cilindrada de 50cc e grande parte dos moto-taxis não está habilitada para conduzir, não paga taxa de circulação e não usa capacete.

O chefe de secção de viação e trânsito do Kwanzas-Norte, Benedito Santana, frisou que durante o período de actividade de moto-táxis nestas paragens, a direcção emitiu mais de mil livretes, procedeu à distribuição de 339 aos respectivos donos, sendo que a maioria ainda não foi levantada pelos respectivos titulares.

2.18 Medidas sobre redução do valor mínimo foi destacada pelos cidadãos de Luanda

Jornal de Angola
22 de Agosto de 2011

A redução pelo Executivo, através do Banco Nacional de Angola (BNA), do valor mínimo para a abertura de conta bancária a cem kwanzas foi enaltecida pela população da capital, para quem a medida facilita a bancarização do dinheiro.

Abordada pela Angop, a maioria dos cidadãos foi unânime em afirmar que a medida vai beneficiar significativamente a população mais desfavorecida financeiramente, bem como aqueles que não possuem bilhete de identidade, devendo fazê-lo com qualquer documento válido.

Jaime Fortuna, economista e docente universitário, afirmou que a baixa do valor mínimo para 100 kwanzas vai permitir a socialização da população na adesão dos serviços bancários, bem como possibilitar ao Executivo diminuir a quantidade de recursos fora do sistema monetário.

“Essa medida vai facilitar a inclusão de mais pessoas no sistema bancário e estimular a poupança das famílias, que se torna num processo mais natural. Com essa estratégia se vai, certamente, diminuir o dinheiro fora do circuito e, com isto, dar-se maior eficiência ao sistema monetário e a economia nacional só ganha”, sustentou. Por seu lado, o professor Mário Pinto de Andrade louvou a iniciativa do Executivo porque, ‘na sua óptica, não é possível em Angola um cidadão abrir conta com o valor exigido anteriormente, por considerar o vaio quer reduzir massa monetária em circulação elevado, fazendo com que poucas pessoas abrissem contas.

O analista político ressaltou a existência de elevado valor fora do sistema bancário (cerca de 200 mil milhões de kwanzas – o equivalente a dois mil milhões de dólares), salientando que a maior parte do dinheiro deve estar dentro do sistema bancário, até porque fica mais seguro e permite aos bancos praticarem taxas de juro favoráveis.

Para a técnica média de Gestão Empresarial, Débora da Silva, a medida é salutar, mas apela às instituições bancárias envolvidas no processo a melhor organizarem-se para corresponderem à demanda que se prevê elevada, principalmente o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que diariamente regista grandes enchentes.

Essa nova política cambial do Banco Central resulta de um protocolo com oito bancos comerciais, nomeadamente o de Poupança e Crédito (BPC), de Negócios Internacional (BNI), Sol, Comercio Angolano (BCA), Fomento Angola (BFA), Keve, banco BAI Microfinanças e o de Investimentos e Crédito (BIC).

A iniciativa culminou com o lançamento, no início deste mês do produto “Depósito Bankita”, que permite a abertura de conta com o valor mínimo de 100 kwanzas e a apresentação de qualquer documento válido, visando essencialmente a inserção de todos os cidadãos no sistema bancário.

2.19 Bankitapode ser projecto inclusivo

Jornal de Angola
25 de Agosto de 2011

O economista e professor universitário Jaime Fortuna solicitou na terça-feira, em Luanda, maior divulgação do produto bancário Depósito Bankita, lançado a 4 de Agosto pelo Banco Nacional de Angola (BNA), que reduz o valor mínimo para a abertura de uma conta para 100 kwanzas, para incluir todos os cidadãos no circuito bancário.

“Embora o programa esteja a vingar, precisa-se de uma campanha publicitária mais agressiva e abrangente, porque presume-se que a adesão ainda é tímida e o grosso da sociedade, sobretudo os cidadãos de baixa renda, carecem de mais explicações”, disse o economista citado pela Angop.

Entre outras vantagens, sublinhou que a medida ajudará a reduzir a massa monetária fora do circuito bancário e isso dará maior eficiência ao sistema e fará funcionar a política monetária, tendo em conta que a existência de elevados recursos no mercado informal cria alguma fragilidade nos bancos.

Em declarações sobre a redução dos requisitos para a abertura de contas bancárias, o professor universitário acrescentou ser uma boa medida em termos técnicos, mas que em termos operacionais pode obrigar as instituições bancárias a redobrem esforços para corresponder às expectativas.

Quanto à aceitação de qualquer documento válido, referiu que o maior risco consiste no aluguer de contas, o que é pouco provável, uma vez que o Executivo criou mecanismos para prevenir fraudes.

O Bankita é um acordo assinado entre o BNA e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Negócios Internacional (BNI), Banco Sol, Banco Comercial Angolano (BCA), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Keve, BAI Micro Finanças e o Banco BIC.

2.20 Abertura simplificada de conta bancaria

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2011

O Banco Nacional de Angola (BNA) introduziu, em colaboração com vários bancos comerciais, os produtos Depósito Bankita e Poupança Bankita, que simplificam o processo de abertura de conta bancária com um depósito de 100 kwanzas e a apresentação de um documento de identificação, com o objectivo de inserir todos os cidadãos no sistema bancário.

No entanto, segundo a agência Angop, a maioria da população, sobretudo os jovens com idades compreendidas entre os 20 e 35 anos, desconhecem a medida que permite abrir uma conta bancária com 100 kwanzas (equivalentes a dez dólares norte-americanos) e apresentar um documento válido, como o passaporte ou a carta de condução. Alguns cidadãos entrevistados pela Angop desconfiaram da informação, alegando ser prática dos bancos exigirem para a abertura de uma conta, no mínimo, um depósito equivalente a 200 dólares.

Apenas um número reduzido admitiu estar ao corrente da facilidade de abertura de conta por terem visto a informação veiculada pela televisão. Grande parte dos interlocutores afirmou também não ter conta bancária por desinteresse e também por preferir conservar o dinheiro em casa. Um número muito reduzido disse que possuía conta bancária e que fazia poupança.

“Não tenho conta bancária, ne estou informado sobre as facilidades de abertura de conta facilitada que o senhor jornalista faz referência”, declarou o vendedor ambulante Beto Rafael, quando questionado se estava ao corrente dos produtos bancários Depósito Bankita Poupança Bankita.

Beto Rafael disse ser difícil fazer poupanças, porque o que tem conseguido não chega para comprar comida todos os dias. Por sua vez Paulo Jorge, companheiro de actividade de Beto Rafael, mostrou-se interessado em abrir uma conta bancária. Outro vendedor ambulante, Manuel Guimarães Dalila, tem conta bancária, mas não faz poupança, porque diz que ganha apenas para as necessidades.

Lourenço Manuel, trabalhador de uma empresa de segurança, disse que está informado sobre os novos produtos lançados bancários, mas foi contrariado quando se dirigiu ao Banco BIC para abrir conta e lhe exigiram 20 mil kwanzas (equivalente a 200 dólares).

O BNA assinou um protocolo de cooperação com os bancos comerciais BPC, BNI, Sol, BCA, BFA, Keve, BAI Micro-finanças e mesmo, que permite a abertura de conta bancária, mediante o depósito de 100 kwanzas e a apresentação de um documento de identidade, no âmbito dos produtos Depósito Bankita e Poupança Bankita.

2.21 Serviços na baixa fechados aos domingos

Jornal de Angola
28 de Agosto de 2011

Aos domingos, a Baixa de Luanda tem praticamente todos os estabelecimentos comerciais encerrados. Comer uma refeição é quase impossível. Fazer compras muito menos. A grande capital de Angola está a precisar de espaços comerciais. Os luandenses por enquanto ficam pelo “negócio fechado”.

A Baixa de Luanda quase encerra os seus negócios aos domingos. Restaurantes, boutiques, lojas de brindes, casas de câmbios, quiosques e livrarias ficam fechados. Os luandenses lamentam o facto e dizem que os empresários são os que mais perdem, porque quem quiser “fechar” um bom negócio recorre ao mercado informal. Jorge Sousa, gestor de hotelaria, pegou na família e foi passear para a Baixa de Luanda, com o intuito de almoçar e fazer algumas compras. Mas encontrou tudo encerrado. Os poucos restaurantes abertos não tinham um só lugar vago e havia dezenas de clientes na lista de espera.

“A nossa cidade é linda, mas na Baixa de Luanda não há movimento aos domingos, ao contrário de outros países, onde os centros históricos das cidades têm uma grande dinâmica, sobretudo em ofertas culturais e de lazer”, referiu Jorge Sousa.

O gestor de hotelaria considera que é urgente revitalizar a Baixa. “E uma questão de hábito. Quando houver lojas, jardins, restaurantes, esplanadas, cinemas, teatros na Baixa de Luanda. As pessoas acabam por frequentar esta parte da cidade”, disse.

Laura Cristina trabalha numa das livrarias mais antigas do país. Conhece outros países e os hábitos e movimentos que Luanda regista aos domingos não têm comparação possível. Conta que a sua livraria já chegou a abrir aos sábados, mas por falta de clientes, hoje nem aos sábados funciona: “trabalhamos de segunda a sexta-feira e por falta de clientes somos forçados a fechar aos sábados e aos domingos”, disse

“Em Luanda é impossível ao domingo fazer um programa que inclua compras. Não é só aos domingos.

Mesmo a partir de sexta – feira quase já não se sente movimento aqui na Baixa de Luanda”, afirmou Laura Cristina.

Juseta Manuel gosta de “curtir” é com os filhos na Baixa de Luanda. Encontramo-la a ver uma montra de roupa para crianças. Como a loja estava encerrada ficou pelo olhar, embora tivesse vontade de comprar roupa para a filha que levava ao colo. Para ela, Luanda fica com vida aos sábados e domingos nas zonas suburbanas, como Sambizanga, Rangel e Cazenga, onde se regista um movimento frenético. “Aos domingos encontramos nos Congolese o ambiente da semana ou até melhor. Jovens a jogarem futebol ou basquetebol em campos improvisados. Salões de beleza e botequins improvisados a atenderem as clientes. E lindo ver a alegria estampada no rosto das pessoas que frequentam essas zonas”, referiu.

Laura Cristina reconheceu que os empresários fecham as casas comerciais aos domingos porque não dá lucro. “Cada qual com a sua visão comercial. E bem verdade que muitos de nós aqui não temos o hábito de almoçar aos domingos com a família num restaurante e ir O gesto comprar uma peça de roupa ou calçado. Mas fora do país fazemos isso”, precisou. Zungueiras sem descanso

Se para os grandes comerciantes o domingo não é dia de vendas, para as zungueiras a realidade é diferente. Eugénia Francisco é Zungueiras. Ela vende todos os dias da semana excepto aos sábados, mas tem o domingo como melhor dia de vendas. Encontramo-la em frente à igreja dos Remédios a vender objectos sagrados. A jovem de 28 anos disse à nossa reportagem que é neste dia que mais factura: “eu só vendo objectos sagrados e é no domingo que maior número de pessoas aqui se desloca. Então aproveito esta enchente para despachar o meu negócio que nem sempre consigo vender nos dias normais”, explica.

Eugénia conta que desde que optou pela venda de objectos sagrad9s, apenas descansa aos sábados. “E normalmente aos sábados que descanso. Aproveito para lavar a roupa das crianças e tratar da minha casa, até porque os meus filhos ainda são menores”, disse.

2.22 Colocação de agências bancárias em mercados oficiais de Luanda

Jornal de Angola
29 de Agosto de 2011

O presidente do Conselho Fiscal da Associação Provincial de Luanda dos Vendedores, Sebastião Gambôa, defendeu ontem a criação de agências bancárias nos mercados oficiais da capital para se evitar a circulação frequente de valores fora do sistema bancário.

Falando à imprensa, Sebastião Gambôa disse que, com a instalação de agências bancárias em mercados, os vendedores teriam a noção da importância do sector bancário nas suas vidas.

A associação já teve encontros com as estruturas do Governo da Província de Luanda para que o projecto seja materializado.

Sobre a venda ambulante, Sebastião Gambôa informou que a associação está a sensibilizar este segmento do mercado informal para que deixe de comercializar produtos à berma das estradas, porque isso põe em risco a própria vida.

Para o responsável da Associação dos Vendedores da província de Luanda, os vendedores ambulantes devem trabalhar em locais fechados, onde existe energia eléctrica, água corrente, pontos de conservação de produtos e com segurança adequada.

2.23 Produto bancário lançado pelo bna é vantajoso para comunidades rurais

Jornal de Angola
24 de Agosto de 2011

O produto bancário Depósito Bankita, lançado a 4 de Agosto pelo Banco Nacional de Angola (BNA), que reduz para 100 o valor mínimo para a abertura de uma conta bancária e a apresentação de qualquer documento válido, vai facilitar, essencialmente, as comunidades rurais e famílias de baixa renda.

A afirmação é do professor universitário Mário Pinto de Andrade, para quem a medida afigura-se como uma inovação salutar nos serviços do BNA, uma vez que permitirá incluir as pessoas mais desfavorecidas, quer documentalmente, quer financeiramente, no sistema bancário, sem muito esforço.

Em entrevista concedida ontem à ANGOP, a propósito do tema “A redução dos requisitos para a abertura da conta”, destacou que “é uma boa iniciativa, porque

facilitará significativamente as famílias de baixa renda e que não possuem bilhete de identidade, principalmente as que vivem em zonas rurais, onde os bancos são escassos”.

Relativamente às enchentes que se registam nos bancos, Mário Pinto de Andrade manifestou-se optimista num desempenho positivo das instituições bancárias envolvida no processo, dado o longo período de campanha de educação financeira realizada pelo BNA, a modernização dos bancos e o surgimento gradual de novas agências. O docente louvou, entretanto, a iniciativa do Executivo, salientando que permitirá dinamizar o processo de bancarização, elevar o activo dos bancos e incluir pessoas de distintos escalões (sem discriminação) no sistema. “Era difícil abrir conta com o valor mínimo exigido outrora, cerca de 200 dólares”, reconheceu.

Mário Pinto de Andrade considerou a medida acertada, mas apelou ao BNA a expandir esse projecto ao interior do país, sobretudo nos municípios estratégicos onde não há agências dos bancos comerciais, e não se limitar aos centros urbanos. Questionado sobre as vantagens da medida, afirmou que quanto mais dinheiro os cidadãos depositarem nos bancos, mais haverá para financiar a economia, os projectos do governo e o próprio desenvolvimento do país.

“Portanto, a maior parte da população deve estar dentro do sistema bancário. Esperamos que os bancos comerciais adiram a essa campanha do governo e que no final do ano tenhamos mais pessoas com contas. Mas não é só abrirem contas, devem também depositar dinheiro nessas contas. E mais seguro guardar o dinheiro no banco do que em garrações ou colchões”, aconselhou.

No âmbito do Depósito Bankita, o BNA, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Negócios Internacional (BNI), Banco Sol, Banco Comercial Angolano (BCA), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Keve, BAI Micro-finanças e Banco de Investimentos e Crédito (BIC) assinaram um protocolo de cooperação neste projecto. O Banco Nacional de Angola (BNA) permite a abertura de conta com o valor mínimo de 100 kwanzas e a apresentação de qualquer documento válido (cédula, certidão de nascimento, carta de condução, entre outros), visando essencialmente a inserção de todos os cidadãos no sistema bancário.

2.24 Bai micro finanças com carteira de 10 milhões de dólares para crédito

Jornal de economia e finanças
23 de Agosto de 2011

O Banco BAI Micro Finanças (BMF) dispõe de uma carteira estimada em 10 milhões de dólares norte-americanos para financiar créditos agrícolas ao investimento no país, conforme anunciou o presidente da comissão executiva, Ari de Carvalho.

O dirigente que falava no acto de inauguração da nova agência do BMF em Cabinda referiu que o montante a financiar insere-se num acordo assinado em parceria com o Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA), para participar no crescimento da actividade agrícola em todo o país.

Para o gestor bancário, se a província de Cabinda onde está, agora, instalado o novo balcão ao BMF apresentar bons projectos para o sector agrícola, a maior parte do montante vai ser destinada para a região, sublinhando que a instituição que dirige não tem valores específicos para financiar projectos, pois, o banco é uma instituição que atende o mercado caso por caso de acordo com as necessidades dos clientes.

Ari de Carvalho afirmou ainda que o banco não dispõe de montantes específicos para conceder créditos em Cabinda. “Temos alguma ideia do que queremos desenvolver na região. O valor para a nossa actividade em Cabinda é infinito, esperamos ter boas perspectivas nesta região do território nacional”, disse.

De acordo com o gestor bancário, fruto da boa dinâmica demonstrada nos seus serviços durante os sete anos de existência, o BMF conseguiu manter cerca de 60 mil clientes que registam um retomo de crédito na ordem dos 95 por cento e uma carteira institucional de crescimento de 113 por cento atingida no ano passado. Adiantou que o incremento do volume de negócios do BMF resulta de uma equipa dinâmica da oferta de produtos e soluções financeiras aos clientes.

O Banco BAI Micro Finanças com uma excelente política de concessão de empréstimos no mercado que se adequa à capacidade de reembolso permitiu manter um espírito duradouro com os seus clientes, facilitando a adesão de 50 empresas ao programa de parcerias e o registo de vários serviços dos clientes tradicionais da instituição bancária. O BMF possui cerca de 30 produtos destinados aos diferentes segmentos dos sectores de actividade, onde se inclui o atendimento do beneficiário da economia não controlada, transformando-o num agente activo e suportado de outras formas mais relevadas da organização empresarial.

Segundo Àri de Carvalho, o BMF, com sete anos no mercado, como novo banco comercial, tem-se orientado sempre na forma inovadora para a sua participação activa no desenvolvimento humano e a redução das assimetrias que se observam na instituição tem vindo a dar prioridade a uma cultura de poupança e de investimento em micro, pequenos e médios negócios em Angola.

Produtos atractivos

O Banco BAI Micro Finanças (BMF) tem 30 produtos disponíveis para a economia, dos quais se destacam o crédito agrícola ao investimento, empresarial, compra de máquina de gelados, micro-propina, kit de engraxador, jovem empreendedor, micro salário, campanha agrícola, micro-fixe Mais, formação, casamento, automóvel, alfandegário e micro-crédito amigo, totalmente atractivos para os clientes que queiram investir num dos segmentos.

O presidente da comissão executiva, Ari de Carvalho, disse que para um cliente adquirir um crédito no BMF deve possuir os documentos básicos, que são a identificação e um plano de negócios para que os técnicos possam avaliar caso por caso a intenção do negócio. De acordo com o responsável máximo do BMF, a ideia é ter um banco de micro-finanças com um processo diferente de análise do crédito de um banco tradicional.

“O BMF tem uma maneira operacional diferente da banca comercial. Temos este balcão em Cabinda e os técnicos das equipas móveis irão ao encontro do cliente para fazerem uma análise do projecto. Depois da aprovação, far-se-á o desembolso. Na verdade, temos esta agência como a central. Talvez, no futuro, vamos ter outras agências em Cabinda, mas, de momento as nossas equipas irão a vários municípios para contactarem os potenciais clientes”, disse, referindo que o valor mínimo para o crédito é de 500 dólares americanos, equivalentes em kwanzas.

Com a inauguração da nova agência, o BMF conta agora com 15 balcões instalados em Cabinda, Benguela, Huambo, Huíla, Malanje, Uíje e Luanda. A capital do país tem o maior número de balcões, com um total de oito, onde o Banco BAI Micro Finanças aposta na qualidade dos seus serviços.

As portas estão abertas para todas as pessoas que não fazem parte do circuito bancário de Angola abrirem uma conta no BMF para se habilitarem do crédito de consumo, desde alguém que queira comprar uma geleira, uma mobília a muito mais. Também temos créditos específicos para todos os segmentos, desde de micro, pequenas e médias empresas para quem quiser iniciar um negócio, ter capitais de giro ou fazer investimentos

para uma pequena fábrica. Podemos, ainda, fazer parte de alguns protocolos de programas que o Governo tem para a agricultura”, esclareceu.

Mais bancos

Com a abertura da nova agência do BMF, a província conta agora com 12 operadoras bancárias, designadamente BAI, BCA, Banco de Poupança e Crédito (BPC), Millennium Angola, Banco Sol, Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco de Comércio e Indústria (BCI), Totta Angola e Banco Espírito Santo Angola (BESA), o que é uma mais valia para província porque tem merecido uma atenção dos bancos comerciais.

Para o vice-governador Macário Lembe, a abertura da nova agência do BMF vai impulsionar a produção através da capacitação financeira daqueles que queiram investir na província. De acordo com o governante, todas as pessoas que beneficiarem dos micro créditos do BMF deverão assumir a responsabilidade de aplicarem de maneira positiva os valores emprestados pelo banco. O governador de Cabinda, Mawete João Baptista, alertou aos responsáveis da nova agência bancária que os créditos a conceder não devem limitar-se apenas à cidade de Cabinda, mas estender-se aos municípios do Belize, Buco Zau, Cacongo e principalmente àquelas zonas onde estão a ser reabilitadas as estradas secundárias e terciárias para que as populações possam, também, beneficiar dos serviços bancários.

O bancário Miguel Banganga, do Banco Nacional de Angola (BNA), referiu que o órgão reitor da política monetária no país tem estado a apelar os bancos comerciais para se instalarem nos municípios do interior com o objectivo de estenderem os seus serviços.

2.25 Colocação de agências bancárias em mercados oficiais de Luanda

Jornal de Angola

29 de Agosto de 2011

O presidente do Conselho Fiscal da Associação Provincial de Luanda dos Vendedores, Sebastião Gambôa, defendeu ontem a criação de agências bancárias nos mercados oficiais da capital para se evitar a circulação frequente de valores fora do sistema bancário.

Falando à imprensa, Sebastião Gambôa disse que, com a instalação de agências bancárias em mercados, os vendedores teriam a noção da importância do sector bancário nas suas vidas.

A associação já teve encontros com as estruturas do Governo da Província de Luanda para que o projecto seja materializado.

Sobre a venda ambulante, Sebastião Gambôa informou que a associação está a sensibilizar este segmento do mercado informal para que deixe de comercializar produtos à berma das estradas, porque isso põe em risco a própria vida.

Para o responsável da Associação dos Vendedores da província de Luanda, os vendedores ambulantes devem trabalhar em locais fechados, onde existe energia eléctrica, água corrente, pontos de conservação de produtos e com segurança adequada.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedores ambulantes inundam ruas de discos piratas

Jornal de Angola
04 de Agosto de 2011

O representante da União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) em Cabinda, Alberto Zau, defendeu a criação na província de lojas para venda de material discográfico para desencorajar a prática de pirataria, que aumenta na região a cada dia que passa. Alberto Zau referiu que a falta de estabelecimentos comerciais especializados está a propiciar a pirataria, pois, as pessoas interessadas em comprar discos originais não sabem onde os adquirir.

Como não existem discotecas, os consumidores são obrigadas a adquirir CD e DVD directamente aos vendedores ambulantes espalhados pela cidade.

Para o músico Alberto Zau, a pirataria além de constituir crime prejudica financeiramente os músicos porque a obra pirateada reduz o preço e a procura pela obra original.

Acrescentou que os custos de produção de um álbum discográfico em Angola são muito elevados, “por isso temos de dar combate serrado à pirataria com medidas administrativas e a criação de incentivos para permitir a redução dos custos de produção, transporte e de espaços especializados para venda de discos.

“A produção do disco ainda é muito cara em Angola, porque todo o material que o artista e as indústrias culturais utilizam, é importado, portanto, até chegar ao consumidor há um preço a pagar,” disse.

Alberto Zau é de opinião que se houver uma redução nas tarifas de importação de equipamentos “fonográficos e videogramas”, os preços nos discos e de outros materiais podem descer significativamente. Alberto Zau asseverou que a União Nacional dos Artistas e Compositores está a desenvolver esforços junto do Governo Provincial de Cabinda e dos órgãos de fiscalização, que visam melhorar a vida profissional dos músicos e de todo o sector cultural.

O director provincial em exercício da Polícia de Inspeção das actividades Económicas, Daniel Futi, reconhece que existe na província muita pirataria “uma vez que é notória a presença de muitos jovens a deambular pela via pública vendendo discos”.

Para inverter esta prática, Daniel Futi considera imprescindível o desmantelamento dos focos de reprodução discográficas, que apreendendo simplesmente o mate-

rial pirateado os vendedores ambulantes não é suficiente para desencorajar a actividade de contrafacção que tem origem em Luanda, RDC e Congo Brazaville.

Daniel Futi revelou que a Polícia de Inspeção das Actividades Económicas apreendeu 6.643 discos pirateados no ano passado, enquanto no primeiro semestre deste ano já foram apreendidos 794.

Música em Cabinda

Fazendo avaliação da música que é produzida em Cabinda, Alberto Zau considerou-a positiva, já que a cada dia que passa surgem no mercado novos talentos e com um pouco mais de incentivos, “a qualidade do trabalho passa a ser certamente melhor. A música, feita em Cabinda tem merecido o reconhecimento nacional e internacional, mas a grande dificuldade reside na carência de produtores executivos que promovam espectáculos, pois na música não basta gravar nem tão pouco vender uma obra discográfica para resolver os problemas sociais dos artistas”. Alberto Zau referiu que “fruto da qualidade da música feita em Cabinda, a província já conquistou o melhor troféu do Top dos Mais Queridos e recentemente o grupo cultural Kintuene Ntunga Nzola, ganhou o prémio nacional de cultura e artes na categoria de danças tradicionais”.

Centros culturais

A falta de centros culturais com condições técnicas apropriadas para espectáculos constitui preocupação da UNAC em Cabinda. Alberto Zau referiu que a falta desses espaços na província, os artistas são obrigados a realizar espectáculos em recintos desportivos, tornando as actividades sem qualidade, pois, reiterou, para que um espectáculo musical seja bom é fundamental que a sala tenha filtros de som para evitar a poluição do ambiente exterior, microfones, varões e cabine técnica. “A criação de •• centros culturais ou recreativos em toda a província vai permitir aos músicos promover espectáculos culturais a custos mínimos para garantir o seu sustento” frisou Alberto Zau.

O Centro Cultural chiloango, é um dos poucos locais que a província possui neste momento e tem acolhido vários espectáculos, apesar de não ter boas condições técnicas. Alberto Zau recorda os centros recreativos, Brinca na Areia, Mabaia, Samba Bar e Bar Yeye, que nas décadas de 60 e 70 serviram de principais palcos de diversão.

3.2 Sob o “dorso” dos kupapatas

Jornal a capital

06 de Agosto de 2011

Era uma actividade, até há pouco, confinada a algumas províncias do país, tais como Huambo e Benguela. Hoje por hoje, a moda chegou à capital do país. Centenas de pessoas, sobretudo das zona periferia, dependem dos serviços dos kupapatas, homens com lições bem estudadas nas de origem, aplicam também a fórmula no terreno fértil como é Luanda.

Marcelino Augusto, por exemplo, natural da provincia do Huambo, deixou, em 2004, o Planalto Central e imigrou para Luanda, em busca de melhores condições de vida. Já na capital do país, Augusto dedicava-se à venda ambulante no centro da cidade. Juntou os lucros a zunga até ao equivalente a 100 mil kwanzas, suficiente para adquirir na motorizada. A partir desta altura, o menino do Huambo partiu para uma nova forma de ganhar a vida. Nascia um motociclista, conhecidos entre, como “kupapatas”.

“Sofria muito quando zungueiro. Os fiscais prendiam o meu negócio. Por isso e por outras situações, tive de fazer poupança para comprar uma motorizada na praça do Kicolo”, recordou.

Como ele, muitos jovens, em Luanda, dedicam-se à actividade de transporte de pessoas e mercadorias de um ponto para outro, lá onde a circulação automóvel é escassa e precária, elegendo, com incidência, os chamados bairros novos de Luanda, circunscrições onde os serviços de transporte públicos e privado não se fazem sentir. Foi no município de Viana, na zona do ex-Mercado da Estalagem que equipa de reportagem do A Capital encontrou um aglomerado de kupapatas. Falaram-nos do seu dia-a-dia e dos riscos inerentes à actividade, bem como do prazer que sentem ao transportar pessoas até à porta de casa.

A maioria é proveniente das províncias do centro, centro-sul e sul do país, com destaque para o Huambo, Benguela, Huíla e Bié. E muitos destes homens já praticavam o mesmo negócio nas terras de origem. É o caso de Dominique, 30 anos, oriundo do Huambo, que possui duas motorizadas. Urna no Huambo, a trabalhar com o seu irmão menor e outra que usa na capital do país, no mesmo processo.

“Foi o meu primo, quem me convidou para vir trabalhar em Luanda. Disse-me que por cá havia muitos passageiros e eu aceitei”, justificou Dominique, que reconhece, também, ser um grande desafio ser kupapata em Luanda.

É que apesar de ser muita clientela, há muitos riscos e factores que condicionam a actividade. Uma delas é a mão pesada da Polícia, a que se junta o desrespeito por parte dos automobilistas, além dos constantes atentados de que são vítimas por parte dos meliantes.

“A polícia exige-nos carta de condução e, quando não as temos, pedem dinheiro. Se não dermos, prendem as nossas motos”, queixou-se, ao recordar os tempos em que a actividade dos kupapata começava nas primeiras horas do dia, para facilitar a vida daquelas pessoas que se levantam às primeiras horas do dia. Entretanto, segundo disse, tiveram de iniciar os trabalhos um pouco mais tarde devido aos constantes assaltos de que serem alvos.

“Começávamos a trabalhar às 4h10 da manhã e só terminávamos às 23h00. Mas, “tivemos que parar, porque os bandidos nos perseguiram muito”, informou.

Manelas, 25 anos, foi o kupapata com quem o A Capital andou durante quatro horas no município de Viana, que possibilitou a entrada nos bairros Capalanga, Capredio, Boa Fé, Caop, Mulenvos de baixo, Rio Seco e vivemos, de perto, o quotidiano do moto-taxistas, sempre apressado e com uma única intenção: lucrar o máximo possível.

As manobras eram, de facto, perigosas. Parecia até que Manelas nem sequer se importava com os carros que vinham à sua frente. “Kota, não fica com medo”. Era desta forma que procurava tranquilizar o repórter, pouco acostumado a essas realidades.

Ao longo do trajecto pelo interior do bairro Capredio, foram avistados outros kupapatas, sempre acompanhados dos respectivos passageiros. Enquanto se afrouxa a marcha por causa da areia, aproveitamos o momento para uma conversa com a dona Belmira. Ela usa os serviços dos kupapatas todos os dias, no trajecto casa/mercado e vice-versa, pagando 100 kwanzas pela corrida.

Sentada no lugar de passageiro da moto, levava urna bolsa a tiracolo e um saco com o jantar para a família. Reconheceu que os kupapatas representam uma ajuda muito grande para os moradores daquela zona.

“Aqui não temos táxis. Esses miúdos são que nos ajudam”, admitiu, quando destacava os serviços desses rapazes, pelo facto de transportarem os passageiros desde o ponto de partida até à porta de casa. “Tiram-me, por exemplo, da praça até mesmo ao portão da minha casa. E enquanto não entrar, eles também não se vão”, regozijou-se.

Depois de Viana, seguimos para o Kilamba Kiaxi, onde o movimento dos kupapatas, também, se faz presente. Eles têm como zona de actuação os bairros do Camama, Calemba II, Simione, Fubu e Dangereux. Nesta cir-

cunscrição, a taxa cobrada por corrida é igualmente de 100 kwanzas. Cacucaco, ao que nos pareceu, é o maior ‘formigueiro’ de moto-taxistas. Falando do seu dia-a-dia, mencionaram dificuldades iguais as dos seus colegas noutros pontos de Luanda. António Eurico, 22 anos, veio da Huíla para ser kupapata em Luanda. Gosta do que faz, mas queixa-se da interferência da Polícia no processo. “Pedem muita gasosa”, foi com esta curta frase que António ilustrou os entraves com que muitas vezes se depara. São, por este facto, considerados dias bastante negros. Nos dias bons, um motoqueiro, como também são chamados, pode facturar até cinco mil kwanzas. Entretanto, Eurico afirmou que, geralmente, faz o equivalente a três mil Kwanzas.

E o lucro é repartido para o abastecimento de combustível, alimentação e o resto gasta em compras de bens domésticos que enviam para as suas terras de origem, onde, muitos deles, deixaram já famílias constituídas.

3.3 Regulamentar: o que eles querem

Jornal a capital
06 de Agosto de 2011

Nem todos os kupapatas, estão dispersas. Agrupam-se na Associação dos Motoqueiros de Angola (AMOTRANG), cujo presidente é Bento Rafael. Em declarações a este semanário, ele disse que o exercício da actividade dos taxistas, exige uma série de condições que devem ser obedecidas, sendo a posse da carta de condução e uso de capacetes, as mais importantes.

A AMOTRANG actua em 12 das 18 províncias do país e serve como entidade fiscalizadora e reguladora do exercício dos kupapatas. De acordo com Bento Rafael, a Associação tem desenvolvido um acção de formação aos associados, com maior atenção para a prevenção da sinistralidade rodoviária.

O responsável reconheceu que, alguns dos motociclistas fazem manobras perigosas que resultam muitas vezes, em mortes. Por isso, a direcção da associação tem estado a envidar esforços e a sensibilizar os homens., no sentido de pautarem por uma postura digna e responsável quando estiverem na estrada, uma vez que transportam vidas humanas.

Apesar dos números assustadores de acidentes que se dão nas províncias onde operam moto-taxistas, em Luanda, segundo Bento Rafael, a situação é e relativamente calma.

Lamentou, porém o facto de não ser aprovada uma lei que regula actividade de MotoTaxi no país. Mas observa

que a associação está a trabalhar e a envidar esforços para a concretização desta lei, que, em seu entender, poderá dar maior visibilidade de cobertura em todo país da actividade dos kupapatas. O grande ponto de discórdia entre alguns dos nossos entrevistados e a direcção da Associação está na actuação da Polícia. Para alguns deles, a Polícia representa obstáculo para o exercício da actividade.

Ao contrário dessas acusações, porém. Bento Rafael ressaltou que a Polícia tem sido uma peça fundamental na Regularização da actividade. De acordo com o mesmo, a corporação tem auxiliado a associação, na adopção por parte dos motoqueiros do bom comportamento nas estradas.

Bento Rafael mostrou-se satisfeito com o facto de o número dos associados estar a crescer diariamente. Como fez saber, até ao momento estão inscritos na AMOTRANG um total de 121-373 (cento e vinte e um mil e trezentos e setenta e três) moto-taxistas.

Este número, contudo, é de longe aquele que representa o universo daqueles homens, na sua maioria, antigos militares, que optaram por comprar ou alugar uma motorizada e dela fazer sua fonte de receitas.

Basta saber que, não são todos eles que aceitam trabalhar no centro da cidade ou lá onde se fazem presentes, as autoridades da lei e ordem. O que, no entanto, é verdade, é que estes kupapatas perante as inúmeras dificuldades que o trânsito e as estradas de Luanda apresentam, são uma bendita alternativa. Por isso, justo seria aceitar regulamentar a actividade, tal como a dos táxis automóveis, para o benefício de muita gente.

Nas províncias onde nasceu a iniciativa, designadamente, Huambo, Benguela, Huíla e Bié, são os moto-taxistas que detêm o monopólio da transportação de pessoal e mercadoria não apenas nas zonas recônditas, mas também no centro da cidade.

E lá está. A sua vantagem rapidez com que se deslocam e colocam os passageiros nos destinos. Mas fazendo jus às afirmações de Bento Rafael, o presidente da AMOTRANG é importante que se tenha em conta a informação destes homens, já que é realmente alto o índice de acidentes, não raras vezes mortais, envolvendo motorizadas com passageiros a bordo.

No casco urbano, de Luanda, a actividade de transportação de pessoas e bens por motorizadas limita-se a empresas, principalmente de segurança, que servem deste meio de transporte, para distribuir alimentação ao seu pessoal.

Outras empresas adoptaram motorizadas para o serviço de estafetas, facilitando, assim, toda a movimentação administrativa que, de carro, ficará encaçada nos desgastes engarrafamentos da cidade

3.4 Administração cria mercados rurais para promover o comércio no campo

Jornal de Angola
10 de Agosto de 2011

A criação de mercados rurais, para facilitar o processo de escoamento e comercialização dos produtos cultivados na região está entre as prioridades da Administração Municipal do Bembe, província do Uíge.

O administrador municipal, José Bunda Alberto, disse ontem que o município do Bembe está a beneficiar de várias acções de índole social, económica e desportiva.

O regedor da localidade do Bonde revelou ao *Jornal de Angola* que a reabilitação das estradas e a abertura de mercados rurais na região vão contribuir para a melhoria do processo de escoamento dos produtos alimentares cultivados na região. Alberto Panzo aconselhou os agricultores do município para se integrarem nas associações e cooperativas agrícolas locais e constituírem pequenas empresas, que possam contribuir para o progresso sustentável e equilibrado da região.

Pelo menos 150 membros organizados em quatro associações de camponeses, nas localidades de Bonde, Culo, Quimpemba e Quienze, apostam no aumento da produção agrícola. “Nesta época do ano, os associados estão a plantar hortícolas em terrenos húmidos e a preparar mais hectares de terra para a plantação de mandioca, amendoim, batata-doce, feijão-frade, inhame, abóbora, gergelim e outros produtos”, referiu o regedor.

Alberto Panzo, que coordena as associações das aldeias do Bonde, Culo, Quimpemba e Quienze, fez saber que os camponeses associados do município do Bembe necessitam de máquinas de lavoura e vários instrumentos agrícolas, para a diversificação e aumento da produção de alimentos.

“Necessitamos de máquinas de lavoura e instrumentos agrícolas, como enxadas, catanas, limas, regadores e motobombas, para aumentarmos a produção”, disse.

O regedor lembrou que, na época agrícola anterior, os membros associados trabalharam cerca de 11 hectares de terra, com uma produção diversificada, que permitiu colher mais de 25 toneladas de produtos alimentares diversos.

O coordenador das associações de camponeses, Adolfo Panzo, afirmou que, na presente época agrícola, a intenção dos agricultores locais é de alargar as áreas cultivadas, para mais de 14 hectares de terra, para que sejam aumentadas e diversificadas as quantidades de produtos agrícolas.

“Temos força suficiente e sementes para melhorar a produção. A terra também é totalmente fértil e, mesmo sem adubo, oferece boas condições para a produção agrícola”, realçou.

O regedor esclareceu que a falta de tractores e máquinas de lavoura têm dificultado o trabalho, tendo em conta que continuam a praticar a agricultura manual.

3.5 Avaliação apoio do estado á mulher empreendedora

Jornal de Angola
11 de Agosto de 2011

O papel do Estado e da sociedade civil no apoio ao empreendedorismo das mulheres Angolanas foi debatido ontem, em Luanda, numa conferência promovida pela Organização Não-Governamental Angolana Acção Humana.

O encontro, que contou com a participação de mulheres de diferentes ramos de actividade, teve como objectivo promover o diálogo e explorar oportunidades de parceria entre os sectores público, privado e a sociedade civil, com vista à implementação de acções com valor estratégico, para o apoio à mulher empreendedora.

Orador do tema “Empreendedorismo na informatização da economia”, Graça Ngombo defendeu a necessidade da disseminação da cultura de empreendedorismo na República de Angola país e salientou a sua importância no fomento de criação de pequenas e médias empresas.

O empreendedor. Observou deve ser organizado, disciplinado, dotado de visão de negócio, persistente, dinâmico, humilde e com capacidade de assumir os riscos do negócio.

A secretária-geral da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola, Henriqueta de Carvalho, considerou louvável a iniciativa e referiu que os assuntos abordados vão ser benéficos para as futuras mulheres empresárias.

A dificuldade de acesso ao crédito bancário constitui uma das grandes barreiras para as suas associadas iniciarem um negócio, salientou. “As nossas associadas não possuem, na sua maioria, garantias bancárias e nós entendemos que os bancos também não querem perder”. Para sair deste empecilho, referiu, “estamos a negociar com alguns bancos”.

Henriqueta de Carvalho assegurou que a Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola tem já rubricado um protocolo com o Banco Sol e com o Banco Millennium precisamente para desbloquear a situação.

Assim, as associadas da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola não vão ter de apresentar doravante avalista para obterem financiamento, deixando essa responsabilidade a cargo da organização.

3.6 Longe dos escritórios e papeladas, a rua, aescova e a espuma

Jornal o independente
13 de Agosto de 2011

A máxima de que deus só ajuda quem ajuda-se a si próprio é aqui aplicada sem discrepâncias e o jovem Joaquim neste contexto dispensa palavras.

Joaquim Kiambele é o jovem engraxador que conta com quinze anos de idade. Encontra-se sempre ladeado de miúdos da sua idade e da mesma profissão nas portas de restaurantes e quiosques da marginal do Sumbe.

O rapaz revelou que no seio dos seus amigos é chamado por “Lixo” o que chamou rapidamente a minha atenção e perguntar logo por que daquele nome.

O engraxador respondeu que é assim chamado porque durante um período o mesmo apenas engraxava ao lado de contentores por temer ser escorraçado pelos donos dos estabelecimentos.

O jovem contou a este semanário que os pais não conseguem sustentar sozinhos a casa e que por força da situação não viu outra coisa senão começar a engraxar sapatos.

O mesmo revelou que engraxa há mais de um ano e que a situação tem a colmatar as dificuldades económicas em casa. O jovem adiantou que acorda por volta das 6 horas manhã e que até 13 horas vai para casa isto porque estuda de tarde.

Quanto a alimentação afirmou que comede tudo. Joaquim e o seu grupo muitas das vezes compram comida e repartem. Já no que toca a escola, o rapaz disse que estuda a 3º classe e que o seu sonho é ser motorista de uma empresa de construção civil.

3.7 Mercados paralelos multiplicam-se em Luanda

Jornal semanario o continente
19 de Agosto de 2011

Diariamente, na sua maioria mulheres donas de casa, concentram-se nas ruas dos bairros com maior fluxo de população e tráfego rodoviário, comercializando vários bens de primeira necessidade com o objectivo de garantir o sustento das suas famílias.

Movidas pelas necessidades, as vendedoras resistem as pressões dos agentes de fiscalização do Governo Provincial de Luanda e da Polícia Nacional, bem como aos assaltos dos meliantes que, igualmente, vão a estes locais em busca do pão para os seus familiares. O cenário indica que as autoridades estão distantes de colocar fim a este fenómeno, tendo em conta o índice elevado de desemprego, que se junta à falta de oportunidades até para aqueles que terminaram a sua formação, recentemente.

Mesmo assim, as coisas não são fáceis para os feirantes destes mercados paralelos, transformados em verdadeiros calvários, inclusive para os transeuntes.

Estes mercados estão numa autêntica desordem, movida pelas vendedoras que colocam os seus produtos em qualquer lugar, incluindo passeios e entrada de quintais vizinhos, obrigando os peões a partilhar as estradas com os carros.

As justificações destas protagonistas pelos transtornos nestas zonas são sempre as mesmas: “falta de espaços nos mercados oficiais”. Embora reconheçam tratar-se de locais impróprios para a comercialização de bens alimentares e não só, elas dizem que nada podem fazer, enquanto as autoridades não as conceder o local ideal. Geralmente, elas ocupam os mercados informais a partir das oito horas da manhã e só saem de lá, por volta das 20 horas.

Os armazéns grossistas aí localizados são os principais fornecedores. É lá onde as vendedoras recorrem para adquirir os seus negócios para posteriormente comercializá-los nas proximidades.

Para além dos transtornos que causam aos transeuntes e aos moradores, elas contribuem para o excesso de lixo que se verifica nestes locais, depositando os resíduos em locais impróprios e de falta de acesso as operadoras, deixando os frequentadores expostos há doenças. Aí, o cumprimento das regras de higiene é coisa para outra galáxia.

Estes mercados são muito movimentados porque os preços aí praticados são acessíveis a todos.

Quem também está a pagar uma factura cara com o aparecimento destes mercados são as empresas de construção civil.

Na zona da Cuca, por exemplo, os funcionários da empresa encarregue da execução dos trabalhos da rotunda com o mesmo nome (Coca), encontram uma série de dificuldades para desenvolverem as suas actividades. Os automobilistas também estão com os nervos a flor da pele. Quem vem da rua dos Comandos com o fito de contornar a rotunda, a confusão é enorme, estando as vendedoras à beira da estrada com os seus produtos, para além dos taxistas que, mesmo com a presença dos agentes da Polícia de Trânsito, efectuem manobras proibidas.

Já nos Congolenses, além das vendas que decorrem ao longo da via, chama à atenção a ponte aérea destinada para passagem de peões, que faz a travessia da Estrada de Catete, estando a funcionar desde Novembro do ano passado. A mesma, para além de servir de passagem, está também a ser utilizada para mercado ambulante. O mesmo ocorre nas outras pontes espalhadas por Luanda.

A falta de oportunidades de emprego está, de certa forma, a contribuir ainda mais para o aumento da venda nas ruas. Um exemplo claro é o jovem Celestino Maurício, 29 anos, vendedor ambulante, que aderiu a esta prática, depois de ter trabalhado durante dois anos numa empresa de construção civil, tendo sido despedido em Dezembro de 2009.

3.8 Roboteiros continuam marinalizados

Jornal semanario o continente
19 de Agosto de 2011

O dia dos roboteiros, vulgo “bagageiros” começa muito cedo, por volta das cinco horas da manhã. Eles não precisam esperar uma “ordem superior” para tirarem as mercadorias das casas onde são guardadas e levá-las ao local da comercialização

Os roboteiros surgiram como “cogumelos em tempo de chuva”, na sequência do recrudescer da guerra no interior do país, na década de oitenta e meados de noventa, agravada corrias as simetrias económicas resultantes da governação discriminatória, que provocou o êxodo populacional nas zonas do litoral, com maior realce para a capital do país.

Este fluxo migratório foi acompanhado pelo surgimento de profissões e de movimentos que provocaram o surgimento de novas classes sociais dentre eles os robotei-

ros. Esta classe, constituída maioritariamente por jovens vindos do sul do país, é a mais marginalizada.

Para além dos abusos diários que os roboteiros enfrentam, vêem-se também ao braço com a presença dos fiscais, obrigando-os a pagar impostos ao Estado.

A maioria não possui instrução académica que lhes permite ter acesso a formação nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino. Por isso optaram por fazer trabalhos que mais se adequam à sua condição.

Entre os roboteiros nota-se um clima de solidariedade, pois, têm um único objectivo: ganhar o pão para o sustento das suas famílias que ficaram a quilómetros de distância.

Não ganham muito no exercício da sua actividade, mas o pouco permiti-lhes comprar a alimentação e fazer algumas reservas para levar à casa, quando deixarem a cidade capital. Muitos têm residência em Luanda e, com o pouco que ganham, conseguem sustentar a sua família, bem como custear os estudos dos filhos. Segundo apurou este jornal, é voz corrente por parte dos roboteiros, que as políticas do Executivo para a juventude devem ser reformuladas, dando maior oportunidade à formação profissional e acesso ao primeiro emprego, bem como ao micro crédito com juros aliantes.

Para além de adultos, é notória nos últimos tempos a presença de adolescentes nesta prática, constituindo um atentado aos Direitos da Criança. Elas são obrigadas a trabalhar para ajudar os pais no sustento da casa, conforme contaram alguns entrevistados, uma vez que os progenitores vivem debaixo da linha de pobreza.

Manuel Joaquim, natural de Benguela, deixou a terra natal aos 13 anos fugido da guerra. Em Luanda, sem parentes que o pudessem acolher, começou por viver na rua, enfrentando as mais amargas experiências da vida.

A delinquência, chuva e o frio foram algumas das barreiras que teve de ultrapassar, até decidir ser roboteiro. Agora, aos 23 anos, vive no bairro da Camama, com amigos, numa residência alugada ..

3.9 Mototaxistas estrangeiros atrofiam Luanda

*Jornal semanario factual
de 20 a 27 de Agosto de 2011*

O Factual constatou que os estrangeiros, igualmente apelidados “dialós”, circulam na maioria das vezes sem documentos, quer pessoal, quer de transporte. Em contrapartida, a Polícia de Trânsito (PI) ignora o dever de trabalho em detê-los, preferindo receber destes indivíduos 100 a 500 Kwanzas para a sua livre circulação na periferia.

A falta de documentação não é a única parte constrangedora dos estrangeiros que ousam fazer o serviço de Moto Táxi, mas também a não instrução regular do Código de Estrada para motociclos, a lotação excessiva para motorizadas a três rodas, a falta de uso do capacete pelo proprietário e, em alguns casos, a alteração forjada das mesmas motorizadas, que chegam a provocar acidentes que resultam em mortes imediatas.

Conforme o sociólogo Samuel Menezes, a atitude da PT em pleno trabalho, na cidade capital, tem, actualmente, inviabilizado o crescimento do imposto financeiro e o pagamento orientado do mesmo pelos cidadãos infractores por muitos agentes serem facilmente corrompidos.

O universitário acredita que, com o comportamento desta natureza apresentado pelos agentes fiscalizadores, o País pode soçobrar ao descrédito do seu sistema fiscal e de segurança para uma dependência financeira do petróleo, enquanto os impostos continuarem a entrar nos bolsos agudos de agentes gananciosos sem responsabilidades com o povo Angolano.

Os municípios do Cazenga, Cacucaco e Viana são os locais de maior rotina para a labuta nos períodos da manhã e da tarde, em que os cidadãos estrangeiros fazem das suas motorizadas o meio de subsistência financeira e alimentar, além de outros negócios no qual apostam em colectividade, como a venda de mercadoria a grosso e a retalho em Cantinas e armazéns para compensações em caso de deficit financeiro.

Os moto taxistas abordados pelo Factual minimizaram a preocupação pela documentação, argumentando outras necessidades e replicando que a actividade é temporária, pelo que não há necessidade de se exigir de mais. Os mesmos dizem faltar uma associação fiscalizadora que os possa defender e ajudá-los a capacitar as normas de trânsito.

3.10 Serviços na baixa fechados aos domingos

*Jornal de Angola
28 de Agosto de 2011*

Aos domingos, a Baixa de Luanda tem praticamente todos os estabelecimentos comerciais encerrados. Comer uma refeição é quase impossível. Fazer compras muito menos. A grande capital de Angola está a precisar de espaços comerciais. Os luandenses por enquanto ficam pelo “negócio fechado”.

A Baixa de Luanda quase encerra os seus negócios aos domingos.

Restaurantes, boutiques, lojas de brindes, casas de câmbios, quiosques e livrarias ficam fechados. Os luandenses lamentam o facto e dizem que os empresários são os que mais perdem, porque quem quiser “fechar” um bom negócio recorre ao mercado informal.

Jorge Sousa, gestor de hotelaria, pegou na família e foi passear para a Baixa de Luanda, com o intuito de almoçar e fazer algumas compras. Mas encontrou tudo encerrado. Os poucos restaurantes abertos não tinham um só lugar vago e havia dezenas de clientes na lista de espera.

“A nossa cidade é linda, mas na Baixa de Luanda não há movimento aos domingos, ao contrário de outros países, onde os centros históricos das cidades têm uma grande dinâmica, sobretudo em ofertas culturais e de lazer”, referiu Jorge Sousa.

O gestor de hotelaria considera que é urgente revitalizar a Baixa. “E uma questão de hábito. Quando houver lojas, jardins, restaurantes, esplanadas, cinemas, teatros na Baixa de Luanda. As pessoas acabam por frequentar esta parte da cidade”, disse.

Laura Cristina trabalha numa das livrarias mais antigas do país. Conhece outros países e os hábitos e movimentos que Luanda regista aos domingos não têm comparação possível. Conta que a sua livraria já chegou a abrir aos sábados, mas por falta de clientes, hoje nem aos sábados funciona: “trabalhamos de segunda a sexta-feira e por falta de clientes somos forçados a fechar aos sábados e aos domingos”, disse

“Em Luanda é impossível ao domingo fazer um programa que inclua compras. Não é só aos domingos. Mesmo a partir de sexta – feira quase já não se sente movimento aqui na Baixa de Luanda”, afirmou Laura Cristina.

Juseta Manuel gosta de “curtir” é com os filhos na Baixa de Luanda. Encontramo-la a ver uma montra de roupa para crianças. Como a loja estava encerrada ficou pelo olhar, embora tivesse vontade de comprar roupa para a

filha que levava ao colo. Para ela, Luanda fica com vida aos sábados e domingos nas zonas suburbanas, como Sambizanga, Rangel e Cazenga, onde se regista um movimento frenético. “Aos domingos encontramos nos Congolezes o ambiente da semana ou até melhor. Jovens a jogarem futebol ou basquetebol em campos improvisados. Salões de beleza e botequins improvisados a atenderem as clientes. E lindo ver a alegria estampada no rosto das pessoas que frequentam essas zonas”, referiu.

Laura Cristina reconheceu que os empresários fecham as casas comerciais aos domingos porque não dá lucro. “Cada qual com a sua visão comercial. E bem verdade que muitos de nós aqui não temos o hábito de almoçar aos domingos com a família num restaurante e ir O gesto comprar uma peça de roupa ou calçado. Mas fora do país fazemos isso”, precisou. Zungueiras sem descanso

Se para os grandes comerciantes o domingo não é dia de vendas, para as zungueiras a realidade é diferente. Eugénia Francisco é Zungueiras. Ela vende todos os dias da semana excepto aos sábados, mas tem o domingo como melhor dia de vendas. Encontramo-la em frente à igreja dos Remédios a vender objectos sagrados. A jovem de 28 anos disse à nossa reportagem que é neste dia que mais factura: “eu só vendo objectos sagrados e é no domingo que maior número de pessoas aqui se desloca. Então aproveito esta enchente para despachar o meu negócio que nem sempre consigo vender nos dias normais”, explica.

Eugénia conta que desde que optou pela venda de objectos sagrados, apenas descansa aos sábados. “E normalmente aos sábados que descanso. Aproveito para lavar a roupa das crianças e tratar da minha casa, até porque os meus filhos ainda são menores”, disse.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Gestores preparam proposta de OGE

Jornal de Angola
25 de Agosto de 2011

Uma reunião técnica de esclarecimento sobre a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2012 encerrou terça-feira na cidade do Huambo com a recomendação, feita pelo vice-governador para o sector Económico, David Barbosa, de os gestores das unidades orçamentais e organismos independentes da província se capacitarem tecnicamente para melhorarem durante o desempenho das suas funções.

David Barbosa considerou que a superação permitirá aos gestores o domínio dos instrumentos legais aprovados pelas autoridades para a execução do orçamento, mais precisamente o decreto 31/1 O sobre a preparação e elaboração do Programa de Investimentos Públicos (PIP), bem como os Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O vice-governador considerou fundamental a realização de seminários de superação dos técnicos do Gabinete de Estudo e Planeamento para a execução do OGE.

A reunião técnica visou a uniformização dos métodos de elaboração dos projectos do Orçamento Geral de Estado para 2012 e dar a conhecer o limite do prazo de entrega do expediente às estruturas centrais, que vai até ao dia 31 de Agosto de cada ano. Participaram na reunião directores, administradores e delegados provinciais.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Modelo de gestão é aplicado nas futuras autarquias

*Jornal de Angola
01 de Agosto de 2011*

A Cidade do Kilamba está preparada para receber os primeiros moradores. O presidente da cidade, Joaquim Israel, em entrevista ao Jornal de Angola, garantiu que não há problemas com energia, água e saneamento, porque foram construídas Infra-estruturas dimensionadas para satisfazer todos os habitantes. O acesso aos serviços é feito mediante o pagamento de taxas. A mensalidade do condomínio ainda está por definir mas “não é um valor simbólico”.

Jornal de Angola – Como vai ser administrada a Cidade do Kilamba, que é o maior projecto habitacional de Angola?

Joaquim Israel – No início da construção o Executivo preocupou-se em criar um modelo de gestão adequado. Foi elaborado um Plano de Gestão, Integração e Desenvolvimento Urbano da Cidade do Kilamba. Este estudo foi concluído e dele resultou o Decreto Presidencial número 62/11, de 18 de Abril, que estabelece as bases e o regime de organização administrativa. Este é o nosso instrumento de trabalho.

JA – Quais são os seus instrumentos?

JI – O plano de gestão tem a estrutura orgânica da administração, as suas competências, as repartições que contempla, e principalmente as fontes de receita da administração, para que tenha autonomia e não dependa muito do Orçamento Geral do Estado.

JA – Em que consiste o novo modelo de gestão?

JI – Este novo plano de gestão tem as bases das futuras autarquias. Estão a ser transferidos poderes e competências para as Administrações Municipais. Vamos ter um orçamento próprio, fazer os nossos planos, de investimento e de actividades. É uma oportunidade grande de sermos nós a zelar pelos interesses dos moradores e de lhes garantir bem-estar e conforto. A cidade está a servir como experiência piloto de um modelo de gestão, que se pretende replicar, caso tenha sucesso, às outras centralidades que estão a ser construídas no país e posteriormente às administrações municipais.

JA – Quais são as principais fontes de receitas da administração da Cidade do Kilamba?

JI – Queremos focar as receitas nas taxas municipais de infra-estruturas, serviços colectivos e urbanos. São taxas que servem para a manutenção das próprias infra-estruturas. Porque quando falta a manutenção há degradação dos equipamentos e a sua reparação fica mais cara. Os moradores vão pagar pela recolha do lixo, pela limpeza dos armamentos e outros espaços públicos e ainda pela iluminação pública. Existem também as taxas referentes à ocupação dos espaços públicos, concessão de licenças comerciais e de publicidade. Há muitas fontes de receitas que temos que explorar.

JÁ – Quais são as tarefas da administração?

JI – Estamos na fase de organização. Antes existir a administração da cidade do Kilamba, funcionava uma comissão instaladora. A nossa tarefa era de recolher dados e analisar aspectos importantes que não estavam contemplados no contrato com o empreiteiro. Agora estamos a fazer a selecção do pessoal e a preparar os regulamentos. No acto da aquisição do imóvel, os moradores recebem um regulamento da cidade, onde vão constar regras do condomínio e as taxas, para que depois não fiquem surpreendidos.

JA – Quando é que chegam os primeiros moradores?

JI – Estamos ansiosos que eles cheguem. Porque sem moradores não conseguimos trabalhar. O processo de comercialização deve começar dentro de um ou dois meses. A cidade está preparada para recebê-los.

JA – As estações de tratamento de água potável e de águas residuais estão dimensionadas para número de habitantes?

JI – As infra-estruturas estão dimensionadas para a população da cidade. A estação de tratamento de água potável está concluída. Estamos agora a concluir a estação de captação, no rio Kwanza, com capacidade para produzir 40 mil metros cúbicos de água por dia, que é uma quantidade superior à necessidade da população. A estação é modular e pode ser ampliada à medida das necessidades.

JA – E a estação das águas residuais?

JI – Quanto ao tratamento das águas residuais, a estação também está dimensionada para a cidade e tem uma capacidade de 35 mil metros cúbicos por dia. Ela também é modular e pode ser ampliada. As áreas de expansão estão acauteladas e não há problema nenhum.

JA – A cidade tem rede de drenagem das águas pluviais?

JI – A drenagem da cidade é das melhores. Temos galerias subterrâneas com secções de nove metros quadrados, em alguns troços, e: galerias duplas, cada uma com secções de nove metros quadrados. São autênticos rios subterrâneos. Estão dimensionadas para absorver o caudal

de água que se espera nesta primeira fase e também na segunda fase do projecto.

JA – *As estações de energia eléctrica suportam o consumo de todos os moradores?*

JI – A cidade é alimentada pela estação do Campus Universitário. Dentro da cidade há ainda duas subestações. Mas o Executivo vai construir dentro da cidade uma estação igual à do Campus Universitário nas fases de entrega de imóveis. Não vamos ter problemas de água, energia eléctrica, nem de saneamento. O modelo de pagamento de energia é o pré-pago. O da água é pós-pago. Mas temos válvulas de corte e a Epal, a entidade gestora, sabe como fazer os cortes selectivos a quem não pagar.

JA – *Como é feita a recolha e tratamento do lixo?*

JI – Vamos experimentar um novo modelo. Queremos fazer a recolha selectiva dos resíduos. Estamos a fazer um estudo e contactos com empresas especializadas. Há pessoas que são contra a recolha selectiva, uma vez que todo o lixo vai depois ser depositado no aterro geral. Mas tomamos conhecimento que há uma empresa que vai começar a fazer a selecção dos resíduos a partir do aterro dos mulenvos. Isto vai exigir programas de sensibilização de educação nas escolas.

Já – *Quem faz manutenção dos espaços verdes e dos prédios?*

JI – cabe a administração da Cidade do Kilamba fazer esta manutenção mas vamos entregar estes serviços a terceiras. Da mesma forma que há uma empresa para recolher os resíduos sólidos, haverá outras para tratar dos espaços verdes. A manutenção dos prédios também da responsabilidade da administração, por isso é que vamos cobrar uma taxa de condomínio.

JA – *Qual o valor da taxa de condomínio?*

JI – Ainda não podemos adiantar um número porque estamos a fazer alguns cálculos. O valor da taxa vai ser aprovado e publicado em decreto pelo Ministério das Finanças. Pretendemos uma taxa realista e não simbólica. Tem que ser uma taxa que consiga cobrir os gastos que vamos ter.

JA – *Porque razão a Cidade do Kilamba não tem instituições de ensino superior?*

JI – Porque estamos perto do Campus Universitário da Universidade Agostinho Neto. Mas o projecto tem áreas para o investimento privado. Se houver uma instituição de ensino superior que tenha interesse em construir dentro da Cidade do Kilamba é bem-vinda.

JA – *Qual é o critério de ocupação dos espaços reservados ao comércio?*

JI – Toda a actividade comercial requer um licenciamento. A administração é a entidade competente para

o efeito. Os interessados vão comprar ou arrendar o espaço e nós vamos regular a actividade e definir que tipo de negócio deve existir em cada loja. Isto para não termos numa rua cinco farmácias ou cinco salões de cabeleireira. Nestas primeiras entregas de imóveis tem que ser assim para proporcionar diferentes serviços aos moradores. No futuro, o próprio mercado dita como as coisas vão funcionar.

JA – *Que serviços administrativos existem na Cidade do Kilamba?*

JI – Temos postos de registo eleitoral, de identificação, notário, posto de registo civil e de registo predial. Temos também uma repartição de finanças, agências da Edel e da Epal e agências bancárias. Estamos num processo de negociação com a entidade promotora do projecto, para dar prioridade a alguns bancos.

JA – *Existem instalações para as forças de segurança?*

JI – Temos instalações para a Polícia Nacional e está em construção uma escola e um comando de divisão, já na perspectiva da Cidade do Kilamba ser a sede do município de Belas. Como a cidade está dotada de infra-estruturas, estamos a fazer contactos para ser instalado um circuito de câmaras de vigilância. Isso não representa

JA – *Está previsto algum posto de bombeiros na cidade?*

JI – O projecto da Cidade do Kilamba foi acompanhado por efectivos dos bombeiros e protecção civil desde o início. Todos os edificios respeitam as normas e exigências do Corpo de Bombeiros. Eles fizeram visitas regulares e mesmo depois da inauguração da cidade estiveram aqui para ver se as últimas recomendações foram cumpridas. Também já está em construção um quartel de bombeiros para a cidade. Teremos mais do que um.

JA – *E cemitério e igrejas?*

JI – O plano director da reserva da Cidade do Kilamba contempla essas estruturas. Só que o cemitério não está inserido nesta primeira fase de construção da cidade. Faz parte da segunda fase. O plano urbano aprovado também contempla áreas para instituições religiosas. Mas não é obrigação do Executivo construir igrejas. Nós apenas disponibilizamos o espaço.

5.2 Política do executivo

Jornal agora
06 de Agosto de 2011

O ministro da Economia reafirmou, nesta quarta-feira, o empenho do sector no ordenamento especial das actividades de industrialização, através dos pólos de desenvolvimento industriais, agro-industriais e zonas económicas especiais.

Abraão Gourgel, que falava na abertura da conferência sobre “Política pública da população, povoamento do território e desenvolvimento integrado em Angola”, organizado pela Escola Nacional de Administração (Enad) revelou que a partir da definição desse ordenamento.

5.3 Estima-se que o país possui 20 milhões de habitantes

Jornal agora
06 de Agosto de 2011

As estimativas sobre a população, fornecidas pelo director do Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento da Enad, foram produzidas com base nos dados estatísticos do recenseamento eleitoral feito em 2008 (oito milhões, 397 mil e 244 eleitores).

Do total do número de habitantes no país, referiu a existência de 24 estrangeiros em cada mil Angolanos. “Segundo estimativas, pelo menos 55% do total da população do país está concentrada nos centros urbanos e a capital do país é a mais habitada”.

O especialista sublinhou que o ritmo de crescimento da população é de 3% ao ano. “É alto, mas há indícios de começar a decrescer muito ligeiramente, e se continuar nessa cadência até 2036 poderá chegar aos 41 milhões e 800 mil habitantes”.

Deu a conhecer que se o crescimento populacional prevalecer nos actuais níveis, a estrutura jovem da população estará condicionada a suportar a população não-activa, (para cada 100 pessoas em idade activa existem 101 não-activa).

José Ribeiro pretendeu com a sua exposição indicar quantos somos em Angola, como estamos a crescer e quais as consequências desse crescimento.

Recorde-se que o último censo da população Angolana foi realizado em 1970, na época colonial, e o próximo está previsto para 2013.

Por sua vez, a coordenadora do departamento de estatística do Instituto Nacional de Estatísticas, Margarida Lourenço, afirmou que a capital do país registou, em 2010, a maior densidade populacional por

quilómetro quadrado do país. “A cidade de Luanda alcançou, nesse período, a cifra de mil e 271 habitante por cada quilómetro quadrado, tendo sido considerada uma cidade super povoada e em 2009 a ocupação por quilómetro quadrado foi de mil e 94 habitantes”.

A província com menor densidade demográfica do país é a do Kuando Kubango com uma média de ocupação de um habitante por cada quilómetro quadrado.

5.4 Chefe de estado exonera governador de Luanda

Jornal de Angola
06 de Agosto de 2011

O Chefe do Executivo decidiu pôr termo às funções do governador provincial de Luanda José Maria Ferraz dos Santos e da vice-governadora Carla Leitão Ribeiro de Sousa, segundo um comunicado da Casa Civil do Presidente da República divulgado ontem.

A decisão, de acordo com o documento, resulta da necessidade de se “materializar um conjunto de tarefas administrativas e institucionais, a adequação das funções dos governos provinciais e municipais”, atendendo à realidade imposta pela recente aprovação da Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo.

Segundo o comunicado, é entendimento do Executivo que a aprovação da referida Lei implica que sejam criadas as condições necessárias que “assegurem uma transição harmoniosa para a divisão administrativa recentemente aprovada pela Assembleia Nacional, daí ter decidido criar um grupo de trabalho, presidido pelo ministro da Administração do Território, que fica encarregado de realizar as referidas tarefas até à entrada em vigor da Lei.

Além do ministro Bornito de Sousa, o grupo de trabalho vai integrar dirigentes das províncias de Luanda e Bengo. O comunicado dá conta também da indicação pelo Presidente da República do vice-governador Graciano Domingos para tratar da gestão corrente do Governo Provincial de Luanda.

O Presidente da República exarou ontem um despacho que cria um outro grupo de trabalho que, nos termos da legislação em vigor, “tem a responsabilidade de organizar todo o processo de instalação dos órgãos de gestão do município de Luanda”.

Entre as atribuições do referido grupo, também coordenado pelo ministro da Administração do Território e que integra ainda o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, o governador provincial do Bengo, o secretário para os Assuntos Económicos

do Presidente da República, o secretário de Estado do Orçamento, o vice-ministro do Planeamento para os Investimentos Públicos e pelo vice-governador da província de Luanda para a Organização Administrativa, consta a identificação do património, o pessoal e as atribuições que transitam do Governo Provincial de Luanda para o novo Município.

Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República esclarece que ao grupo de trabalho incumbido ainda “propor o limite de unidades territoriais que integram os novos municípios, determinar as respectivas funções, preparar o qualificador e o diploma legal sobre as formas de progressão, na carreira do pessoal afecto a estas unidades, incluindo os cargos de direcção e chefia como categorias de carreira”.

Outra tarefa do grupo de trabalho coordenado pelo ministro da Administração do Território, de acordo com o comunicado, é ajustar o orçamento e o Programa de Investimento Público para cada província e coordenar a elaboração do Orçamento Geral do Estado e dos PIP's para 2012, em articulação com os Governos Provinciais de Luanda e Bengo.

“Deve, igualmente, redefinir o modelo de arrecadação de receitas no novo município de Luanda, delimitar o território das Províncias de Luanda e do Bengo, propor a adequação funcional e orgânica das funções do Governo Provincial de Luanda e estudar a possibilidade de um Estatuto especial para o Município de Luanda”, lê-se no documento.

A Assembleia Nacional aprovou a 27 de Julho a Alteração à Divisão Político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo, passando a capital do país a integrar os municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo Bengo, Viana, Belas e de Kissama.

A Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo carece ainda de promulgação, e entra em vigor 60 dias após a sua publicação em “Diário da República”. Por força desta Lei, a Maianga, Ingombota, Rangel, Sambizanga e Samba perdem a categoria, passando a integrar o município de Luanda.

5.5 Vende ilegal de terrenos agrícolas penalizada por autoridades locais

Jornal de Angola

06 de Agosto de 2011

As autoridades municipais do Libolo, na província do Kwanza Sul, vão penalizar judicialmente as pessoas implicadas na venda de terrenos agrícolas, considerados reservas do Estado, disse ontem ao Jornal de Angola, o seu administrador.

Luís Carneiro esclareceu que, em muitas áreas do município, assiste-se à venda desordenada de terrenos, protagonizada por sobas e outras pessoas que se intitulam proprietários, sem o conhecimento das autoridades competentes, numa clara violação da lei de terras.

O administrador municipal alertou, por outro lado, os fazendeiros para o perigo da caducidade de títulos de propriedade de terras o que, na sua opinião, faz com que muitos não honrem os compromissos fiscais, situação que pode culminar com a retirada do direito de exploração do solo.

Os fazendeiros que se encontram nessas condições devem regularizar os impostos para continuarem a ser titulares das suas fazendas, sob pena de perdê-las.

Muitas fazendas encontram-se em estado de abandono, o que está a preocupar a administração, que perspectiva investir na agricultura, por ser um factor de desenvolvimento socio-económico.

“O nosso município é potencialmente agrícola, mas pouco ou nada se regista, porque muitas fazendas estão inoperantes por falta de capacidade financeira dos seus proprietários”, referiu.

Como consequência, disse, diminui a oferta de bens e serviços, e a disponibilidade de empregos para os habitantes da região. Nessa conformidade, apelou aos empresários que possuem capacidade financeira a intervirem, para que o município possa evoluir.

Projectos sociais

Apesar dos condicionalismos, sobretudo das vias de acesso, a administração municipal do Libolo concebeu, para o presente ano, um conjunto de acções, que englobam a construção e reabilitação de Infra-estruturas sociais, aquisição de equipamentos e saneamento básico e melhoria do sistema de abastecimento do precioso líquido e de energia eléctrica.

“ O plano da administração contempla a construção de três escolas primárias, com sete salas, nas localidades de Banza da Cabuta e Luculo. Na sede do município, prevê-se a construção de duas escolas e de dois postos de saúde nas localidades de Cabezo e Km5.

Também está prevista a construção de um tanque com capacidade para 350 metros cúbicos, atendendo a que o

actual, com 180, já não responde à demanda dos habitantes daquela circunscrição. O grupo gerador para a bombagem de água para o tanque de distribuição está avariado e o abastecimento é feito através de camiões cisternas.

Ainda no âmbito social, a rede sanitária é composta por um hospital municipal, com 70 camas, dois centros de saúde, sendo um na sede e outro na comuna de Cabuta e nove postos de saúde. Catorze médicos e 61 enfermeiros fazem parte do corpo clínico. No tocante ao sector da educação, 15.831 alunos frequentam o ensino público, desde a iniciação ao segundo ciclo, assistido por 420 professores.

Por falta de salas de aulas e de professores, estão fora do sistema de ensino 2.324 crianças, dos seis aos 14 anos.

O ensino de adultos tem 1.076 alunos, maioritariamente mulheres, integradas no programa de alfabetização e aceleração escolar (PAAE) e nos sistemas “Dom Bosco” e “Sim eu posso”.

Vias de acesso

A reparação das vias rodoviárias consta igualmente das prioridades da administração municipal, com acções e terraplanagem dos principais troços que permitem as trocas comerciais. Nesta perspectiva, vão ser reabilitadas as vias que ligam as localidades de Vumba, Mukongo, Lucala e Banza do Mussende, que totalizam 30 quilómetros.

As vias que ligam as localidades de Paca, Kissumbata e Kipumba, com 43 quilómetros e um troço de 35 quilómetros que une as aldeias de São Francisco e Kissuto, na comuna do Quissongo, também vão ser reparadas.

5.6 Administrador do cazenga pede vigilância à população

Jornal de Angola
10 de Agosto de 2011

O administrador do município do Cazenga, em Luanda, solicitou, na segunda-feira, maior vigilância às autoridades tradicionais, no sentido de impedirem eventuais acções que coloquem em risco a ordem e tranquilidade pública.

Victor Nataniel Narciso fez este pedido no decurso de um encontro com as referidas autoridades, encorajando-as a denunciarem pessoas que promovam actos ilícitos no populoso município do Cazenga.

O encontro abordou temas que têm a ver com a segurança nas escolas, recolha e acondicionamento do lixo, distribuição de energia eléctrica às moradias, ilumina-

ção pública distribuição de água potável e o combate à delinquência nas zonas periféricas.

Victor Nataniel Narciso adiantou que resultado do trabalho realizado pelas autoridades tradicionais ajuda o executivo local na tomada de decisões para a melhoria das condições de vida da população.

Segundo o administrador as autoridades tradicionais desempenham um papel fundamental nas comunidades, uma vez que facilitam a resolução de vários problemas que afligem os municípios.

Para o administrador, as autoridades tradicionais influenciam na tomada de decisões e podem igualmente ajudar na consciencialização da mudança de atitude e comportamento das pessoas, nas comunidades.

O apelo da autoridade administrativa do Cazenga foi extensivo à população. À qual pediu que denuncie às autoridades competentes qualquer comportamento menos honesto que prejudique a convivência pacífica das pessoas.

5.7 A passagem de zé maria pelo governo foi efémera

Semanari o continente
12 de Agosto de 2011

A província de Luanda, não poucas vezes é citada como sendo à que coloca termo a carreira dos quadros, quer políticos como administrativos, pela excessiva intervenção do Governo central, na sua gestão, pois que é na capital onde como se diz, as coisas acontecem.

Daí que recordamos antigos governadores de Luanda, bons quadros que depois de terem passado por este posto, nunca mais foram vistos com o brilhantismo que lhes era rotulado, pois que o seu afastamento do GPL, arrasta consigo o estigma de que se não conseguiu em Luanda, não vale a pena tentar noutra sítio, verdade ou mentira mas os factos estão aí, melhor é não citar nomes. Por isso já passaram comissões de gestão que estavam marcadas para estarem no máximo noventa dias, mas acabaram por fazer um ou mais anos, tudo porque para escolher um nome para o cargo é necessário consultas e buscar consenso, já que é uma praça política fulcral, pela sua densidade populacional.

Mas a vida é mesmo assim, Sempre que alguém é indicado para um cargo mesmo sendo aquele, em que o dia seguinte é um enigma, não deve rejeitar, porque até o ensinamento é religioso e os eleitos que se aproximem.

Foi nesta lógica que imaginamos o nosso mais dinâmico e trabalhador, agora também ex Governador, de nome próprio José Maria Ferraz dos Santos, que pela simili-

tude cogitava se que era familiar directo do Presidente da República. Aceitou o desafio para governar a capital de Angola, que muitos lá fora a tratam com carinho de “Nguimbe”, eu também não sei porquê.

Como dizíamos, o trabalho que o Zé Maria estava a realizar na cidade, pelo menos nos arredores atribuem-lhe a nota máxima só equiparado a José Aníbal Rocha que a seu tempo a cidade era um mimo em os cidadãos intervinham e ele prontamente atendia.

Por isso, a nota de imprensa que serviu de substrato para anunciar o seu despedimento do cargo não convenceu nem o mais ingénuo cidadão, pois que estes viam nele a solução de Luanda. Ele se empenhava a visitar as zonas críticas, que destas projectou a exoneração dos seus administradores municipais quando confrontados com a inércia em que muitos deles se encontravam, ao invés de prestarem atenção as preocupações dos munícipes. Tendo sido apresentado como o homem que havia de salvar Luanda, já que a que o antecedeu pouco ou quase nada fez, não se esperava que estivesse no cargo simplesmente 6 meses contados à data do seu empossamento, com teatros como o que se deu aquando da exoneração e nomeação de administradores municipais e comunais que afinal não tinham serventia alguma se nos atermos que os tais postos já se achavam extintos.

Não dá mesmo para entender porque até o quanto se sabe dele, é um bom político e mobilizador de massas que só pode ser batido na concorrência pelo Job Kapapinha que também já passou pelo cargo, pois as eleições estão à vista e este pormenor, não se pode ignorar, pelas razões acima já referenciadas.

Agora na hora de baralhar e dar de novo, não se sabe quem terá o “as” de espada para pegar o bastão deixado pelo Zé Maria e esperar o seu destino. Contudo, à boca pequena já se diz que o principal motivo da medida, foi ter pisado na possa ou seja pretender apossar-se de algo que não lhe pertencia. Seja como for, na hora da despedida, não fica bem falar ma sobre o ex, que sendo jovem ainda tem muito para dar Boa sorte.

5.8 Reacções á volta da exoneração do governador de Luanda

Jornal semanario o continente

12 de Agosto de 2011

São cada vez mais evidentes, as especulações sobre a destituição de José Maria dos Santos, razão pela qual o CONTINENTE decidiu sair à rua para ouvir outras opiniões, a respeito do assunto, de algumas figuras que fazem do comentário “a arma das ideias”

Na ronda feita por Luanda, dirigimo-nos ao secretariado provincial da UNITA, no São Paulo, onde encontramos o seu secretário provincial, Jorge Mussonguela, que começou por dizer que o modo de governar de Maria dos Santos incomodava muitos membros do Executivo Angolano, tendo exortado o Presidente da República, através do seu ministro de Estado, Carlos Feijó, a esclarecer os reais motivos que estão na base desta exoneração, pese embora, tenha sido publicado um comunicado de imprensa.

Em seu entender, o governante demissionário tinha qualidades para o cargo e visão para a resolução dos problemas de Luanda, tendo ido várias vezes ao encontro da população para constatar in loco as suas preocupações. O político disse, por outro lado, que muita gente, habituada a desviar o dinheiro do erário público não viu com bons olhos a medida por si tomada, que consiste, no depósito das receitas arrecadadas nos municípios, na Conta Única do Tesouro.

“Como estas receitas já não passam nos bolsos daqueles que as geriam ao seu bel-prazer, não tinha outra saída que não “fosse sacrificar o homem”, disse Jorge Mussonguela.

O interlocutor disse também, haver ainda muita tinta que irá correr por debaixo da ponte.

Explicou, igualmente, que o seu partido, vinha acompanhando o modelo de governação aplicado por José Maria dos Santo, e que nada denunciava a sua saída prematura do Palácio da Mutamba.

André Samuel, estudante universitário, é de opinião de que a exoneração de Maria dos Santos é um “golpe” para a capital do país que necessitava há muito tempo, de um homem como ele. “Comparado com os governadores que passaram por Luanda, o recém-exonerado tem maior vocação para dirigir os destinos da população luandense, apesar de vir à memória o nome de Aníbal Rocha, que derrapou em Cabinda”, disse André Samuel, sublinhando que ficou surpreso, quando José Maria foi elevado de vice-governador do Kuando-Kubango para governar Luanda, traduzindo-se em prova de trabalho demonstrado, tendo conquistado a simpatia e confiança do PR.

“Durante o seu curto consulado, José Maria foi ao encontro da população, identificou os principais problemas e exortava aos munícipes a colaborar para um fim comum com vista a melhorar a cidade de Luanda”, disse o interlocutor.

O sociólogo Luís Kambamba, também desapontado com a exoneração daquele que foi o 16º governador de Luanda, insitiu que o PR tinha solução para ultrapassar muitas questões que afectavam Luanda por ter nomeado um jovem, com qualidades, neste caso, José Maria, que não tinha receios de dialogar com a população.

“Se existe outras questões, acho eu como sociólogo, primeiro devia se chamar a atenção e não pôr fim ao seu trabalho brilhante”, disse o especialista, acrescentando que a medida decepcionou todos aqueles que depositaram a sua confiança no então governador.

“Foi ele que começou a visitar várias instituições públicas no período nocturno levando uma vasta equipa de órgãos da comunicação Social, para transmitir o que realmente se estava a passar, dando a conhecer que as falhas não eram do Executivo, mas sim de alguns governantes”. pontualizou.

5.9 Governo Angolano nega vistos de entrada aos cidadãos da sadc

Jornal o independente
13 de Agosto de 2011

Há escassos dias de assumir a presidência rotativa da SADC, as autoridades Angolanas impediram de entrar no país os delegados vindos de países da mesma região que deviam participar na conferência internacional da sociedade civil, sobre o processo de integração.

Durante a cerimónia de encerramento do evento e pronunciando-se sobre este episódio, Elias Isaac (na foto) que é o Director da Open Society -Angola, país anfitrião, apelou as autoridades Angolanas, a dar provas dum tratamento mais humanizado às populações da região, ultrapassando para o efeito os excessos de burocracia que se assistem presentemente na concessão dos vistos.

Mesmo assim, Elias Isaac mostra-se optimista quanto a nova postura do governo Angolano em função do compromisso a assumir nos próximos dias.

Recordo que uma delegação Moçambicana foi impedida de participar no certame, devido ao que é apontado como burocracia excessiva dos serviços consulares Angolano naquele país do indico, segundo revelou o gestor do programa Lusófono da Osisa em África,

Leopoldo do Amaral.

O oficial, apela igualmente as autoridades Angolanas para maior abertura e respeito pelas normas estabelecidas pela SADC.

Uma das conclusões a que chegou a conferência internacional é a notada preocupação dos líderes da região quanto aos objectivos a atingir, mas dificilmente encontram a coesão necessária para fazer a integração funcionar de facto.

5.10 Novo governador de Luanda apresentado aos funcionarios

Jornal de Angola
13 de Agosto de 2011

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apresentou ontem, aos funcionários do governo da província, o governador interino de Luanda, Graciano Francisco Domingos.

O novo governador, que até aqui desempenhava as funções de vice-governador para o sector de organização administrativa, foi indicado por Despacho Presidencial para tratar da gestão corrente do governo provincial de Luanda, na sequência da exoneração do governador José Maria dos Santos.

A cerimónia, que decorreu à porta fechada no salão nobre do GPL, teve a duração de aproximadamente uma hora. Segundo apurou o Jornal de Angola no local, o momento serviu para o ministro Bornito de Sousa esclarecer os presentes acerca da concretização das novas tarefas administrativas e institucionais.

A adequação das funções dos governos provinciais e municipais, atendendo à realidade imposta pela recente aprovação da Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e do Bengo foi um dos temas abordados na cerimónia.

A Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e Bengo foi aprovada a 27 de Julho, pela Assembleia Nacional, passando a capital do país a integrar os municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas e Quissama. A Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa de Luanda e Bengo entra em vigor 60 dias após publicação em Diário da República.

5.11 Ex-governador pode ir a tribunal

Jornal o independente
13 de Agosto de 2011

Ganham corpo em vários círculos da governação que o ex-governador de Luanda deve ser indiciado e julgado por tentativa de fraude lesiva aos superiores interesses do país. Os defensores de uma medida dura contra José Maria Ferraz dos Santos entendem ser uma boa oportunidade para fazer passar o sinal de que a intolerância zero é um facto. Dizem que o julgamento de ex-governador da província de Luanda seria também uma demonstração clara de que as autoridades estão empenhadas em extirpar o fenómeno da corrupção. As razões da sua exoneração, ao que o IN apurou de fontes familiarizadas com o assunto, têm a ver com dois factores imbricados, a saber: A sua implicação num ilícito considerado grave, no qual fez invocação abusiva do nome de altas figuras do regime, nomeadamente do ministro de Estado, Carlos Maria Feijó, como "expediente" destinado a facilitar a consumação do ilícito.

Informações que circulam os corredores da política doméstica indicam que José Maria Ferraz dos Santos, no exercício de um acto administrativo da sua competência, sugeriu a uma empresa israelita o pagamento de uma "comissão" de USD 25 milhões a título de "contrapartida" de um licenciamento; terá alegado que a mesma se destinaria a ser repartida pelas altas personalidades identificadas, entre as quais a citada. A vice Cada de Sousa, vice-governadora, acusada de envolvimento no caso, foi também demitida.

5.12 Sociedade deve mobilizar-se em BPV e ODP

Jornal o independente
13 de Agosto de 2011

Quem vê cara não vê coração. Esta é um adágio popular que nos obriga a reflectir pela necessidade da população continuar a organizar-se com vista a desmascarar todos os malfeitores que têm estado a levar o terror nas nossas escolas um pouco por todo o País. Eles continuam a criar um clima de instabilidade no seio das nossas crianças, sobretudo aquelas que têm o dever e a obrigação de se tomarem o futuro do amanhã.

Recordo-me que em conferência de imprensa, há alguns dias atrás, o segundo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-chefe Paulo de Almeida, admitiu a hipótese da existência de "grupos malfeitores" que querem criar um clima de terror nas escolas do país, em função dos alegados casos de desmaios nos últimos tempos em vários estabelecimentos escolares.

Ao debruçar-se em conferência de imprensa, a alta patente da corporação apelou à população a manter-se calma em função do clima de instabilidade que se criou nas escolas, adiantando que os órgãos policiais estão a fazer tudo no sentido de pôr fim a tal situação. “Acreditamos haver grupos malfeitores que querem fazer aproveitamento desta situação para criar terror nas escolas e nós estamos atentos”, fez notar o comissário-chefe Paulo de Almeida, acrescentando que há já alguns elementos detidos e sob investigação. “Apelamos calma à população. Não é uma situação fácil de se resolver, mas estamos todos empenhados no sentido de desvendar tal mistério que ataca essencialmente mulheres”, frisou.

Face ao discurso, estou em crer que só isto não basta! É necessário que nos mobilizemos em tomo desta onda de terror, através das então Brigadas Populares de Vigilância em todos os locais onde existirão aglomeração de pessoas. É necessário revermos os métodos do passado, onde a Organização de Defesa Popular (BPV), tinha um papel preponderante no combate as acções delituosas que ocorriam.

Diante deste quadro, que julgo bastante dramático a situação e continuo a dizer que não basta somente a mobilização dos órgãos da Polícia Nacional e da Protecção Civil, a fim de intensificarem as medidas operativas de investigação, protecção e socorro às vítimas a nível do país, bem como o esclarecimento dos factos ocorridos.

Ainda que a corporação esteja a desenvolver consultas diárias a especialistas e consultores em psicologia, psiquiatria, medicina, química e da polícia judiciária portuguesa para avaliação e análise do fenómeno, a Organização de Defesa Popular (ODP), e as Brigadas Populares de Vigilância (BPV), devem voltar a assumir o seu papel do passado.

Por outro lado, penso que os órgãos de comunicação social devem continuar a jogar um papel fundamental neste processo, para que as pessoas possam estar vigilantes e calmas e encontrar forma de se ultrapassar tal situação.

O Comissário Paulo de Almeida por exemplo diz que 90 por cento das pessoas afectadas não apresentavam sintomas de desmaios, mas sim de desfalecimentos (afunilamento de estado de consciência) e chegavam aos centros hospitalares conscientes. “Grande parte das pessoas afectadas e que foram parar aos estabelecimentos hospitalares, nada tinha a ver com intoxicação.

O mal que padeciam não tinha uma relação de causal efeito”, esclareceu. Adiantou que tal fenómeno não provocou, até ao momento, nenhuma vítima mortal,

porquanto tem recebido a pronta resposta e assistência das forças que integram o sistema de gestão e emergência no âmbito da protecção civil. Disse ainda que a Polícia Nacional está perante um fenómeno que precisa descortinar.

Por sua vez, Adelaide de Carvalho, representante do Ministério da Saúde, fez saber que até ao momento não houve nenhuma situação grave de alegados casos de desmaios que merece evacuação para um hospital especializado. Disse apenas que houve necessidade de se estabelecer um sistema de registo e informação relativa às idades, sexo, momento da ocorrência e antecedentes patológicos das vítimas. Já Rui Pires, médico psiquiatra, admite haver elementos que potenciaram o fenómeno, nomeadamente a forma como as vítimas foram atendidas em hospitais (presença de médicos que indiciava haver elementos tóxicos, dispositivo policial fora do comum, entre outros). Em função do quadro, considera haver necessidade de se dar suporte psicológico e emocional às vítimas. Até ao momento, segundo dados da corporação, registaram-se 91 casos ocorridos em diversos estabelecimentos de ensino do país, cujos sintomas repetiam-se em mal-estar, tonturas, fraquezas, deficiências respiratórias e vômitos.

Sinceramente, não acreditei nestes discursos, quando as autoridades policiais e sanitárias descartaram da existência de elementos tóxicos nos alegados casos de desmaios que têm estado a ocorrer desde Abril do ano em curso em alguns estabelecimentos de ensino do país. São no entanto para mim informações infundadas e que poderá comprometer pela negativa o ensino geral a nível do país, se tivermos em atenção que os malfeitores não desarmam.

Concordo que foram sim feitas algumas análises laboratoriais em várias pessoas e os seus resultados, até aqui, são negativos. Os laboratórios que foram solicitados no exterior do país não identificaram nenhuma causa de intoxicação, mas para mim “deixa ver para crer”

Assim aconteceu em Hiroxima e Nagasaki, as duas cidades Japonesas que até hoje vivem o drama de um gás lacrimogéneo, resultante de bombas atómicas, a quando da segunda guerra mundial. Esta população, em tempo de verão são obrigadas a usar mascarar antigás, e em alguns casos as mulheres acabam por gestar bebes deformados.

De recordar que, a Polícia de Investigação Criminal deteve recentemente um jovem de 19 anos, acusado de ter lançado um gás tóxico no Instituto Médio Poli técnico do município do Cazenga, provocando o desmaio de 24 pessoas, entre alunos, professores e funcionários administrativos.

O suspeito é acusado de utilizar um produto designado por "Longue Postel 70cs", um tipo de gás pimenta utilizado por forças policiais para neutralizar elementos que resistem às ordens policiais. Segundo o actual código penal, estas práticas são condenáveis por lei e puníveis ao abrigo do artigo 364 cuja moldura vai de dois a oito anos de prisão maior. Coisa para dizer que a sociedade deve voltar a mobilizar-se em Brigadas Populares de Vigilância (BPV), e Organização de Defesa Popular (ODP).

5.13 Administrador contra mpla

Jornal semanario angolense
20 de Agosto de 2011

Malungo para o cargo de administrador municipal da Samba, o então governador provincial de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, terá cometido um erro que poderá levar o partido no poder a experimentar alguns amargos de boca.

Transcorridos que são dois meses desde que assumiu o cargo, Adão Malungo, tem estado a criar estragos na municipalidade, atingindo a classe camponesa e o seu partido.

Durante o curto tempo que já vem aquecendo a cadeira máxima da administração local, o homem forte da Samba já conseguiu colocar os populares da comuna do Benfica contra o seu próprio MPLA.

Populares que têm vindo a acompanhar a sua digressão pelo município, afirmaram ao Semanário Angolense que o edil incitou o povo a partir para a violência, dizendo que não deve receber qualquer membro do partido no poder sem a sua presença.

«Vocês são muitos e podem correr quem vem para aqui sem a minha presença, porque em todos os encontros eu tenho de estar, aqui na Samba, eu é que mando e mais ninguém», terá declarado Adão Malungo, num comício realizado no dia 30 de Julho do ano em curso.

Tal discurso criou nas hostes dos populares uma certa apreensão, uma vez que os esforços que se têm vindo a desenvolver visa garantir alguma dignidade aos sinistrados das últimas chuvas que se abateram sobre o município que dirige, através do crescimento ordenado de novos bairros.

As nossas fontes dizem ainda que o homem impõe regras pouco urbanas, consubstanciadas na intriga.

As vítimas foram surpreendidas com uma avalanche de munícipes num dos bairros da comuna do Benfica, quando realizavam um trabalho de levantamento de dados dos sinistrados que aí se encontram concentra-

dos, em condições lastimáveis, para, no âmbito da sua actividade enquanto parceiros do Estado, providenciarem contactos, com base em dados reais, com vista a avançar-se para a construção de casas evolutivas.

A reacção dos moradores não se fez esperar, considerando o pior administrador, pois, em pouco tempo, já mostrou que está mais interessado em utilizar o cargo para atingir fins inconfessos do que servir o povo.

Aliás, isto mesmo já terá demonstrado no início do mês em curso quando, quando ocupou mais de três hectares de terrenos, de uma cooperativa de camponeses, na comuna do Benfica.

Alguns camponeses associados ou não à cooperativa viram as suas terras invadidas pelo administrador, que, com as próprias mãos e sem meias medidas, ocupou-as de livre arbítrio, porque, segundo dizem, «ele é que manda no município e mais ninguém».

O administrador terá declarado isso mesmo aos membros da sua «quadrilha» por, alegadamente, ter chegado a sua vez.

Dados obtidos pelo SA no município, dão a conhecer que Adão Malungo já é bem conhecido, e pelas piores razões, sobretudo na comuna do Benfica, onde deixou marcas indeléveis em processos litigiosos, em que apareceu sempre como autor principal da «façanha» que, não fosse a atenção de algumas pessoas, há estaria a mofar na cadeia.

Ainda de acordo com os relatos obtidos localmente, AM ao tempo 1.0 secretário municipal do MPLA na Samba, chegou mesmo a realizar dupla comercialização de propriedades alheias, algo que era sempre intermediado por um grupo de malfeitores comandados por um elemento conhecido por «Malange.»

As nossas fontes referiram «que esse edil tem estado a criar problemas nas comunidades, em vez de se preocupar com coisas importantes. «Mas o partido' é que é nosso Pai e nossa Mãe, como é que o administrador nos manda bater os membros do partido que têm estado sempre com as comunidades?», interrogou-se uma moradora do «Tanque Serra», que esteve no aludido comício.

Pessoas que tiveram no in side confirmaram tais afirmações, que estão a ser atenuadas, por estar a ser bastante questionada a sanidade mental de Adão Malungo. «É melhor que se tire já um homem que parece maluco, porque não está só a afundar o município, mas também a dificultar o trabalho do partido», referiu um ancião do Bairro Cayanga. Para piorar, o administrador, à pala do ex-governador Zé Maria, tem usurpado parcelas de terras à classe camponesa, sob o pretexto de que,

também, quer «comer». «O governador é quem mandou, mas, se quiseres, ele pode vir aqui para com as suas mãos te retirar daqui», terá ameaçado Adão Malungo a uma camponesa.

5.14 Apartamentos á venda a partir de hoje

Jornal de Angola

22 de Agosto de 2011

Os mais de três mil apartamentos da Cidade do Kilamba são vendidos a partir de hoje e os preços vão estar afixados nos postos de venda instalados na nova Cidade do Kilamba e na rua Rainha Ginga, nº 6, à Mutamba, aonde se devem dirigir as entidades públicas e privadas que solicitaram compra de habitação na nova centralidade.

Uma nota da Sonangol Imobiliária informa que estão disponíveis 3.180 apartamentos do tipo T3 A, B, C e T5. As casas T3 A e B têm 110 metros quadrados, T3 C têm 120 e T5 têm 150 metros quadrados.

O documento refere que 41 entidades solicitaram a compra de apartamentos, onde se destacam os Ministérios do Ambiente, da Comunicação Social, da Justiça, da Energia e Aguas, Saúde, Administração do Território, assim como as empresas Angop, Edições Novembro, Alfândegas, TAAG, TPA, Epal, Edel, NE e CimAngola.

O documento informa ainda que sociedade Delta Imobiliária é a empresa contratada para a comercialização das casas e que também estão disponíveis lojas para a actividade comercial e terrenos para iniciativas públicas e privadas. A nova cidade, cujo projecto engloba contempla 710 edifícios, 24 feches, nove escolas primárias e litoral secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, empreiteiro deve entregar mais 5 edifícios, que correspondem a 822 apartamentos e 198 lojas. O cesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas fixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

A cidade do Kilamba constitui uma experiência piloto em relação ao modelo de gestão administrativa adoptado, que pode inspirar o processo de execução gradual das 1 autarquias locais. Por isso, é dirigida por um presidente, que tem a responsabilidade de criar a gestão da nova centralidade, por intermédio de um regime organizativo e administrativo específico.

A cidade do Kilamba é administrada por um presidente e demais SI corpos gerentes, que obedecem aos princípios da legalidade, da concentração, próximas dos serviços às populações, eficiência, simplificação administrativa, responsabilidade e probidade administrativa.

No exercício das suas funções a administração, segundo a lei, deve promover e orientar o desenvolvimento socio-económico, com base nos princípios e opções estratégicas definidas pela Administração Central e pelo Governo da Província de Luanda, bem como assegurar a prestação dos serviços públicos da respectiva área geográfica.

A cidade do Kilamba pretende ser o elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. A nova cidade visa fazer face à carência habitacional e ser uma demonstração do crescimento urbano do país. Pretende-se ainda colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo, de acordo com o chefe de Estado Angolano, durante a inauguração.

Dos cerca de 12 projectos elaborados para criação de novas cidades, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte.

O projecto da cidade do Kilamba, serve para o Executivo fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões de habitantes que tem hoje.

Os mais de três mil apartamentos da Cidade do Kilamba são vendidos a partir de hoje e os preços vão estar afixados nos postos de venda instalados na nova Cidade do Kilamba e na rua Rainha Ginga, nº 6, à Mutamba, aonde se devem dirigir as entidades públicas e privadas que solicitaram compra de habitação na nova centralidade.

Uma nota da Sonangol Imobiliária informa que estão disponíveis 3.180 apartamentos do tipo T3 A, B, C e T5. As casas T3 A e B têm 110 metros quadrados, T3 C têm 120 e T5 têm 150 metros quadrados.

O documento refere que 41 entidades solicitaram a compra de apartamentos, onde se destacam os Ministérios do Ambiente, da Comunicação Social, da Justiça, da Energia e Aguas, Saúde, Administração do Território, assim como as empresas Angop, Edições Novembro, Alfândegas, TAAG, TPA, Epal, Edel, NE e CimAngola.

O documento informa ainda que sociedade Delta Imobiliária é a empresa contratada para a comercialização das casas e que também estão disponíveis lojas para a actividade comercial e terrenos para iniciativas públi-

cas e privadas. A nova cidade, cujo projecto engloba contempla 710 edifícios, 24 feches, nove escolas primárias e litoral secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, empreiteiro deve entregar mais 5 edifícios, que correspondem a 822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas fixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

A cidade do Kilamba constitui uma experiência piloto em relação ao modelo de gestão administrativa adoptado, que pode inspirar o processo de execução gradual das 1 autarquias locais. Por isso, é dirigida por um presidente, que tem a responsabilidade de criar a gestão da nova centralidade, por intermédio de um regime organizativo e administrativo específico.

A cidade do Kilamba é administrada por um presidente e demais SI corpos gerentes, que obedecem aos princípios da legalidade, da concentração, próximas dos serviços às populações, eficiência, simplificação administrativa, responsabilidade e probidade administrativa.

No exercício das suas funções a administração, segundo a lei, deve promover e orientar o desenvolvimento socio-económico, com base nos princípios e opções estratégicas definidas pela Administração Central e pelo Governo da Província de Luanda, bem como assegurar a prestação dos serviços públicos da respectiva área geográfica.

A cidade do Kilamba pretende ser um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

A nova cidade visa fazer face à carência habitacional e ser uma demonstração do crescimento urbano do país. Pretende-se ainda colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo, de acordo com o chefe de Estado Angolano, durante a inauguração.

Dos cerca de 12 projectos elaborados para criação de novas cidades, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte.

O projecto da cidade do Kilamba, serve para o Executivo fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões de habitantes que tem hoje.

5.15 Ranca construção de casas sociais nos municípios da chibias e cacula

Jornal de Angola

25 de Agosto de 2011

As sedes municipais de Cacula e Chibia, a norte da província da Huíla, vão começar a construção de 100 moradias do tipo T3 para jovens formados nas áreas da saúde, economia, educação, gestão de empresas e outras especialidades. A edificação das casas fica concluída dentro de seis meses. O bairro está a nascer numa área de 64.000 metros quadrados. Neste momento, a empreiteira Omatapalo, encarregada pelas obras, efectua a vedação e limpeza dos terrenos, a implantação das bases e a concentração do material de construção civil.

Para arranque do programa, o governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, procedeu ao lançamento da primeira pedra da construção das casas nos dois municípios. O assessor da empreiteira Omatapalo, Luís Canteiro, explicou que cada casa é projectada num espaço correspondente a mil metros quadrados, disponibilizado pela Administração Municipal. As 100 moradias são financiadas pelo Programa Angola Jovem do Ministério da Juventude e Desportos, que já construiu 92 casas, no bairro da Chavola, arredores da cidade do Lubango.

O director provincial da Juventude e Desportos da Huíla, João Barros, considera que a maioria dos jovens formados da província tem agora motivos para retomar às zonas de origem e contribuir nas acções que visam o progresso das localidades, dada as condições de habitabilidade.

Cidade satélite

João Barros anunciou que, enquanto a construtora Omatapalo prossegue as obras, a Direcção Provincial da Juventude e Desportos vai promover campanhas para sensibilizar e mobilizar os jovens dos dois municípios, a fim de dominarem os critérios que os habilitem a uma moradia. A administradora do município da Chibia, Otília Noloti Vianey, considerou que a construção de 40 casas é fundamental para o lançamento da cidade satélite, um dos desafios finais pelas autoridades da província.

A administradora anunciou que vão ser loteados, no mesmo local onde é construída a cidade, várias parcelas de terras para serem distribuídas aos jovens e pessoas interessadas no projecto de autoconstrução dirigida.

A par disso, a construtora Omatapalo está a reconstruir, há oito meses, a estrada que liga o Lubango ao complexo turístico da Tundavala, com mais de 20 quilómetros. Esta obra, orçada em 30 milhões de dólares, segundo

o engenheiro de obras, João Delgado, decorre a bom ritmo de modo que, até Agosto do próximo ano, seja oficialmente entregue ao Governo Provincial.

A estrada fica com sistema de drenagem das águas das chuvas, montagem de equipamento de segurança para protecção dos automobilistas, devido à existência de diversos desníveis ao longo da estrada, a sua sinalização e arborização de algumas áreas. A estrada entre o Lubango e a Tundavala, afirmou João

Delgado, é ampliada de seis para nove metros largura e as bermas passam agora a ter dois metros. Com estas dimensões é possível tomar o trânsito mais fluido e atrair mais pessoas para apreciar as maravilhas naturais da região.

5.16 Casas da nova centralidade do kilamba não são para pobres

Jornal semanari ocontinente
26 de Agosto de 2011

Teve início, está semana, as inscrições para aquisição das casas do Projecto Kilamba, estando disponíveis, até ao momento, 3.180 apartamentos com diferentes tipologias, nomeadamente t3a, t3b, t4c e t5

Numa primeira fase, estão disponíveis vários apartamentos, cujos preços (120 a 200 mil dólares) são de arrepiar aos olhos de quem auferir um salário que ronda entre 60 a 80 mil kwanzas. Os preços foram fixados esta semana nos postos de vendas da Nova Centralidade do Kilamba onde as identidades públicas e privadas, bem como pessoas singulares, que estejam interessados na compra dos imóveis podem solicitar.

A Cidade do Kilamba, segundo o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi criada para proporcionar casas aos que não têm. De acordo com populares contactados pelo CONTINENTE, tratou-se de uma propaganda mal projectada, não se compreendendo a razão dos elevados preços. Mateus José desistiu da intenção da compra de um apartamento devido ao elevado preço.

“Para nós que temos famílias numerosas e um salário baixo, mesmo que levamos 20 anos não conseguiremos liquidar a dívida. Se o preço fosse reduzido entre 60 a 100 mil dólares, daria um jeito”, disse Mateus Pedro, acrescentando que o Governo deve rever a sua política de habitação para que todos beneficiem. “Os preços estabelecidos pela Sonip junto da Delta Imobiliária, empresa responsável pela venda das casas não satisfazem as expectativas”.

Para Paulo Cascão, outro grande empecilho prende-se com as modalidades de construção teve início em Agosto e de pagamento das moradias. 2008, prevendo-se a construção de 20 Quarenta e uma identidade patronal mil prédios com apartamentos de 4 á já solicitaram a compra de apartamento 12 andares. O término das obras está tos, na centralidade do Kilamba, cuja previsto para o próximo ano.

5.17 Crianças apresentam preocupações aos dirigentes de Luanda

Jornal semanario factual
de 27 de Agosto a 03 de Setembro de 2011

O encontro visou garantir melhor participação das crianças daquele município na abordagem dos assuntos que as mais lhes preocupa, para apresentar as suas opiniões, contem tendo a sua interacção na vida social e contribuindo para a resolução dos seus próprios problema.

O programa, proveniente das recomendações do III Encontro Provincial da Criança de Luanda, ocorrido a 13 de Abril, em Luanda, tem, igualmente, por objectivo a continuidade da divulgação dos 11 compromissos para com as crianças, a nível das comunidades da capital, para a tomada de consciência sobre o direito das crianças.

Cerca de 50 crianças do Cazenga participaram no encontro e aproveitaram a ocasião para apresentar as suas principais preocupações acerca das dificuldades no registo de menores, o acesso ao ensino e à saúde.

A vice-governadora de Luanda para a Área Política e Social Jovelina Imperial, chamada a abrir os Encontros Municipais das Crianças, garantiu a continuidade em apoiar, através dos seus órgãos executivos, as iniciativas que concorram para a melhoria da vida dos menores.

A representante aproveitou, ao mesmo tempo, a ocasião para chamar as crianças a analisarem, a discutirem e a proporem aos governantes sugestões que possam permitir a melhoria das condições de vida dos petizes.

Para Jovelina Imperial, a capacidade de discernimento e a livre expressão de opinião devem ser devidamente tomadas em consideração por todos os estados, de acordo com a idade e com a maturidade de cada criança, respeitando o artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança.

Por seu turno, as crianças lançaram, inclusive, o apelo aos dirigentes que estiveram no acto. “Não basta apenas ouvirem o que dissermos, é preciso que se cumpra”, disse Jorge Carlos, de 14 anos.

O petiz fez, igualmente, referência aos constantes abusos que as crianças têm sofrido no seio familiar, como o trabalho forçado e a violência física e moral. Carlos apelou às autoridades para o reforço da vigilância, no sentido de se evitar que muitas delas continuem a ser violentas.

Jovelina Imperial falou da necessidade de, nestes encontros, as crianças serem permitidas a tornar-se em participantes activos, como elementos de direitos em todos os assuntos que afectem as suas vidas, devendo, livremente expressar as suas opiniões, quer seja na família, na escola ou no grupo de amigos, e levando-as em consideração, em todas as esferas da vida social.

Os onze compromissos são: A esperança de vida; A segurança alimentar e nutricional; O registo de nascimento; A educação na primeira infância; A educação primária universalizada e a formação profissional; A justiça juvenil; A prevenção e a redução do impacto do HIV\ Sida nas famílias e nas crianças; A prevenção e combate à violência contra as crianças; As competências familiares; A comunicação social, cultura, juventude e desporto e o orçamento direccionado aos projectos ligados à criança.

Para João Borges, encarregado de educação, tais iniciativas são muito valiosas. “É preciso auscultar os problemas das crianças a partir delas, pois só assim os dirigentes poderão traçar projectos para a resolução do que as afecta. Mas, por outro lado, é necessário que nós, como partes, nos preocupemos em ouvir e respeitar os direitos das crianças, no sentido de lhes dar exemplo positivo”.

Os Encontros Municipais da Criança terão repercussão a nível dos outros municípios da província de Luanda; visam ouvi-las, tendo em conta a prática dos 11 compromissos, saída do IV Encontro Provincial da Criança

5.18 “Muitas igrejas vivem na ilegalidade”

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2011

O director nacional para Assuntos Religiosos do Ministério da Cultura, Manuel Fernandes, disse em Luanda, que mais de 80 por cento das igrejas existentes no país podem ser encerradas, por incumprimento da lei que regula a actividade religiosa.

Manuel Fernandes fez esta advertência no final do culto de acção de graças da Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal. O director nacional para os Assuntos Religiosos afirmou que existem no país mais de duas mil igrejas, mas muitas atropelam a lei.

A título de exemplo, referiu que para a legalização de uma igreja são necessárias, no mínimo, cem mil assinaturas e ela deve estar instalada num terço do território nacional, mas poucas cumprem com este requisito.

Assunto sensível

“O Executivo está a trabalhar seriamente nesta questão e a seu tempo vai tomar decisões”, afirmou.

O director nacional para os Assuntos Religiosos, defendeu a alteração da lei que regula a actividade religiosa, sublinhando que está desajustada: “a Lei deve ser hoje objecto de reflexão para as igrejas e para as instituições do Estado, na medida em que ela está desajustada da realidade”. Manuel Fernandes reconheceu que se trata de um assunto sensível que deve ser analisado com ponderação: “estamos a falar de um fenómeno muito complexo, de crença, e ela está no âmago das pessoas”. O dia director nacional para os Assuntos Religiosos disse que o Executivo aprecia o contributo social de muitas igrejas e quer contar com a sua acção, mas criticou a actividade negativa de muitas outras

“Queremos contar com o vosso apoio. Sabemos que vocês praticam acções de âmbito social muito relevantes, como o combate ao consumo de drogas e à prática de feitiçaria, muitas vezes apregoada por certas igrejas. Isso leva-nos a acreditar no vosso trabalho, no vosso evangelho”, disse o director nacional para os Assuntos Religiosos, no momento em que foi apresentado aos fiéis da Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Requalificação vista ao binóculo

Jornal o país
06 de Agosto de 2011

Moradores dos bairros Prenda e Cassenda, do então município da Maianga (agora município de Luanda, no âmbito da nova divisão administrativa de Luanda), manifestam-se, profundamente, agastados com a morosidade dos trabalhos de requalificação, pelo facto de estar a criar uma série de constrangimentos, que vão do trânsito automóvel e pedonal, com a presença cada vez maior de buracos, à grande concentração de lixo, águas paradas e outros dejectos.

Para um trabalho que se pretendiam para um curto período, de forma a permitir a fluidez nas várias ruas que conformam os dois bairros limítrofes, contam-se quase três anos que as mesmas não conhecem conclusão.

Numa primeira fase, os trabalhos de requalificação compreendiam a substituição do tapete asfáltico, há já muito tempo degradado, arranjos de passeios e lancis, muros de contenção, instalação de novas redes de escoamento de água e iluminação pública.

As zonas de requalificação contemplam, sobretudo, as zonas do interior desses dois bairros, com as baterias direccionadas para os novos colectores, sarjetas, que, uma vez funcionais, além de melhorarem a circulação automóvel e de peões, permitiriam o melhoramento do saneamento básico.

Para os moradores, já lá vai o tempo em que homens e máquinas invadiram o local, escavaram, removeram terras, mas não há ainda uma luz ao fundo do túnel que aponte para a conclusão, ainda este ano, dos trabalhos.

No Prenda, por exemplo, os populares queixam-se do facto dos trabalhos iniciarem num lugar, para depois toda a maquinaria e meios humanos serem transferidos para uma outra zona. Resultado: o bairro apresenta-se completamente degradado.

Numa primeira fase, o projecto de requalificação abarcava o restauro da Avenida Revolução de Outubro, da rua Comandante Arguelles, bem assim como abrange a vala de drenagem que percorre a zona do antigo dispensário.

O segundo plano, por sua vez, tinha como objectivo a renovação urbana dos edificios do bairro, os chamados lotes, com a manutenção da estrutura dos mesmos, o

melhoramento das fachadas e da qualidade das referidas infra-estruturas.

Espanta, para muitos, o facto de até ao momento os trabalhos continuarem na mesma. “Nem água vai, nem água vai”, reclamaram os moradores à reportagem do AREAL.

No Cassenda, o cenário é igual. Desde 2009 que se previa que os trabalhos conheceriam celeridade, com a inclusão de duas empresas (Anteres e Queirós Ribeiro), mas, de lá para cá, trocou a ordem das parcelas e o resultado não se altera. O que agasta, sobremaneira, os seus moradores, impossibilitados de circularem livremente por um bairro que já foi, em tempos não muito recuados, cor um dos mais referenciados entre os bairros de Luanda.

O plano contemplava a melhoria de I do asfalto no interior do bairro. A ideia era que os trabalhos decorreriam ao mesmo ritmo que a construção da vala de drenagem da Avenida 21 de Janeiro, que serviria para o escoamento da água da chuva e residuais do bairro Cassenda, para evitar os charcos na zona.

Enquanto a situação se mantém inalterável, os moradores dos bairros Prenda e Cassenda apelam às autoridades, para que os trabalhos sejam acelerados, de forma a permitir uma vida e circulação livre de constrangimentos.

6.2 Projecto de construção de moradias é lançado na provincia do huambo

Jornal de Angola
11 de Agosto de 2011

Um projecto de construção de casas económicas do tipo T1 e T3, bem como a venda dos respectivos kits de material de construção, foi lançado sexta-feira, na cidade do Huambo, numa iniciativa da empresa OK Investimentos.

A cerimónia de lançamento do projecto foi orientada pelo presidente do Conselho de Administração da OK Investimentos, Victor Kavinoqueka Paulo, tendo referido que as moradias e os kits de construção vão contribuir para a aquisição de habitação aos cidadãos. O responsável explicou que o kit de construção dirigida é comercializado com valores que vão de um 1,149 milhões a 1,580 milhões de kwanzas.

Água no Tchindjendje

A Organização Não-Governamental ADESPOV perspectiva abrir, a partir deste mês, 16 pontos de água no município do Tchindjendje, cerca de 118 quilómetros a

oeste da cidade do Huambo, num investimento avaliado em 224.362 euros. Em declarações à Angop, o representante da respectiva organização, lulião Agostinho, disse que, numa primeira fase, são abertos oito pontos de água nas aldeias de Etalangala, Sakalunhi, Santa Fé, Lossole, Praia, Wilala, Ndumbo e Etacavava.

A iniciativa, inserida no programa do Executivo “Água para Todos”, prevê beneficiar mais de 15.950 pessoas. O processo de abertura de novos pontos de água é extensivo a alguns bairros periféricos da vila do Tchindjendje e outras comunidades.

6.3 Cofre da policia quer construir 30 prédios pelo pais

Jornal o pais
12 de Agosto de 2011

A direcção do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN) tem em execução um projecto habitacional que prevê a construção de 30 edifícios de quatro e oito andares, num total de 1200 apartamentos, para melhorar as condições de vida dos seus associados e suas famílias.

Documentos em posse de O PAIS “indicam que os imóveis serão constituídos por apartamentos do tipo T2 (92 metros quadrados), T2A (98 metros quadrados), T3 (118 metros quadrados), T3A (131 metros quadrados) e T4 (141 metros quadrados).

Para além destes prédios, a associação de utilidade pública pretende construir 200 casas nas províncias da Lunda -Sul, Malange e Kuanza – Norte e outras na zona do Zango, em Luanda.

Para as 337 residências do complexo Vila Azul, em Viana, onde já residem alguns dos seus membros, a Caixa de Previdência vai edificar um colégio, creche e casa de idosos.

A instituição conta actualmente com mais 4 edifícios, três em Luanda e outro no Huambo, assim como um bairro com 22 residências em Malange. O seu património inclui outros prédios urbanos e rústicos adquiridos pelo país. “Está prevista a conclusão das obras de construção de seis residências de média renda no município de Benguela, ocupando cada uma a área de 105 metros quadrados”, garante o documento a que tivemos acesso. A direcção do CPPPN, encabeçada pelo comissário Luís Alexandre, concede igualmente aos seus associados empréstimos financeiros até quinhentos mil kwanzas para acudir situações urgentes e inadiáveis.

Têm acesso ao crédito os membros da associação com quotas em dia, que podem também habilitar-se a outros pacotes com taxas bonificadas oferecidos por bancos que rubricaram protocolos de cooperação com a referida instituição da Polícia Nacional.

Alguns dos pacotes destinam-se a casos de doenças graves, compra de casa com taxas bonificadas, aquisição de viaturas, viagens de férias, reparação e recuperação de imóveis e despesas urgentes inadiáveis. Uma outra rubrica facilita o acesso aos supermercados, farmácias, colégios, creches a preços bonificados, complexos turísticos, lazer e recreação em condições especiais.

“Facilitamos o acesso a outros empréstimos para reembolsar a curto, médio e longo prazo com um atendimento personalizado para um futuro melhor”, diz a instituição. A CPPPN presta-se ainda ao pagamento de pensão de reforma, sobrevivência, maternidade e subsídio por morte.

6.4 Bastonário defende reforço da legislação sobre a terra

Jornal de Angola
14 de Agosto de 2011

O bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, Inglês Pinto, defendeu ontem, em Luanda, a adopção de mecanismos legais “fortes” que confirmam igualdade de oportunidade a todos os cidadãos no acesso à terra.

Inglês Pinto, que falava à margem da “Cimeira dos Povos” da SADC, disse não existir no continente africano e na sua região austral um critério rígido em matéria de igualdade de oportunidades no acesso à terra.

“Há uma tendência universal de alguns grupos, com maior influência e poder económico, de tendencialmente se sobreporem a outros mais fragilizados. Compete às entidades públicas e aos Estados manterem o equilíbrio, para fazerem com que o acesso à terra seja igual”, disse. Para Inglês Pinto, são necessários esforços dos organismos públicos africanos no cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos e o engajamento da sociedade civil em pressionar os órgãos decisores para que tudo o que esteja plasmado nas Constituições seja uma realidade.

“No continente africano temos um problema muito sério em matéria de eficácia da legislação. Podemos produzir as melhores constituições, mas temos sempre problemas de eficácia social”, sustentou. A “Cimeira dos Povos” da SADC é um espaço de reflexão e solidariedade organizado todos os anos por ocasião da Cimeira dos Chefes

de Estado e de Governo da região, em conjugação com o Fórum das Organizações Não Governamentais.

O encontro de Luanda, enquadrado na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, contou, com a participação de representantes de associações cívicas.

6.5 Desespero de um sobrevivente

Novo jornal
19 de Agosto de 2011

Domingos Francisco de Almeida, 74 anos, é um dos poucos antigos-trabalhadores do CFL ainda em vida e a residir na Precol. Diz que só não foi abrangido pela acção do CFL-Imobiliária por viver numa das residências que passou a ser do Porto de Luanda, depois da separação que houve entre as duas empresas.

O ancião recorda que encontrou o imóvel num estado deplorável porque havia sido saqueado pelos moradores das redondezas depois da saída dos colonizadores.

“A situação era assustadora, porque para além da falta de condições, a zona era totalmente isolada e tínhamos receios porque os membros de um dos Movimentos de libertação Nacional matavam quem fosse encontrado aqui de noite”, recordou.

Domingos de Almeida disse que as 36 residências onde foram cedidas aos moradores pelo Estado, através de um despacho emitido pela então direcção do Porto-Caminho de Ferro de Luanda que desapareceu com o desmembramento das duas empresas.

Nesta altura, a direcção do Porto de Luanda estabeleceu que os seus 16 inquilinos deviam pagar mensalmente 900 Kwanzas pela renda. Mas a nova equipa de gestão do CFL optou por descontar um montante directamente do salário dos próprios funcionários.

De acordo com os documentos em posse de O PAIS, com o surgimento do Kwanza Reajustado às anteriores contratos deixaram de existir e a renda passou a ser 30 Kwanzas.

Devido às constantes alterações das notas de maior valor facial o valor da renda foi estipulado em cerca de 25 dólares.

O ex-trabalhador do CFL manifestou-se insatisfeito com a posição assumida pela direcção da empresa em que trabalhou durante toda a vida. Ele e os seus companheiros a muito que ambicionavam comprar as residências e não compreendem porque cancelaram este processo.

“Como estou na parte que pertence ao Porto de Luanda

estou preocupadíssimo porque me parece que a situação será a mesma. Peço ao Estado que nos ceda as residências, não só pelo tempo que vivemos aqui como também pelo serviço prestado à Nação.

6.6 Apartamentos custam entre 69 a 115 mil dólares

Novo jornal
19 de Agosto de 2011

SESSENTA E NOVE mil dólares para os T2, 85 mil dólares para os T3 e 105 mil dólares para os T4, são estes os precários fixados para a aquisição dos apartamentos na recente inaugurada cidade do Kilamba, soube o Novo Jornal.

Para já, sabe-se que esta tabela de preço sempre foi a defendida pela Presidência da República, numa perspectiva de inclusão social. Esta conclusão é resultado de vários encontros dos organismos ligados a construção daquela centralidade urbana.

Por seu turno, a primeira proposta da SONIP estava muito diferenciada desta e era de 200 mil dólares o T2, 250 mil o T3 e 300 mil o T4.

Depois do Decreto Presidencial nº 219/11 que transfere a titularidade da Cidade do Kilamba para a Sonangol Imobiliária e Propriedades, fica claro também as revelações feitas por fontes próximas ao dossier junto da Casa Civil e da referida empresa em como o Governo assumiu o compromisso de restituir a Sonangol o custo da infraestruturação da referida cidade.

Fontes do Tesouro, no Ministério das Finanças, confirmaram que o custo da cidade nunca esteve contabilizado no Orçamento Geral do Estado uma vez que foi integralmente assumido pela Sonangol, num processo que era conduzido pelo Gabinete de Reconstrução Nacional. Com o referido decreto presidencial, a SONIP acaba de receber luz verde do Executivo para a comercialização dos moradias. Processo idêntico poderá ser dado as centralidades em construção como é a nova cidade do Dundo onde o custo de construção é maior, mas o poder de compra da população, nestes tempos de crise do sector diamantífero, é menor se comparado a Luanda.

Para além, dos valores financeiros, como é óbvio, os interessados a viver naquela cidade, que dista 20 quilómetros do centro de Luanda, deverão apresentar documentos como fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia do cartão de contribuinte, registo criminal, declaração de serviço espelhando o salário base, fotocópia dos 3 últimos recibos de Salário e o extracto bancário.

6.7 CFL Vende imovel a 20 mil dólares na vila alice

Jornal o país
19 de Agosto de 2011

A comissão instaladora dos Caminhos – de-Ferro de Luanda (CFL) Imobiliária, liderada por Francisco Henriques, está a vender os imóveis que herdou da época colonial localizados na Vila Alice, ao preço de 20 mil dólares. Está a celebrar um novo contrato de arrendamento com os inquilinos que vivem nas habitações da empresa na Precol, município do Rangel.

Documentos a que O PAÍS teve acesso indicam que os familiares dos ex – funcionários do CFL passarão a pagar sete mil e 520 Kwanzas (75 dólares) mês, pela renda. A taxa das casas do Porto de Luanda mantém -se no valor de dois mil e 280 Kwanzas (23,50 dólares). Fontes deste jornal asseguram que o negócio está a ser feito com o aval do Presidente do Conselho de Administração, Osvaldo Lobo do Nascimento.

A comissão instaladora do CFL Imobiliária estabeleceu ainda que os estiverem interessados em adquirir as casas deverão apresentar, entre outros documentos, o último recibo da renda, contrato ou despacho e uma fotocópia do Diário da República número 13/09/89, primeira série.

Esta situação deixou os ex-funcionários desta empresa e os familiares daqueles que já faleceram com os nervos à flor da pele. Luzia Domingos Sebastião, 63 anos, 37 dos quais vivi dos na Precol, disse estar apavado com a medida porque pode ser desalojada a qualquer momento.

A anciã contou que a residência foi cedida ao seu falecido esposo na qualidade de funcionário dos Caminhosde-Ferro de Luanda, pela então direcção do Porto-Caminho de Ferro de Luanda, nos anos 70.

“Na altura em que nos mudamos para cá, em 1974, as residências estavam abandonadas e cheias de lixo, porque depois de os portugueses serem expulsos os moradores das redondezas surrupiaram tudo”, contou.

Luzia Sebastião recordou que a então direcção da empresa havia obrigado os seus trabalhadores a pagarem a dívida deixada pelos anteriores ocupantes para depois celebrarem outros contratos com os novos inquilinos. O documento prévio que o valor da renda seria deduzido dos ordenados e assim ocorreu até à altura em que a empresa encerrou as portas.

Alexandre Filipe Gaspar, 41 anos, filho de um dos ex – funcionários do CFL, já falecido, está desesperado por

ver a possibilidade de lhes retirarem o único imóvel que ele e os irmãos herdaram dos seus progenitores.

Na qualidade de filho mais velho, ele era a pessoa a quem o malgrado delegava a responsabilidade de tratar a documentação que era solicitada pela direcção do CFL, para comparem o imóvel.

“A última documentação nos foi ia solicitada em 2002 pelo antigo director do CFL e serviria para comprarmos as residências ao Estado, ai mas este processo não foi consumado porque não foi emitido o despacho final”, declarou o herdeiro, acrescentando que está perplexo com a forma como o novo PCA do CFL está a lidar com o assunto.

Alexandre Gaspar contou que o pai e os seus companheiros tentaram várias vezes obter uma explicação dos seus superiores hierárquicos e alguns morreram sem receber a resposta.

O jovem conta que as pessoas que estão à frente do CFL – Imobiliária só estão a “aterrorizar-nos a vida porque estão interessados em ficar com os imóveis e se recusam a dar continuidade do processo que estava a ser levado a cabo pelos seus ancestrais”.

Segundo ele, o pai foi recrutado para trabalhar nos Caminhos-de – Ferro com apenas 15 anos, na província do Kwanza Norte, e depois foi transferido para Luanda, a fim de dar o seu contributo na expansão da linha-férrea.

“Entramos nestas casas debaixo de balas por ter sido numa altura em que os Movimentos de Libertação Nacional haviam expulsado os colonizadores e o país estava em conflito”, reconheceu uma vizinha.

Alexandre Gaspar descartou a possibilidade de sair daquele local em troca de uma residência numa outra área, por considerar que também tem direito de residir numa zona nobre e a escassos quilómetros do centro da cidade.

“Clamo pela intervenção dos mais altos responsáveis do nosso país, visto que se a Lei Constitucional estabelece que todos somos iguais e que merecemos o mesmo tratamento, o PCA do CFL não pode comercializar as casas da Vila Alice no valor de 20 mil dólares, aos seus ocupantes, e nós continuarmos como inquilinos”, concluiu.

Contratos suspeitos

O clima de paz e tranquilidade em que viviam os supostos herdeiros dos imóveis terminou quando foram confrontados numa reunião orientada pelo PCA do CFL, Osvaldo Lobo do Nascimento, este mês, com uma nova proposta de contrato de arrendamento.

Luzia Sebastião disse que o PCA do CFL estava a negociar inicialmente de forma separada com os moradores. Foi impedido de prosseguir quando um o grupo de senhoras tomou conhecimento que seriam obrigadas a assinar documento.

“Todas nós entramos na sala e começamos a interrogar-lhe sobre o assunto. Como ele não conseguia nos responder, decidimos não assinar e apresentar aos nossos filhos para analisarem”, declarou.

O contrato a que O PAIS teve acesso estabelece que “o imóvel dado por arrendamento e entregue ao arrendatário encontra-se totalmente devoluto de pessoas e bens, livre de quaisquer ónus ou encargos, designadamente os que se prendem com pagamento de despesas com energia e água, bem como o seu estado de conservação e funcionamento” .

Caso assinassem, as moradoras poderiam permanecer ali por mais um ano, sob força do contrato, correndo o risco de serem despejadas quando a direcção do CFL quisesse. Cabendo-lhe apenas a responsabilidade de comunicar os inquilinos com 60 dias de antecedência. O contrato, datado de 23 de Junho de 2011, determina que “o pagamento no ano de 2011 de dez meses de renda, corresponde ao período de Março a Dezembro. (...) Nos anos subsequentes o mesmo corresponderá o período de 12 meses”.

Diante de tal situação, as moradoras contaram que questionaram Lobo Nascimento sobre as razões por que estavam a ser obrigadas a aceitar o acordo que lhes daria pleno direito para serem expulsas do lugar onde residem há mais de 30 anos.

“Quanto aos órfãos, cujo pai ou a mãe era funcionário do CFL e não têm outro lugar para ir, o senhor Lobo do Nascimento garantiu que resolverá este problema “, declarou uma das senhoras.

Os moradores são unânimes em afirmar que estão dispostos a negociar com o CFL a possibilidade de comprarem os imóveis, tal como está a suceder na Vila Alice, desde que seja num preço razoável.

Dizem isso porque até hoje os seus parentes não receberam até agora nenhum subsídio pelos serviços prestados ao país.

6.8 Herdeiros sem herança

Jornal o pais

19 de Agosto de 2011

Um dos documentos a que tivemos acesso estipula também que “o móvel, objecto do contrato e o contrato são intransmissíveis, não podendo ser cedido, subarrendado e trespassado a um ascendente ou descendente do arrendatário”.

Em caso de venda da casa pelo senhorio, o contrato diz que não cessará e o comprador é obrigado a declarar, por escrito, que autoriza o arrendatário a ocupar o imóvel durante o período de arrendamento em falta.

“Caso o senhorio transmita a propriedade do imóvel ou a sua posição a terceiros, deverá acordar com o transmissário ou cessionário a liberação integral do arrendatário quanto a quaisquer montantes que hajam sido pagos adiantadamente a título de renda”, lê-se no documento.

Alexandre Gaspar e os seus 110 imóvel objecto do contrato, e o contrato, são intransmissíveis, não podendo ser como, subarrendado e trespassado a um ascendente ou descendente do arrendatário”.

Vizinhos consideram estranho o facto de sendo o Caminho – de- Ferro uma empresa pública, as contas bancárias para onde deverão depositar o montante da renda serem justamente de dois bancos privados, nomeadamente, BESA: 00007235910/00007162578 e Banco Sol: 24789673. 10.001124789673.35.001.

Sem ter em conta a situação precária em que se encontram alguns dos órfãos, a administração do CFL estabelece que se os inquilinos não conseguirem pagar a renda, o contrato será rescindido e eles poderão ser despejados.

Prevendo uma posição contrária dos moradores, o administrador do Caminho de Ferro de Luanda estabeleceu no contrato que mostra a posse de cidadãos, a contar da data da primeira tentativa de resolução amigável, o litígio será reunido ao Tribunal Provincial de Luanda.

6.9 Estudantes investigam a estrutura social e urbano do bairro chicala

Jornal de Angola

19 de Agosto de 2011

A falta de escolas públicas postos médicos luz eléctrica e saneamento básico está a preocupar os moradores da Chicala, comuna da Ilha do Cabo, em Luanda, que querem ver estas questões resolvidas pelas autoridades locais nos próximos tempos.

A informação foi avançada ontem ao Jornal de Angola pelo primeiro Secretario do Comité de Acção do MPLA na Chicala. Elias Cardoso Francisco no decurso da realização de um trabalho de campo entre os estudantes do curso de arquitectura das universidades Agostinho Neto, Lusíada e Metodista de Angola. Elias Francisco informou que a falta escolas públicas na Chicala faz com que muitas crianças frequentem aulas em Instituições privadas um problema que e extensivo ao sector da Saúde. Parte da Chicala, referiu esta iluminada devido aos esforços dos moradores que trabalharam com a Empresas de Distribuição de Electricidade (EDEL) e que resultaram na instalação de um posto de transformação de energia. Mas os níveis de abastecimento ainda não agradam à população uma vez que parte considerável da zona continua às escuras.

O responsável máximo do MPLA na localidade referiu que, em tempo idos a Chicala era habitada por pescadores mas devido ao conflito armado, outros estratos sociais chegaram ao bairro aumentando a densidade populacional que se tornou heterogénea. Actualmente, admitiu, residem naquele espaço do município da Ingombota cerca de cinco mil habitantes muitos dos quais vivem em casas construídas fora dos padrões tradicionais da arquitectura urbanística. Elias Francisco disse que em colaboração com a Comissão de Moradores da zona, as entidades governamental estão a trabalhar para que sejam resolvidas as preocupações que os afligem.

Visita de estudo

Paulo Jorge Moreira, arquitecto e professor da Universidade Lusíada de Angola disse que o objectivo da realização do estudo de campo na Chicala, pelos cerca de 90 futuros arquitectos era a criação de uma interacção entre estudantes universitários e moradores da área.

Actividade consistiu no reconhecimento, por parte dos estudantes, dos estudantes, da estrutura social e urbana da Chicala, por via de pequenos inquéritos sobre as edificações e materiais usados e sistema de construção das casas. O resultado do estudo vai ser apresentado publicamente na próxima terça-feira na Universidade Lusíada de Angola, segundo o professor Paulo Jorge Moreira.

6.10 No âmbito do programa nacional de habitação

Jornal o independente
20 de Agosto de 2011

O Zango é um dos maiores projectos habitacionais, conhecidos sobretudo sobre os seus três projectos de casas económicas onde já vivem perto de 200 mil pessoas. Bem ao lado dos diferentes projectos de realojamento social, erguem-se prédios e outras residências de média e alta renda, valorizando ainda mais a Comuna de Calumbo, em Viana.

No local, a água canalizada corre dia e noite, a energia eléctrica é bem melhor que no centro da cidade de Luanda. O bairro começou a ser construído a 8 anos e conta já com quase 20 mil casas económicas. As infra-estruturas básicas são construídas a um ritmo que acompanham a chegada de mais famílias em situação de emergência, e outras que têm a apetência pelo local.

Por esta razão, em alguns casos, para aquelas pessoas que ainda vivem em zonas de risco, a solução passa necessariamente pelo alojamento provisório em tendas até que surja a casa prometida ou as condições para auto construção dirigida. Concebido inicialmente para realojar as pessoas da Boavista e do bairro da Congeral, e outras em zona de risco, o projecto habitacional do Zango é hoje ladeado por moradias para todas as condições sócias dos cidadãos. Num futuro muito breve, poderá ser uma das zonas de maior crescimento urbanístico em Luanda.

O bairro do Zango, tornou-se numa referência nacional e mundial de programa de realojamento do Governo da Província de Luanda sobre o Programa de Realojamento das Populações.

Tem como referência o “Projecto de construções residenciais de custos controlados”. Zango e Sapú, são no entanto um programa habitacional que está a tornar dimensões de pequenas cidades.

O desenvolvimento urbano do Zango conta com 26 mil e 600 unidades habitacionais para 160 mil pessoas, pelo que devem ser aumentadas as infra-estruturas básicas que garantam condições mínimas de vida dos cidadãos. As residências, têm ajudado na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias, permitindo a execução de infra-estruturas estruturantes da cidade de Luanda e são um alívio da demanda de unidade de habitação.

Almeja-se no futuro a construção de mais 20 mil unidades residenciais, o melhoramento das respectivas infra-estruturas, para o contínuo apoio ao programa de aumento da oferta de habitação de custos controlados.

O programa de emergência habitacional foi concebido para realojar famílias vivendo em situações precárias provenientes do bairro da Boa Vista, n cidades.

O desenvolvimento urbano do Zango conta com 26 mil e 600 unidades habitacionais para 160 mil pessoas, pelo que devem ser aumentadas as infra-estruturas básicas que garantam condições mínimas de vida dos cidadãos.

As residências, têm ajudado na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias, permitindo a execução de infra-estruturas estruturantes da cidade de Luanda e são um alívio da demanda de unidade de habitação.

Almeja-se no futuro a construção de mais 20 mil unidades residenciais, o melhoramento das respectivas infra-estruturas, para o contínuo apoio ao programa de aumento da oferta de habitação de custos controlados.

O programa de emergência habitacional foi concebido para realojar famílias vivendo em situações precárias provenientes do bairro da Boa Vista, município do Sambizanga entre outros, de modo a permitir a reconstrução de infra-estruturas básicas destas zonas e a sua requalificação.

Este programa, procedeu na primeira etapa, entre 2002 e 2003, a elaboração de planos urbanísticos e detalhes construtivos das casas para abrigar cerca de três mil famílias na área do Zango. “Foi também construído, ao abrigo do projecto águas de Luanda, uma rede básica de abastecimento de água da capital, através de fontanários e uma rede de iluminação pública, incluindo urna subestação nova e urna linha de 60KV para atender as populações alojadas”.

Hoje populações provenientes de várias áreas onde decorre a execução de diversas obras estruturantes da cidade de Luanda podem ver as suas condições de habitação e habitabilidade melhoradas, com acesso a diversos serviços básicos.

6.11 Apartamentos são postos á venda

Jornal de Angola
20 de Agosto de 2011

A Sonangol Imobiliária anunciou ontem que mais de três mil apartamentos da nova Cidade do Kilamba são vendidos a partir de segunda-feira, dia 22.

Uma nota da Sonangol Imobiliária informa que estão disponíveis 3.180 apartamentos do tipo 13 A, B, CeT5. As casas 13 A e B têm 110 metros quadrados, T3 C têm 120 e T5 têm 150 metros quadrados.

O documento refere que a sociedade Delta Imobiliária é a empresa contratada para a comercialização das casas e que também estão disponíveis lojas para a actividade comercial e terrenos para iniciativas públicas e privadas.

Os preços dos imóveis vão estar afixados em quatro postos de venda instalados na nova Cidade do Kilamba, assim como na rua Rainha Ginga, nº 6, esquerdo, na Mutamba, aonde se devem dirigir as entidades públicas e privadas que solicitaram compra de habitação na nova centralidade.

Uma lista tomada ontem pública informa que 41 entidades solicitaram a compra de apartamentos, onde se destacam os Ministérios do Ambiente, da Comunicação Social, da Justiça, da Energia e Aguas, Saúde, Administração do Território, assim como as empresas Angop, Edições Novembro, Alfandegas, TAAG, TPA, Epal, Edel, ENE e CimAngola.

A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 19810-jas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

A Cidade do Kilamba constitui uma experiência piloto em relação ao modelo de gestão administrativa adoptado, que pode inspirar o processo de execução gradual das autarquias locais. Por isso, é dirigida por um presidente, que tem a responsabilidade de criar a gestão da nova centralidade, por intermédio de um regime organizativo e administrativo específico.

6.12 Quando as expectativas se viram para a nova centralidade do dundo

Jornal esmanario angolense
20 de Agosto de 2011

A Nova Centralidade do Dundo – cidade em construção, desde o princípio de 2009, na região chamada de Samacaca, município do Chitato, Lunda Norte, para afigurar-se como a capital da província – poderá ser a próxima a ser inaugurada, no ano que vem, depois de se ter descortinado a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, em Luanda, no mês passado.

Lino dos Santos, o governador interino da província, manifestou esta expectativa, na semana transacta, indo de encontro ao facto constatado pelo Semanário Angolense, segundo o qual uma maioria dos moradores aponta o novo projecto urbano como símbolo do inicio de uma nova era para o território Lunda nortense.

Falando à imprensa no decurso de uma visita de campo às obras do empreendimento, o imediato do governador Ernesto Muangala mostrou-se esperançado, não só que a Centralidade do Dundo seja a próxima a ser acabada, como também venha a ser um pólo de atracção para novos quadros de que a província necessita e seja um factor de promoção do desenvolvimento local.

Todavia, a prioridade na aquisição das habitações da Nova Cidade do Dundo deverá ser para os funcionários públicos da província e pessoas que trabalham na Lunda Norte. No tête-à-tête do SA com alguns populares foi possível notar que a alegria de ver a nova cidade é maior ainda porque antes de se erguerem os edificios que hoje se podem ver no horizonte, a partir da actual vila do Dundo, havia se disseminado entre muitos norte-lundense a ideia de que na sua região era impossível construir-se prédios altos por alguma adversidade dos solos.

Ao final da construção da 1ª fase deste empreendimento urbanístico, um total de 440 edificios farão parte da realidade da Nova Cidade capital da Lunda Norte, que neste quesito não contava praticamente com nenhuma unidade parecida ao menos.

Dundo (e também as outras localidades da província) foi herdada como uma vila de casas e vivenda feitas pela antiga Diamang, precursora da Endiama – era aí a capital da empresa diamantífera colonial.

Numa gigantesca extensão de terras de 500 hectares, nos 21,04 da área em construção, 5.004 apartamentos estão a surgir, à espera de serem habitados por mais ou menos 30.024 pessoas.

No complexo urbano, que comportará ainda uma malha viária em cerca de 16,18% das terras e um estacionamento de viaturas deve ocupar cerca de 19,28% do chão, a valorização do lazer e dos espaços verdes deve preencher a maior parte do total do sistema urbano – 46,75 hectares de terra, isto é, 40,64% da Centralidade.

As estruturas públicas previstas na primeira fase da Nova Cidade são um hospital, uma escola, uma creche e um centro comercial. De acordo com a entidade encarregada pela construção do complexo urbano, todos os sistemas de esgotos e de drenagem residual, rede de água, energia eléctrica e telecomunicações estão garantidos.

O projecto de novos centros urbanos, chamados de centralidades, está em curso desde 2008, sob a organização do Executivo Angolano, e vem sendo erguido, em princípio, nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda Norte.

Entretanto, outras capitais provinciais também deverão beneficiar da iniciativa – Zaire, Namibe, Huíla, Benguela Malange, Kuando Kubango, Lunda Sul, entre outras, com execução prevista para os próximos anos.

6.13 Requalificação do bairro operário inicia com a construção de edifícios

Jornal de Angola
21 de Agosto de 2011

Três edifícios de 18 andares, com apartamentos T2, T3 e T4, estão a ser edificadas no Bairro Operário, em Luanda, no âmbito da modernização da zona em curso desde Junho deste ano.

O administrador comunal, Tony Caldas, em declarações à agência Angop, frisou que os edifícios estão a ser erguidos num espaço de 20 hectares localizado atrás da escola AnAngola.

A construção dos três primeiros prédios, a cargo de uma construtora chinesa, começou com a escavação do solo e a criação de infra-estruturas técnicas. Os trabalhos de terraplenagem das vias de acesso e de instalação das linhas técnicas está a decorrer normalmente.

O projecto, segundo dados das autoridades do município do Sambizanga, vai dar alojamento a mais de 100 mil pessoas.

“Tudo está a ser feito para que a requalificação do Bairro Operário esteja dentro das normas exigidas internacionalmente”, assegurou Tony Caldas.

Interrogado sobre a inquietação dos moradores quanto à sua permanência no bairro, Tony Caldas desvalorizou os receios, assegurando que vão ser transferidos para novas casas no interior do bairro.

“O nosso lema é: construir primeiro para depois alojar, por isso não há motivos para inquietação por parte da população”, assegurou Tony Caldas.

“A requalificação não inclui somente os edifícios novos. Os antigos vão ser alvo de obras de manutenção para estarem à altura do nível estrutural dos novos edifícios”, explicou o administrador comunal. Elaborado no ano de 2004, o projecto de requalificação do tradicional Bairro Operário, de acordo com Tony Caldas, visa melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais.

O projecto inclui a criação de postos policiais, serviços médicos, equipamentos desportivos e recreativos, armamentos, redes eléctricas, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

Registo dos moradores

Pelo menos 58 mil das cerca de 180 mil pessoas residentes no Bairro Operário foram registadas no âmbito da primeira fase da requalificação da zona.

O trabalho, sob responsabilidade da administração municipal do Sambizanga, em coordenação com técnicos do governo provincial de Luanda e do Ministério do Planeamento, teve início no final de 2010 e assenta na realização de um censo populacional e habitacional.

O administrador Tony Caldas disse que os dados recolhidos vão servir para o reordenamento habitacional da zona.

Através deste levantamento, a administração municipal do Sambizanga vai dispor do número exacto de habitantes, pelo que as moradias que não estiverem cadastradas não vão ser validadas para realojamento ou compensações.

Mais energia

O fornecimento de energia eléctrica ao Bairro Operário, Sambizanga, vai conhecer melhorias nos próximos meses, com a instalação de um novo posto de transformação (PT) de energia pela Empresa de Distribuição de Electricidade

(EDEL). O director de distribuição da rede do município do Sambizanga, Jesus Adão, disse que as condições técnicas estão a ser preparadas, aguardando-se apenas a cedência de um espaço para a instalação do PT, no

quadro do processo de requalificação da zona.

Jesus Adão informou que, devido aos altos consumos, fundamentalmente na época das chuvas, a EDEL decidiu instalar mais um posto de transformação de energia.

“A aquisição deste posto vai permitir a extensão da rede eléctrica e, conseqüentemente, a melhoria da iluminação pública e domiciliária daquele tradicional bairro de Luanda”, acrescentou Jesus Adão.

Actualmente a zona tem muitos postos de transformação de energia, depois da recente entrada em funcionamento de dois PT.

6.14 Início de venda de casas mobiliza muitos jovens

Jornal de Angola

23 de Agosto de 2011

Agitação e expectativa marcaram o ambiente entre candidatos à compra de apartamentos na Cidade do Kilamba, que ontem de manhã estiveram no posto de venda localizado na Rua Rainha Ginga, na Baixa de Luanda.

Antes das sete horas, à porta das instalações da empresa contratada para a comercialização das casas estavam dezenas de clientes.

O posto foi aberto para atender entidades públicas e privadas que previamente solicitaram a compra de habitação na nova centralidade. Mas a grande afluência de interessados obrigou os funcionários a atenderem toda a gente.

Patrícia Abreu faz parte do grupo de inscritos. Há muito que anseia ter uma casa. Tal como a maioria dos interessados, revelava desconhecimento sobre os preços dos apartamentos. Para ela, a beleza arquitectónica e os serviços disponíveis no projecto determinaram o desejo de viver na Cidade do Kilamba. Ao tomar contacto com os preços, Patrícia Abreu ainda pensou em desistir, mas o desejo da casa própria falou mais alto. “Acabei de fazer a inscrição, recebi a ficha e aguardo a chamada nos próximos dias”, disse esperançada.

De acordo com a tabela de preços afixados pela Delta Imobiliária, os apartamentos T3, com 110 metros quadrados custam entre 125 a 130 mil dólares. Os T3 com 120 metros quadrados, custam 140 mil dólares, enquanto os apartamentos T5, com 150 metros quadrados estão a ser vendidos a 200 mil dólares. Na fase de inscrição, os clientes devem facultar os números do Bilhete de Identidade e do Cartão do Contribuinte. Quando forem comprar a casa, além da cópia destes documentos têm de apresentar um atestado de residência.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que o custo dos apartamentos constitui o principal motivo de divergências entre os candidatos. Enquanto uns acham que o preço é razoável, outros consideram os preços dos apartamentos são exagerados em função do ordenado que auferem.

Luís Simões, 32 anos, era o rosto da desilusão. A poucos meses de contrair matrimónio não tem dúvidas de que o projecto constitui uma oportunidade de ouro. Apenas lamenta que venha a ficar de fora nesta fase. O cepticismo de Luís Simões está ligado ao modelo de pagamento que segundo disse, é determinado pelos bancos seleccionados para disponibilizar os créditos. E defende a criação de uma base de dados para evitar que pessoas detentoras de imóveis possam também concorrer.

“Não está fácil para quem tem baixos rendimentos. Penso que os preços deveriam ser mais acessíveis porque a maior parte dos jovens não tem recursos para comprar estas casas”, afirmou.

Opinião contrária tem Abílio Gonçalves que quer comprar um apartamento T3. O jovem admitiu que tem condições para comprá-lo e apenas lamenta a fraca organização no atendimento. Em função da sua condição financeira, Abílio aponta o crédito bancário como a solução mais viável entre as modalidades de pagamento que lhe foram apresentadas. “Estão expostas três modalidades: pronto pagamento, pagamento faseado em duas ou três parcelas e o crédito bancário”, disse o jovem.

Procura no Kilamba

Dezenas de clientes esperavam desde as primeiras horas da manhã pela abertura das portas do posto de registo e vendas dos apartamentos da Cidade do Kilamba, a fim de se inteirarem dos preços e das modalidades de pagamento e fazerem a sua inscrição. Francisco Chaves; 32 anos, esperou desde as quatro da manhã, para serem dos primeiros a ser atendido. Depois de vermos cartaz, colocado no portão de entrada, os preços e as dimensões dos apartamentos, escolheu um do tipo T5. Ele trabalha numa empresa de telefonia móvel e é proprietário de uma recauchutagem.

Pensa pagar o imóvel, dando uma entrada de 35 mil dólares e pagando a prestação o valor restante em 10 anos. José Fontoura, 42 anos, chegou à cidade do Kilamba às cinco da manhã. O seu carro ocupava o quinto lugar de uma fila com mais de 100 viaturas. Tendo em conta a média salarial da maioria da população, considera os preços dos apartamentos elevados, “mas as dimensões são razoáveis”, disse. Não tem dinheiro para fazer a compra imediata, mas garantiu ter capacidade para pagar as prestações, entre 600 a mil dólares por mês. José Fontoura trabalha no Instituto

Superior Técnico Militar e está disposto a sofrer descontos no seu ordenado durante 20 anos.

O funcionário público José de Almeida, 43 anos, disse estar preparado a pagar na totalidade o apartamento do tipo T3, fixado no valor de 125 mil dólares. Ele, que também chegou às cinco da manhã, gostava que fossem definidas outras formas de pagamento para facilitar quem não tem a mesma possibilidade. Após o início do processo de inscrição nos quatro postos existentes, às 8h30, os clientes saíam satisfeitos pela concretização do primeiro passo para a aquisição do apartamento que sonham ser proprietários, apesar de desconhecerem as modalidades de pagamento.

José Sofia trabalha na Direcção de Saúde de Estado-Maior do Exército. Salvador Faz Tudo, 45 anos é do Comando Geral da Polícia. Ambos fizeram a inscrição e “agora só resta aguardar pelo próximo passo”, disse José Sofia.

Na primeira fase estão à venda 3.180 apartamentos. Os do tipo T3, com 110 metros quadrados, custam 125 mil dólares. Os T3 com a mesma dimensão estão a ser vendidos a 130 mil dólares. A diferença de preços deve-se à estrutura de cada um. Os apartamentos T3, com 120 metros quadrados custam 140 mil dólares e os T5 com 150 metros quadrados, 200 mil dólares.

Para a inscrição, cuja data limite ainda não foi estabelecida pela Sociedade Imobiliária e Propriedades da Sonangol (SONIP), os interessados devem apresentar o Bilhete de Identidade e o número de contribuinte. O atendimento começa às 8 e 30 e termina às 17h 30.

6.15 Precários das casas da cidade do kilamba fixados entre os 125 e 200 mil dólares

Jornal de economia e finanças
23 de Agosto de 2011

A casa mais barata, na Cidade do Kilamba, custa entre 125 e 130 mil dólares americanos, preço válido para os apartamentos de tipologia T3, modelos A e B, com uma extensão de 110 metros quadrados (m²). As moradias T3 + I/C, com 120 m², estão forçadas em 140 mil dólares, enquanto as T5, com 150 m², estão a ser comercializadas a 200 mil dólares.

Segundo a sociedade Delta Imobiliária, empresa contratada pela Sonangol Imobiliária para comercializar os apartamentos, cujo processo de venda teve início ontem (segunda-feira, 22), os interessados terão de apresentar na fase de inscrição uma cópia do bilhete de identidade e o número de contribuinte.

Para a fase de aquisição, além do bilhete de identidade e do número de contribuinte, o interessado deverá apresentar também o atestado de residência.

Uma nota de imprensa da Sonangol Imobiliária revela estarem disponíveis 3.180 apartamentos do tipo T3 A, B, C e T5.

Urbanização

A cidade do Kilamba, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto tem a conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

A nova cidade, inaugurada em Julho deste ano pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, surge de uma parceria público-privada e abrange a edificação de 20 mil apartamentos espaçosos, 24 creches e jardins infantis, nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas.

“Estimamos, com as áreas reservadas ao investimento privado, beneficiar cento e cinquenta mil famílias”, disse recentemente o presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel.

Consta igualmente de -projecto a construção de armamentos com sistema de esgoto e drenagem residual, redes

6.16 Nova centralidade de saurimo criada com edificios modernos

Jornal de Angola
24 de Agosto de 2011

A nova centralidade de Saurimo está a ser projectada a sul da cidade, numa extensão de 430 hectares, com edifícios de apartamentos da média e alta renda, habitações sociais e infra-estruturas, anunciou ontem, o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, António Jorge Teixeira. O vice-governador, que falava à s Rádio Nacional de Angola, confirmou que para a urbanização foi seleccionada a reserva de Saurimo, que fica junto ao Luena, província vizinha do Moxico.

A Sonangol é a promotora das novas centralidades, que vão nascer em todo país. A empresa imobiliária da multinacional Angolana vai cuidar de todas as matérias

relacionadas com o desenvolvimento do projecto e com a venda dos espaços e edifícios das centralidades projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Lunda-Norte.

Na província da Lunda-Norte, 251 edifícios de cinco pisos já estão sendo construídos na nova centralidade VI: do Dundo, segundo o director provincial das Obras Públicas, Emília da Silva Ferrão. No Dundo, a primeira fase do projecto de construção da nova centralidade tem prevista a construção de edifícios de 18, 11, nove e cinco pisos, creches, hospitais e outros serviços sociais. A primeira fase do projecto, que deve estar concluída em 2012, prevê a conclusão de 419 edifícios e 5004 apartamentos. O projecto de construção da nova centralidade do Dundo, na localidade de Samacaca, começou em Abril de 2009.

6.17 Nova centralidade de saurimo criada com edificios modernos

Jornal de Angola
24 de Agosto de 2011

A nova centralidade de Saurimo está a ser projectada a sul da cidade, numa extensão de 430 hectares, com edifícios de apartamentos da média e alta renda, habitações sociais e infra-estruturas, anunciou ontem, o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, António Jorge Teixeira.

O vice-governador, que falava à s Rádio Nacional de Angola, confirmou que para a urbanização foi seleccionada a reserva de Saurimo, que fica junto ao Luena, província vizinha do Moxico.

A Sonangol é a promotora das novas centralidades, que vão nascer em todo país. A empresa imobiliária da multinacional Angolana vai cuidar de todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento do projecto e com a venda dos espaços e edifícios das centralidades projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Lunda-Norte.

Na província da Lunda-Norte, 251 edifícios de cinco pisos já estão sendo construídos na nova centralidade VI: do Dundo, segundo o director provincial das Obras Públicas, Emília da Silva Ferrão. No Dundo, a primeira fase do projecto de construção da nova centralidade tem prevista a construção de edifícios de 18, 11, nove e cinco pisos, creches, hospitais e outros serviços sociais. A primeira fase do projecto, que deve estar concluída em 2012, prevê a conclusão de 419 edifícios e 5004 apartamentos. O projecto de construção da nova centralidade do Dundo, na localidade de Samacaca, começou em Abril de 2009.

6.18 Sistema detecta dupla inscrição de candidatos á compra de casa

Jornal de Angola
25 de Agosto de 2011

A inscrição dos interessados na compra de apartamentos na cidade do Kilamba está a ser feita através de um sistema informático que detecta a inscrição repetida.

Paulo Cascão, administrador da empresa responsável pelo processo de inscrição, “Delta Imobiliária”, garante que quem tentar a inscrição mais do que uma vez no mesmo posto é detectado, pois o sistema rejeita os dados por os computadores estarem ligados em rede.

Se a segunda inscrição for feita num posto diferente, esta situação não acontece, mas acaba por ser detectada posteriormente no processo de triagem dos dados, que é feito todos os dias. “Nestes casos, consideramos apenas o primeiro registo e anulamos os demais”, esclareceu.

A empresa, referiu, prevê inscrever duas mil pessoas por dia, razão pela qual instalou um sistema electrónico de atendimento, que permite o controlo da ordem de chegada dos clientes, através da senha que cada um tira.

O responsável da área de informática da empresa, Augusto Campos, garantiu que o sistema é fiável e dinâmico, dando a possibilidade de cada cliente ser atendido num espaço de três a cinco minutos.

No fim do processo de inscrição, declarou Paulo Cascão, a empresa faz um relatório e espera que a Sociedade Imobiliária e Propriedades da Sonangol (SONIP) dê instruções para o início da segunda fase de vendas dos apartamentos.

A data limite para a inscrição, que começou segunda-feira, não foi ainda estabelecida pela Sociedade Imobiliária e Propriedades da Sonangol, nem as modalidades de pagamento. Os preços dos apartamentos da Cidade do Kilamba variam de 125 a 200 mil dólares.

6.19 Arranca construção de casas sociais nos municípios da chibia e cacula

Jornal de Angola
25 de Agosto de 2011

As sedes municipais de Cacula e Chibia, a norte da província da Huíla, vão começar a construção de 100 moradias do tipo T3 para jovens formados nas áreas da saúde, economia, educação, gestão de empresas e outras especialidades.

A edificação das casas fica concluída dentro de seis meses. O bairro está a nascer numa área de 64.000 metros quadrados.

Neste momento, a empreiteira Omatapalo, encarregada pelas obras, efectua a vedação e limpeza dos terrenos, a implantação das bases e a concentração do material de construção civil.

Para arranque do programa, o governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, procedeu ao lançamento da primeira pedra da construção das casas nos dois municípios. O assessor da empreiteira Omatapalo, Luís Canteiro, explicou que cada casa é projectada num espaço correspondente a mil metros quadrados, disponibilizado pela Administração Municipal.

As 100 moradias são financiadas pelo Programa Angola Jovem do Ministério da Juventude e Desportos, que já construiu 92 casas, no bairro da Chavola, arredores da cidade do Lubango.

O director provincial da Juventude e Desportos da Huíla, João Barros, considera que a maioria dos jovens formados da província tem agora motivos para retomar às zonas de origem e contribuir nas acções que visam o progresso das localidades, dada as condições de habitabilidade.

Cidade satélite

João Barros anunciou que, enquanto a construtora Omatapalo prossegue as obras, a Direcção Provincial da Juventude e Desportos vai promover campanhas para sensibilizar e mobilizar os jovens dos dois municípios, a fim de dominarem os critérios que os habilitem a uma moradia. A administradora do município da Chibia, Otilia Noloti Vianey, considerou que a construção de 40 casas é fundamental para o lançamento da cidade satélite, um dos desafios definidos pelas autoridades da província.

A administradora anunciou que vão ser loteados, no mesmo local onde é construída a cidade, várias parcelas de terras para serem distribuídas aos jovens e pessoas interessadas no projecto de autoconstrução dirigida.

A par disso, a construtora Omatapalo está a reconstruir, há oito meses, a estrada que liga o Lubango ao complexo turístico da Tundavala, com mais de 20 quilómetros. Esta obra, orçada em 30 milhões de dólares, segundo o encarregado de obras, João Delgado, decorre a bom ritmo de modo que, até Agosto do próximo ano, seja oficialmente entregue ao Governo Provincial.

A estrada fica com sistema de drenagem das águas das chuvas, montagem de equipamento de segurança para protecção dos automobilistas, devido à existência de diversos desníveis ao longo da estrada, a sua sinalização e arborização de algumas áreas. A estrada entre o Lubango e a Tundavala, afirmou João Delgado, é ampliada de seis para nove metros de largura e as bermas passam agora a ter dois metros. Com estas dimensões é possível tornar o trânsito mais fluido e atrair mais pessoas para apreciar as maravilhas naturais da região.

6.19 Há quer repensar os criterios

Jornal o país
26 de Agosto de 2011

Um novo modelo de venda para as fases subsequentes das casas das cidades da Kilamba impõe-se, com vista a corrigir possíveis falhas do actual processo.

Esta posição foi defendida pelo sociólogo João Paulo Nganga, quando comentava exclusivamente para O PAÍS a nova fase deste ambicioso projecto do Executivo.

O analista identifica alguns erros deste projecto do Executivo, que começam pelos critérios adaptados para a obtenção das casas, que, “não parece ser o mais justo, tendo em conta que a cidade foi construída com dinheiro público”, estranhando que na hora da distribuição apareçam bem perfiladas em grande destaque várias instituições públicas.

“Os ministérios fazem parte da organização funcional e estrutural do Estado. Isto pressupõe que o Estado fez as casas para o próprio Estado comprar. Isto é uma situação nunca vista, o Estado é concorrente do próprio Estado”, comentou.

A forma como o Estado está a actuar desvirtua os objetivos do projecto destinado aos cidadãos, bem como fere o princípio de igualdade entre os cidadãos, disse o sociólogo que sustenta a sua posição alegando que a situação coloca em clara vantagem os funcionários públicos.

Ao debruçar-se sobre os preços, considera ser outro aspecto negativo, situando-se muito acima da média avançada por vários responsáveis do Executivo, inclusive o Presidente da República, que havia estimado o custo mínimo das casas em 60 mil dólares, valor comportável

pelas pessoas da classe média e baixa, mas na realidade são destinadas a pessoas já com muito dinheiro.

“O cidadão Angolano não tem 60 mil dólares, nem muito menos 200 mil dólares. Portanto, serão as mesmas pessoas de costume a receber as casas o que é uma pena, até porque o Presidente da República tinha dito que as casas haviam!

Renda resolúvel

Além de discordar da gestão do projecto pela Sonangol, na óptica do sociólogo, o modelo mais viável seria a adopção da renda resolúvel, que na sua visão é um processo triplamente vantajoso, por ser pedagógico para os cidadãos, incorporar a modernização da gestão da coisa pública e a da defesa do património.

“O Estado não entendeu assim, o Executivo entregou as casas aos privados, como se entregasse dinheiro público para os privados gerirem e os privados quando gerem querem obter lucros do mercado e infelizmente não estão salvaguardados os interesses superiores dos cidadãos Angolanos”, disse.

O sociólogo disse olhar com cepticismo para as regras de comercialização das casas da Cidade do Kilamba, por esta apresentar alguma semelhança com o projecto “Angola Jovem”, facto que leva a concluir que o Executivo não soube tirar as devidas ilações por forma a evitar a repetição, como agora se vê, do fenómeno de desilusão dos jovens, devido ao incumprimento das promessas e metas não realizadas.

Por outro lado, enfatiza que tais falhas, além de levar ao descrédito as instituições do Estado, provocam no cidadão efeitos emocionais que podem repercutir negativamente, gerando a corrupção, o desinteresse e a violência.

Na ocasião, chamou a atenção para a necessidade de inversão “deste quadro negativo”, enfatizando ser importante que o Executivo compreenda que “está a gerar uma desilusão muito grande na juventude”, devendo reforçar a credibilidade das instituições, factos que não ocorrem, porque a cada dia aumenta o fosso entre o cidadão e as instituições.

No entanto, incentiva o Executivo a continuar a desenvolver projectos semelhantes, defendendo, porém, o repensar dos critérios de venda, de forma que as próximas 7 mil casas da segunda fase tragam melhores critérios e ambiente para a satisfação das necessidades dos Angolanos.

6.20 Nova centralidade pronta em 2012

Jornal o país

26 de Agosto de 2011

O Governo da Lunda Norte está empenhado em proporcionar melhores condições de vida à população, no quadro do programa integrado de desenvolvimento desta região, com o lançamento do projecto de reabilitação e desenvolvimento do sector agrícola do Cacanda, a construção da Nova Centralidade do Dundo e de outros projectos de impacto social, que se resumem no melhoramento do abastecimento da água potável, energia eléctrica, extensão da rede sanitária, educacional e de outros serviços, apurou O PAÍS.

Durante uma visita de campo efectuada recentemente pelo vice governador para área técnica e infra-estruturas, Uno dos Santos, iniciada na comuna de Canzar, 20 quilómetros a Leste do Nzagi, sede do município de Cambulo, culminando no (Chitato), município sede da província, constatou-se a existência de muitas obras em execução que, num futuro muito breve, darão resposta às prementes necessidades que afligem as populações locais, bem como atrairá o regresso de outras às suas áreas de origem.

Uno dos Santos, que se fez acompanhar de uma delegação multisectorial, visitou a estação de captação e distribuição de água potável, a subestação eléctrica, escolas do primeiro e segundo ciclos em construção e ainda o hospital municipal “Doutor Eduardo Nelumba”, construído de raiz, com capacidade para cem camas. Em Canzar, localidade que separa 27 quilómetros da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), o governante mostrou-se satisfeito com o que viu, com realce para o fornecimento da água e da energia e outros serviços sociais.

São mais de cinco mil munícipes que beneficiam do precioso líquido que é bombeada a partir de uma central instalada num riacho, cujo orçamentado estima-se em mais de cinquenta milhões de Kwanzas, segundo uma fonte ligada ao projecto. A água é distribuída através de cinco chafarizes instalados nesta minúscula vila, que carece de infra-estruturas, aliás, as que resistiram às intempéries do tempo reclamam por uma intervenção urgente. O antigo hospital, agora em escombros, é uma das que precisam de reabilitação.

Em Chitato, município sede da província, constata-se a existência de muitas obras em execução o antigo hospital, agora em escombros, é uma das infra-estruturas que precisam de reabilitação Situada no mesmo eixo rodoviário que a Sociedade Mineira do Chitotolo (SMC), o maior projecto da Lunda Norte, Canzar que não foi poupada pela guerra está a renascer dos escombros, como reconheceu Uno dos Santos, prometendo que melhores dias

virão para a instalação de mais serviços básicos à região. Estão também em funcionamento os serviços de saúde, mas só para os primeiros socorros. Há um posto médico que é assegurado por um único enfermeiro.

Os casos mais graves e que requerem médico de especialidade são encaminhados para o Nzagi, onde está instalado o maior hospital municipal, inaugurado pela ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, em homenagem ao malogrado nacionalista e médico José Eduardo Nelumba, de quem foi esposa, falecido por doença no ano transacto. Nesta unidade hospitalar que foi também radiografada pelo governante, funcionam os serviços de medicina geral, pediatria, cirurgia, ortopedia, maternidade e outros. É assegurado por cinco médicos, sendo quatro estrangeiros e um Angolano.

O mesmo será reforçado com a conclusão de um bloco operatório, casa mortuária e uma lavandaria, cujas obras estão já em construção, segundo constatou a nossa reportagem. Na falta da morgue para depositar os cadáveres em caso de mortes no interior do hospital, os corpos são imediatamente levados às aldeias para a realização do velório, em obediência a um ritual desta região, segundo o administrador desta unidade sanitária, António Marinda.

Combate às construções anárquicas

Já no Nzagi, onde Lino dos Santos e sua comitiva visitaram demoradamente várias estruturas sociais, recebeu também explicações pormenorizadas sobre a construção de um novo bairro residencial para cidadãos de baixa renda. Está a ser erguido nas proximidades da sede municipal, possui 400 lotes, e a administração municipal está apoiar com a entrega de kits, constituído por cimento e chapas de zinco. A intenção desta construção, segundo o administrador adjunto de Cambulo, Katoko Sozinho, visa acabar com as construções anárquicas.

Enquadrado no projecto de fomento habitacional do Governo em curso, a edificação desse bairro faz parte do programa de auto-construção dirigida e contemplará também sítios de lazer, escolas, campo de futebol, esquadra policial e outros serviços, segundo ainda o administrador em exercício de Cambulo, que foi o nosso cicerone, fazendo as honras da casa dessa visita guiada.

Durante a estada na sede municipal do Cambulo constatou-se o avanço da reabilitação do pavilhão multiuso a cargo de uma empresa denominada Kabuba, que prometeu entregar a obra no prazo acordado. O mesmo tem a capacidade para albergar mil assistentes. Era o campo utilizado nas provas oficiais (provinciais e nacionais) de andebol, pelo Mineiro Atlético do Nzagi, que era adstrita às Forças Armadas Angolanas (FAA), segundo apurámos.

Preocupado com o actual quadro infra-estrutural, o governador em exercício revelou a construção de mais empreendimentos de impacto social na região, para reduzir o défice de instalações para albergar mais serviços sociais destinados à população. Mas a concretização destes projectos está condicionada com a problemática financeira, que tem sido um do “calcar mares de aquilões”, sendo que a província tem um orçamento limitado, ao contrário de outras regiões.

6.21 As casas da cidade de Kilamba já começaram a ser comercializadas

*Jornal semanario continente
26 de Agosto de 2011*

Ao dar o título a esta comunicação, pretendia dizer que a maka das casas do Kilamba já começou. Ponderando que escrevo no princípio da semana, prefiro manter aquele. A partida, levantaria a curiosidade do estimado leitor, porquê hesitação na atribuição de um título ao texto, se este surge naturalmente?

A resposta é simples. O projecto da construção da referida cidade, nasceu como já sabemos, porém ao terminar, vimos a Sonangol imobiliária a retirar “o pão” prontinho da boca do Gabinete de Reconstrução Nacional (GNR), liderada pela Casa Militar do General Kopelipa, o que como se imagina os planos mudaram totalmente. Concluída a primeira fase das obras, houve um passa a palavra para ditar os preços ou seja, o Dr. Feijó no balanço do segundo semestre dizia que os preços e as modalidades seriam conhecidas num piscar de olhos, mas este piscar de olhas, demorou três meses.

A Agência de Informação do Povo “Mugimbo” como não brinca em serviço, neste hiato, noticiou que o preço das casas estavam estipuladas em USD 300.000, o que logo levantou outro celeuma, porque não se concebia um projecto do estado mesmo não sendo social como tal, já que os beneficiários são no fundo aqueles que têm acesso ao crédito ou cash que implicitamente são funcionários públicos, considerarem-nas bastante exorbitante. Ora, após a inauguração da cidade, ainda houve a hesitação em dizer quais seriam as modalidades de aquisição e o valor, mas eis que chegou a fase da inscrição para segundo dizem a posteriori os candidatos serem chamados para entrevista e consequente formalização da compra ou abandono do negócio. Pois, é aí onde vem a tal “maka”. Quem tentou ir a loja da baixa no primeiro dia de vendas, viu o quanto os homens de fato e gravata que por sinal madrugaram se colocaram nas filas desorganizadas, onde que pela avalanche só faltaram cavalos para organizar a bicha, que não ficou nada à dever aquelas do outro tempo. Ao contrário das

lojas localizadas na própria cidade, que houve enchente e desordem no princípio, até o patrão da empresa Deltas a responsável pela venda, decidir utilizar a famosa ficha de “espera a sua vez”, quando todos estavam estafados e se vislumbrava confusão pela fadiga e morosidade no atendimento. Ora, aqui vê-se que depois de toda a espera e de transição de empresas de venda, pois que não é demais recordar que era a SONIP a comercializar as casas e em última hora, chamada a Deltas imobiliária para ficar com a “batata quente”.

A incógnita persiste. Não há limite para inscrição, pois segundo dizem e é mesmo assim, não se sabe como será a engenharia para seleccionar os felizes contemplados, o que põe os cabelos em pé dos interessados.

Pois o que não se entende é porque que alguns ministérios foram eles às compras quando estas devem ser personalizadas, já que na dúvida, um funcionário que o seu ministério já adquiriu residências, para jogar no seguro, vai outra vez a título individual realizar as inscrições o que necessariamente dá um número irreal quanto aos inscritos. Pronto, seja como for e é o quase pedia, o processo de compras dos imóveis está aí, mas como tomou-se hábito esticarem as datas, aguarda-se que da inscrição a selecção não passem mais três meses, como a brincar se costuma a dizer que estas um milhão de casas, já que foram uma promessa eleitoral, sirvam também elas para caçar o voto as eleições agendadas para o ano 2012, o que não seria bom, porque a ser verdade, os vizinhos da cidade hão-de ser os mesmos. E isto é que causa as tais convulsões sociais.

6.22 Estado requisita casas do kilamba

Novo jornal

26 de Agosto de 2011

Os elevados custos das residências da cidade do Kilamba, o que contrariou as expectativas dos requerentes que afluíram em massa na última segunda-feira, 22, fizeram com que vários organismos estatais e privados entrassem na corrida para a compra das referidas casas.

Segundo atesta um comunicado da empresa Sonip que comercializa as moradias, que consta em cima e publicada no Jornal de Angola, na edição desta quarta-feira, 24 de Agosto, estão inseridas várias instituições estatais, em que pontificam a Casa Civil da Presidência da República, ministérios, órgãos de comunicação social, Forças Armadas Angolanas, incluindo até o Governo Provincial de Malange, entre outros. A serem atendidas as solicitações requeridas por estas instituições, pouco ou nada vai sobrar para os cidadãos que remeteram as cópias do Bilhete de Identidade e do cartão de

contribuinte, com a finalidade de adquirir um tecto na referida centralidade. A concretizarem-se estas petições, estar-se-á diante da reedição do projecto Nova Vida, em que os beneficiários foram os organismos oficiais e não o comum dos cidadãos, como o projecto inicialmente previa, no caso a cidade do Kilamba.

6.23 Mais de seis mil casas em dezembro

Jornal o pais

26 de Agosto de 2011

O Executivo prevê colocar à disposição do público, até ao mês de Dezembro, mais 6.894 apartamentos, correspondentes a 218 edifícios, segundo avançou o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, na conferência de balanço das acções do Executivo durante o segundo trimestre deste ano.

Desta feita, espera-se que até à data perspectivada a nova cidade absorva um total de 60 mil habitantes, sendo que 40 mil pessoas vão se juntar às 19 mil que serão seleccionadas nos próximos dias para habitarem os 3.180 apartamentos.

Até à conclusão da primeira fase, em Dezembro de 2012, prevê-se a entrega de outros 20 mil apartamentos que poderão acolher mais de 120 mil pessoas.

A ser implementado em três fases distintas, a Cidade do Kilamba é o projecto de maior destaque do Programa Nacional de Habitação.

É desenvolvido a 20 quilómetros a Sul de Luanda, local onde estão a ser edificados 80 mil apartamentos numa área de 54 quilómetros quadrados.

No ingente desafio de debelar o défice habitacional, o Executivo Angolano conta com projectos semelhantes em implementação noutras províncias do país.

No Leste de Angola, por exemplo, na província da Lunda – Norte, está a ser erguida desde 2009, a nova centralidade do Dundo, na localidade de Samacaca.

6.24 Preços desmoralizam jovens Angolanos

Novo jornal
26 de Agosto 2011

Arrancou esta segunda-feira, o processo de inscrição para a compra das casas da nova cidade do Kilamba. A expectativa dos jovens em conseguir casa própria é muita, mas, infelizmente, os preços não estão de acordo com os bolsos de muitos dos que sonham ter tecto próprio.

000 disponíveis nesta primeira fase mais de três mil apartamentos a preços que variam consoante o espaço. As casas do tipo T3 A, com 110 metros quadrados, custam USD 125.000; os T3 B, 110 m², são postas à venda a USD 130.000; os T3 C, de 120 m², valem USD 140.000; e os 1'5, com 150 m², são vendidas a USD 200.000.

Apesar de as inscrições terem já começado, algumas questões, como quem fará a selecção dos candidatos, como serão pagos os apartamentos e qual o período de conclusão do pagamento, entre outras, estão ainda no segredo dos deuses. Facto que está a deixar agastados os cidadãos interessados, que para se candidatarem necessitam apenas de apresentar o bilhete de identidade e o cartão de contribuinte.

O projecto da nova urbanização, que foi criada para fazer face à carência habitacional, sobretudo, para a camada mais jovem, “não corresponde”, segundo algumas pessoas ouvidas pelo Novo Jornal, à realidade de vida da maioria dos trabalhadores Angolanos, embora haja quem defenda que a nova cidade foi feita a pensar apenas nas pessoas da classe média.

Na terça-feira, segundo dia de inscrições, as pessoas compareceram em massa no sentido de conseguir uma senha para se inscreverem. Alguns populares mostraram-se decepcionados com os preços dos apartamentos. “Onde vamos conseguir tanto dinheiro se ganhamos mal. Pensávamos que, pelo menos, as casas ficariam em 60 mil dólares. Se fosse este valor, quem sabe as pessoas como eu conseguiriam pagar. Está claro que estes prédios não foram feitos para os filhos dos camponeses”, criticou Carlos Miguel.

Marta de Jesus é casada e vive em casa de renda há mais de 20 anos. Para ela, conseguir uma casa na cidade do Kilamba é um sonho, ainda difícil de atingir. “Quero tanto conseguir uma casa aqui, porque vivo há mais de 20 anos numa casa de aluguer. Espero poder realizar este sonho, mas os valores estão muito altos. Tenho fé que o Estado vai baixar os preços mais um pouco”, afirmou.

Belarmino Mateus é funcionária pública e pretende dar uma vida melhor aos oito filhos, porque, segundo ela, a casa onde vive é muito pequena para partilhar com tanta gente.

“A minha casa tem apenas dois quartos e não chega para todos. Somos 10 pessoas a viver nela”, precisou.

Para aquela mãe, não vai ser fácil conseguir um apartamento na cidade do Kilamba, “porque as coisas no país não são transparentes, sem contar com os preços elevadíssimos dos apartamentos”.

“Fiz a inscrição, não sei se serei contemplado, mas espero bem que sim. Não entendo porque é que não nos dizem como vai ser feito o pagamento. Começo já achar que aqui haver manobras”, revelou Moniz João.

O NJ apurou que muitas empresas públicas solicitaram, desde o início do projecto, vários apartamento para os seus trabalhadores, facto que foi contestado pelo sociólogo João Paulo Ganga, numa entrevim dada à 7: fV.

“O Estado fez casas para serem vendidas ao Estado, isto não está correcto. Estas casas não são para um João Paulo Ganga, porque os preços são muito altos, se bem que em Angola já há muita gente endinheirada. Essas casas foram feitas para essas pessoas”, sublinhou.

É de recordar que, aquando da inauguração da nova cidade do Kilamba, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, disse que, com a criação deste projecto, “pretende-se ainda colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo” O NJ tentou contactar a Delta Imóvel, sub-contratada pela Sonip para venda dos apartamentos, mas sem sucesso.

O projecto da nova cidade do Kilamba tem conclusão prevista para Outubro de 2012. O empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

6.25 Odebrecht já investiu usd 1000 milhões no sector imobiliário nacional

Jornal o país

26 de Agosto de 2011

A Odebrecht já investiu perto de USD 1.000 mil milhões no sector imobiliário, residências e escritórios, em Angola, tendo conseguido superar o que o seu director de contrato, Félix Martins, os “difíceis” anos de 2009 e 2010 sem paralisar qualquer contrato, e ainda antecipando alguns prazos de entrega.

Félix Martins considera que o “segmento residencial de alto padrão” regista uma oferta superior à demanda, que se localiza agora nos segmentos médio e baixo. Só que este depara-se com um obstáculo: o acesso ao financiamento bancário: “os riscos para a banca são muito elevados ainda. Por outro lado, os materiais ainda são na esmagadora maioria importados, o que eleva os custos”, reconhece o principal responsável pela área imobiliária da empresa brasileira, a maior empregadora privada em Angola. Pelo que, acrescenta “há que conseguir que a banca seja mais segura, que os seus riscos sejam mais diluídos, como há que rever a questão da legislação específica (com intuito de dar maior garantia aos financiadores de empréstimo/banca credor)”. Félix Martins não hesita em admitir que “a demanda existe e desde que as pessoas tenham acesso ao crédito vão gerar-se novos negócios”. E a Odebrecht, pioneira do projecto Luanda Sul, mais concretamente Talatona, está atenta às novas oportunidades. Para já, o ramo imobiliário do gigante brasileiro, está envolvido no lançamento da quarta etapa do Belas Business Park, um projecto orçado entre USD 90 e USD 100 milhões e num projecto no Lobito, que considera uma aposta segura graças ao desenvolvimento que será induzido pelas infraestruturas que ali se encontram em curso, como a nova refinaria ou o porto. Também ao novo empreendimento projectado para o Lobito serão afectados entre USD 90 e USD 100 milhões. A Odebrecht olha para além de Luanda, o Lobito será a primeira escala fora da capital. Oportunidades em outras pronúncias já estão sendo avaliadas. “Estamos atentos a oportunidades no sector imobiliário e estruturados para maximizá-las em todos os seus segmentos. “, assim como que resume Félix Martins o processo de expansão.

Nova Centralidade

A Odebrecht, uma empresa de origem brasileira de raiz familiar e dimensão global, presente em mais de 30 países, onde emprega mais de 118 mil pessoas em áreas diversificadas que vão da infra-estruturas e construção à energia, passando pela mineração, pelos shopping-centers e pelo imobiliário, está em Angola há 27 anos. A

entrada no grupo no mercado imobiliário é indissociável da oportunidade que se abriu com as perspectivas de desenvolvimento de uma nova centralidade, Luanda Sul, mais precisamente Talatona. Tratava-se, no fundo, de uma parceria entre o sector privado e o governo. A primeira aposta foi o condomínio Atlântico Sul, em 1997. “Em 2004 e 2005 percebemos que a economia já dava sinais de aquecimento e que em Talatona existia uma oportunidade para actuar e contribuir para requalificação urbanística da região, já havia um projecto urbanístico, um plano director. Esta região era claramente percebida como um vector de crescimento. Apostámos, deu certo”, lembra Félix Martins.

Foi, para a Odebrecht, o pontapé de saída para o investimento no sector imobiliário no nosso país. Havia contudo que ancorar os empreendimentos e havia também a experiência da Bahia (?): “na década de 1970 o centro de Salvador foi ficando congestionado, carregado e havia uma região que podia ser o motor de crescimento”, adianta o responsável da Odebrecht. Importava então de aproveitar a experiência que inventar uma âncora, uma centralidade no interior dessa imensa nova centralidade. E assim, surgiu o Belas Shopping: “percebemos que havia que trazer algumas infraestruturas para que o barco se desenvolvesse, o Belas Shopping funcionou como uma âncora, trouxe desenvolvimento, modernidade”, explica Félix Martins.

Prova de confiança

Foram anos dourados. A economia disparava, a liquidez abundava, as oportunidades sucediam-se naturalmente. Seguiu-se o Riviera Atlântico, a Morada dos Reis, as Vivendas São Paulo de Loanda, as mansões do Vale, a Arte Yetu. “As empresas começaram a vir, precisavam de escritórios estruturados. Arrancou a segunda fase Belas Business Park que, num ápice, via todas as suas unidades vendidas. “Muitas empresas empolgaram-se com o mercado, a economia estava aquecida, com muita liquidez e os imóveis super valorizaram-se. Os nossos produtos foram vendidos a 100%,u no lançamento, o que não significa, naturalmente, que recebêssemos os 100%” mas havia o compromisso com o cliente.

E seguiram-se os anos amargos da crise. E para a Odebrecht respeitar os compromissos quanto a entrega das obras, quanto a prazos foi garantindo, mesmo que a ginástica financeira exigida fosse grande – “chegámos a confrontar-nos com dificuldades de liquidez, supridas pela empresa ou por pequenos financiamentos contraídos junto da banca Angolana, chegamos a ter atrasos de USD 40 milhões em 2009 e 2010”, confessa Félix Martins, para quem “2010 foi mais uma prova de confiança no país (e respeito para os nossos clientes), não paralisámos nenhuma obra, entregámos os empreendi-

mentos dentro do prazo, garantindo para os clientes o prazo previsto para retorno sobre o investimento.”

Investir na formação

Mas ficou a experiência: “construir em 2007 e 2008 foi uma aprendizagem. A demanda era muito forte e tínhamos pouca mão-de-obra qualificada. Os custos se não inviabilizaram reduziram as margens de alguns projectos”. O que explica, segundo o responsável da Odebrecht, a forte aposta na qualificação, na formação de nacionais, a qual é encarada como um investimento, não como um custo. “Fizemos aqui um trabalho de formação muito importante”, sublinha. E explica porquê: “sentimos muito a questão da produtividade local, imaginámos que era uma e deparámo-nos com outra, muito mais baixa. A resposta foi formar com base num programa de capacitação. “Nunca perdemos o foco, a maioria dos nossos trabalhadores são quadros nacionais. O nosso índice de produtividade quase que triplicou”, revela Félix Martins. E é este o segredo para o facto de a Odebrecht cometer a originalidade de antecipar prazos de entrega, como acontece com o empreendimento Noblesse Residence, que tinha como prazo de entrega Abril de 2012. “No Noblesse, precisa o responsável da Odebrecht, fizemos uma selecção e ter uma equipa muito qualificada muito prodillwa, o empreendimento foi mais estruturado e houve a vontade de se diferenciar no mercado”. Reconhece: “podíamos ter ajustado o ritmo, mas vimos uma oportunidade de nos diferenciar face aos clientes, mostrar compromisso, seriedade, corresponder há confiança que eles depositaram em nós”.

Os diversos instrumentos de controlo da base monetária vêm sendo utilizados de uma forma cada vez menos restritiva por parte do Banco Nacional de Angola. Assim, quer a taxa de redesconto (a taxa de juros cobrada pelo banco central nos empréstimos que efectua aos bancos comerciais), quer a taxa de facilidade permanente de liquidez (que permite à banca comercial aceder a liquidez de forma menos onerosa do que no redesconto) têm vindo a baixar.

Também a taxa média ponderada do Mercado Interbancário – o mercado organizado entre os bancos, que realizam operações entre si, à vista e a prazo, geralmente a muito curto prazo (1 a 7 dias) – mostra uma clara tendência de baixa. Esta última taxa para 1 dia (overnight) atingiu mesmo a passada segunda-feira, dia 22, os 4,58”10, quando, ainda no início de Maio de 2011, excedia os 13’1”.

A de redesconto situava-se, esta quarta-feira, em 20% e a taxa de cedência de liquidez em 14,75%. Recorde-se que a taxa de redesconto subiu ao longo de todo o ano de 2009, passando de 19,75”/” em Fevereiro para 25’Y” em Março e para 30% em Outubro. Só veio a descer nova-

mente para 25% já no final de 2010, mais precisamente no mês de Novembro e para 20% em Maio deste ano. Já a taxa de cedência de liquidez que atingiu os 23,5% a meio do último ano, tem vindo a descer desde então, situando-se já em 17% em Janeiro de 2011.

Esta política de menor aperto da política monetária poderá contrariar, na aparência, o principal objectivo fixado à política económica, baixar a inflação. Tal não acontece por não existir uma correlação positiva entre a dimensão da base monetária e o nível dos preços e porque o BNA tem vindo a utilizar todos os instrumentos à sua disposição para absorver a liquidez diária excedentária (como sejam, as operações de mercado aberto – Open Market – e a emissão de títulos de curto prazo). A pressão sobre os preços decorre sobretudo da elevada dependência das importações, designadamente de bens de grande consumo e, em particular, de bens alimentares. Registe-se que as autoridades estimam que a inflação, que se situa actualmente em torno dos 14,5”/”, recue no final deste ano para 12”/”. O que significa uma desaceleração, atendendo a que o Índice de Preços no Consumidor (IPE) na cidade de Luanda se situava em 15,31”/” em Dezembro de 2010. O FMI efectua uma projecção menos benévola, tendo revisto recentemente em alta á sua previsão para a inflação este ano, fixando-a em 14,6%. Posição intermédia é a do BPI, que estima que a inflação se venha a situar em termos médios anuais em 13%. A perda de valor do dólar (contraparte monetária do petróleo exportado) face ao euro será um dos factores mais negativos, atendendo ao peso das importações na economia nacional, para o andamento da inflação. Por outro lado, sublinhe-se, a maior folga da política monetária tende a estabilizar a moeda nacional face ao dólar. O BNA, que remodelou recentemente o seu site com o objectivo de melhorar a qualidade de informação fornecida e torná-lo mais amigável aos utilizadores, vem complementando a política monetária mais expansionista seguida com medidas.

6.26 Kilamba: preços assustamcidadãos

Jornal o país
26 de Agosto de 2011

O arranque do processo de venda das casas da Cidade do Kilamba gerou um grande descontentamento na maioria dos cidadãos, ávidos por conseguir um tecto. Razão: os preços estipulados para as habitações, que oscilam entre os 125 e os 200 mil dólares.

Na ronda efectuada pela loja situada na rua Rainha Njinga, a reportagem de O PAÍS conversou com algumas pessoas que desde as primeiras horas do dia acorreram àquele local com o intuito de se habilitarem à compra de um fogo habitacional.

Marcado por uma grande avalanche de pessoas em torno dos quatro postos criados para esse efeito, a expectativa da maior parte das pessoas foi baixando à medida que tomavam contacto com os valores das casas.

Os cidadãos ouvidos por O PAÍS foram unânimes em apontar que, para a maioria dos pretendentes, o desejo de uma casa própria esbarrou nos preços que, na verdade, constituem o principal obstáculo para remeterem os pedidos de compra.

Depois de se inteirar das formalidades bem como das modalidades de pagamento, Hélder Cardoso, 30 anos, funcionário público, mostrou-se surpreendido pela negativa, por considerar altos os preços das casas, alegando que estão longe do alcance da maioria dos Angolanos.

“Esperava que o preço mais elevado fosse de 125 mil dólares, agora esse é o valor mínimo. Isto fica bastante complicado”, disse o funcionário que depois de se familiarizar com os preços, desistiu da casa para morar e preferiu antes candidatar-se a um espaço para a implantação de um espaço comercial.

Hélder Cardoso aponta que o modelo ideal para a Cidade do Kilamba seria a venda resolúvel, por entender que é o que mais garantias oferece, cujos pagamentos podem ser executados pelo menos num prazo razoável de 20 a 30 anos.

Em função dos preços, o interlocutor de O PAÍS não se coibiu em afirmar que “os Angolanos ainda estão longe de resolver o problema da habitação. Olhando para o salário da função pública e mesmo para as ditas grandes empresas, acredito que sem apadrinhamento poucas pessoas vão candidatar-se”.

Na mesma linha de pensamento, o segurança privado João Neto disse acreditar que o Executivo está à beira de repetir a situação vivida por milhares de jovens durante o programa “Angola Jovem” que acabou por encalhar em Luanda, devido aos preços.

“Fico com a impressão de que o Executivo não teve em conta aquela experiência e repete os mesmos erros”, disse, céptico, o segurança, depois de se inteirar de todas as formalidades a cumprir para o efeito, mostrando mesmo indícios de desistência.

“Com o valor mínimo dos apartamentos no Kilamba, em minha posse, eu posso construir a casa dos sonhos e ainda pode sobrar alguns trocos que poderia investir num outro-negócio”, disse.

Por outro lado, considera que os preços são discriminatórios para aqueles funcionários de baixa renda, que em função dos preços se vêem impossibilitados de se habilitarem à compra de uma casa, caso não haja revisão do quadro.

“Além dos preços, fiquei ainda surpreso porque a minha primeira opção, o modelo T2, não consta das opções colocadas à disposição do público”, desabafou a professora Sónia Maria de 26 anos. “Vejo a minha possibilidade muito reduzida para obter uma casa, face a estes preços”, argumentou.

No cálculo aritmético que faz da situação, a professora diz que não terá muitas hipóteses, apesar de existir a possibilidade de recorrer a financiamento, mas mantém-se reticente quanto a isto, porque até ao momento continuam por definir as taxas de juro.

Por outro lado, considera que os preços afixados suplantam, de longe, a média de 60 mil dólares que o Presidente da República e chefe do Executivo havia sugerido no discurso de abertura do primeiro Fórum Nacional da Habitação.

Com uma visão mais optimista, o professor Aldino Gonçalves, 30 anos, disse que concorreu para adquirir uma residência do tipo T3 B, optando por aceder a um financiamento, tendo em conta que não está em condições de pagar a pronto pagamento ou de forma parcelada.

“Não disponho de recursos suficientes para efectuar o pronto pagamento ou ainda de forma faseada conforme as regras do jogo”, admitiu.

No entanto, disse desconhecer a taxa de juro a ser aplicada, futuramente, pormenor que pensa ver aclarado junto das instituições financiadoras no caso de vir a ser seleccionado para a compra de uma residência.

Do ponto de vista de Pedro da Silva, os preços estipulados estão ao alcance dos cidadãos que detêm uma renda média, acreditando que dez anos são tempo suficiente para amortizar-se as contas.

Por outro lado, na sua visão, os preços dos apartamentos vão de encontro à qualidade dos apartamentos que teve a ocasião de visitar com a sua família, logo após a inauguração da cidade.

“Sou casada, tenho uma filha e vinha na expectativa de concorrer para uma casa T2”, disse Margarida Pedro, que depois de olhar para o painel de informação, desistiu do processo, na expectativa de que nas fases subsequentes a nova centralidade contemple o modelo de casa que deseja.

Viradas para a ‘desdolarização’ d economia. Salvo excepções tipificadas os bancos foram impedidos de conceder, desde Junho, crédito denominado em moeda estrangeira. Na mesma linha insere-se o Aviso nº 5/10 de 10 de Novembro de 2010 nos termos do qual a exposição cambial dos bancos passa a estar limitada a 20% dos Fundos Próprios Regulamentares, ou seja, os recursos de que os bancos prec-am de dispor em função da natu-

reza e escala das suas operações, objectivo que terá de ser concretizado até 30 de Junho do próximo ano. E, a avaliar pela paridade do kwanza face ao dólar, esta política está a surtir efeito já que, no primeiro trimestre do ano, a cotação kwanza/ dólar manteve-se estável em torno dos 93,5. Por outro lado, a evolução dos preços do petróleo permitiu recompor as reservas líquidas internacionais, que ascendiam já, em Abril, a USD 21,2 mil milhões. Paralelamente à recuperação das reservas cambiais o BNA vem prosseguindo uma política tendente à sua diversificação, acautelando assim os efeitos da volatilidade do dólar nos mercados cambiais.

6.27 Nova centralidade pronta em 2012

Jornal o país
26 de Agosto de 2011

Governo da Lunda Norte está empenhado em proporcionar melhores condições de vida à população, no quadro do programa integrado de desenvolvimento desta região, com o lançamento do projecto de reabilitação e desenvolvimento do sector agrícola do Caconda, a construção da Nova Centralidade do Dundo e de outros projectos de impacto social, que se resumem no melhoramento do abastecimento da água potável, energia eléctrica, extensão da rede sanitária, educacional e de outros serviços, apurou O PAÍS.

Durante uma visita de campo efectuada recentemente pelo vice-governador para área técnica e infra-estrutural, Uno dos Santos, iniciada na comuna de Canzar, 20 quilómetros a Leste do Nzagi, sede do município de Cambulo, culminando no (Chitato), município sede da província, constatou-se a existência de muitas obras em execução que, num futuro muito breve, darão resposta às prementes necessidades que afligem as populações locais, bem como atrairá o regresso de outras às suas áreas de origem.

Lino dos Santos, que se fez acompanhar de uma delegação multisectorial, visitou a estação de captação e distribuição de água potável, a subestação eléctrica, escolas do primeiro e segundo ciclos em construção e ainda o hospital municipal” Doutor Eduardo Nelumba”, construído de raiz, com capacidade para cem camas. Em Canzar, localidade que separa 27 quilómetros da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), o governante mostrou-se satisfeito com o que viu, com realce para o fornecimento da água e da energia e outros serviços sociais.

São mais de cinco mil munícipes que beneficiam do precioso líquido que é bombeada a partir de uma central

instalada num riacho, cujo orçamentado estima-se em mais de cinquenta milhões de Kwanzas, segundo uma fonte ligada ao projecto. A água é distribuída através de cinco chafarizes instalados nesta minúscula vila, que carece de infra-estruturas, aliás, as que resistiram às intempéries do tempo reclamam por uma intervenção urgente. O antigo hospital, agora em escombros, é uma das que precisam de reabilitação.

Situada no mesmo eixo rodado, que a Sociedade Mineira do Chitotolo (SMC), o maior projecto da Lunda Norte, Canzar que não foi poupada pela guerra está a renascer dos combros, como reconheceu Lino dos Santos, prometendo que melhor dias virão para a instalação de serviços básicos à região. Estão também em funcionamento os serviços de saúde, mas só para os primeiros socorros. Há um posto médico que assegurado por um único enfermeiro.

Os casos mais graves e que requerem médico de especialidade são encaminhados para o Nzagi, onde está instalado o maior hospital municipal, inaugurado pela ministra da Comunicação Social, Carolina Cerquem, em homenagem ao malogrado nacionalista e médico José Eduardo Nelumba, de quem foi esposa, falecido por doença no ano transacto. Nesta unidade hospitalar que foi também radiografada pelo governante, funcionam os serviços de medicina geral, pediatria, cirurgia, ortopedia, maternidade e outros. É assegurado por cinco médicos, sendo quatro estrangeiros e um Angolano.

O mesmo será reforçado com a conclusão de um bloco operatório, casa mortuária e uma lavandaria, cujas obras estão já em construção, segundo constatou a nossa reportagem. Na falta da morgue para depositar os cadáveres em caso de mortes no interior do hospital, os corpos são imediatamente levados às aldeias para a realização do velório, em obediência a um ritual desta região, segundo o administrador desta unidade sanitária, António Marinda.

Combate às construções anárquicas

Já no Nzagi, onde Uno dos Santos e sua comitiva visitaram demoradamente várias estruturas sociais, recebeu também explicações pormenorizadas sobre a construção de um novo bairro residencial para cidadãos de baixa renda. Está a ser erguido nas proximidades da sede municipal, possui 400 lotes, e a administração municipal está a apoiar com a entrega de kits, constituído por cimento e chapas de zinco. A intenção desta construção, segundo o administrador adjunto de Cambulo, Katoko Sozinho, visa acabar com as construções anárquicas. Enquadrado no projecto de fomento habitacional do Governo em curso, a edificação desse bairro faz parte do programa de autoconstrução dirigida e contem-

plará também sítios de lazer, escolas, campo de futebol, esquadra policial e outros serviços, segundo ainda o administrador em exercício de Cambulo, que foi o nosso cicerone, fazendo as honras da casa dessa visita guiada.

Durante a estada na sede municipal do Cambulo constatou-se o avanço da reabilitação do pavilhão multiuso a cargo de uma empresa denominada Kabuba, que prometeu entregar a obra no prazo acordado. O mesmo tem a capacidade para albergar mil assistentes. Era o campo utilizado nas provas oficiais (provinciais e nacionais) de andebol, pelo Mineiro Atlético do Nzagi, que era adstrita às Forças Armadas Angolanas (FAA), segundo apurámos.

Preocupado com o actual quadro infra-estrutural, o governador em exercício revelou a construção de mais empreendimentos de impacto social na região, para reduzir o défice de instalações para albergar mais serviços sociais destinados à população. Mas a concretização destes projectos está condicionada com a problemática financeira, que tem sido um dos calcanhares de aquilões”, sendo que a província tem um orçamento limitado, ao contrário de outras regiões.

6.28 Segunda fase da construção começa este mês

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2011

A segunda fase da construção de 100 casas para jovens na cidade do Namibe, no quadro do projecto “Angola jovem”, arranca este mês, garantiu à Angop o engenheiro Pedro Augusto.

As obras, acrescentou, empregam 40 trabalhadores da empresa Omatapalo e têm uma duração estimada em seis meses.

De acordo com o engenheiro Pedro Augusto, as casas terão características arquitectónicas diferentes das primeiras 92 residências do projecto, possuindo 100 metros quadrados contra os 75 das anteriores.

A planta das moradias tem três quartos, entre os quais uma suite e uma casa de banho, sala e cozinha, além de uma dispensa.

A urbanização da área envolve a criação de infra-estruturas integradas, como escolas, posto médico, centros infantis, zonas de lazer para a prática de desportos colectivos e posto policial.

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude, António Vidigal, afirmou que a execução do projecto vai diminuir as dificuldades que os jovens enfrentam actualmente para obter casa própria.

Os primeiros contemplados com o projecto “Angola Jovem” estão a cumprir as cláusulas contratuais junto da instituição bancária que financiou a compra das casas na província do Namibe, onde estão em execução vários projectos de impacto social.

6.29 Ocupação anárquicas de terrenos preocupa autoridades da ganda

Jornal independente
27 de Agosto de 2011

A ocupação anárquica de terrenos, incluindo de reservas fundiárias do Estado, no município da Ganda Benguela), é uma prática que começa a tirar o sono às autoridades locais.

A inquietação foi manifestada por Bartolomeu Dumbo, administrador adjunto do município, confrontado com a invasão de terrenos, inclusive de reservas fundiárias, por um grupo.⁷⁹ Indivíduos, que começou a construir moradias no local, sob pretexto de que o espaço era pertença da associação de camponeses.

“Este tipo de comportamento fora o sistema de governação a tomar medidas severas, que em condições normais não deveria ser”, argumentou o administrador adjunto da Ganda. Bartolomeu Dumbo confirmou o surgimento de ocupações anárquicas de espaço, levando o seu executivo analisar a situação e cria um conjunto de medidas para disciplinas e estancar tais práticas. Sem precisar a quantidade do espaço já ocupado anárquicamente, disse que não se trata de um caso isolado, já que tem havido registo de situações semelhantes em quase todo o município, inclusivamente nas sedes comunais.

Avançou que como medida foi criada uma comissão encarregue na gestão e cedência de espaço, com base na materialização das orientações já existente que permitirá organizar e ordenar o processo para os cidadãos que legalmente solicitam para qualquer fins e objectivo.

Adiantou que existe já um plano director para o loteamento e infraestruturais de áreas definidas e posteriormente fazer-se a sua distribuição a população. Bartolomeu Dumbo alertou que a medida visa sensibilizar as pessoas a fim de evitar a desordem e em caso de desobediência a sua administração vai recorrer as medidas criminais punitivas.

6.30 Adiada a transferencia de cidadãos que estão a viver em zonas de risco

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2011

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, anunciou, quinta-feira, a suspensão temporária do realojamento das famílias residentes em zonas de risco, no Lubango, previsto para o mês de Setembro próximo, por falta de condições nas novas áreas de acolhimento.

Isaac dos Anjos, que falava em conferência de imprensa, disse que, devido ao atraso da administração municipal do Lubango no cumprimento das orientações, o governo da Huíla decidiu adiar a retirada das populações dos locais destinados às obras públicas.

O governador provincial precisou que houve atrasos na distribuição de terrenos aos cidadãos abrangidos, na Avenida Salvador Correia, na zona do Arco-Íris e em outros bairros do Lubango.

“Informámos que estava em curso o realojamento, mas como o nosso trabalho é feito com alto grau de responsabilidade, entendemos preparar as condições prévias”, disse o governador provincial.

Isaac dos Anjos reconheceu que o realojamento deve decorrer com a “maior oferta de serviços possíveis”, no domínio da educação, saúde, água e transportes públicos, para garantir a segurança e bem-estar das populações. O governador provincial informou que em 2010 foram demolidas 1.400 casas ao longo da linha férrea do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) e 900 na margem do rio Mukufi, cujos moradores receberam lotes de terrenos, de mil metros quadrados, destinados à autoconstrução dirigida, em curso na província.

Isaac dos Anjos explicou que o governo entregou 4.970 lotes de terreno, de mil metros quadrados cada, às famílias retiradas da zona circunvítzinha do CFM e do rio Mukufi, e outros 536 aos moradores do bairro Arco-Íris.

Os terrenos estão localizados em áreas de urbanização da comuna de Quilemba, na localidade da Chimucua. Foram construídas 1.125 casas pelas famílias, que receberam um contributo de 45 mil chapas de zinco, além de pedra e cal.

Isaac dos Anjos acrescentou que o governo perspectiva o desenvolvimento de novas urbanizações, dotadas de redes de energia, água, telefones e serviços públicos, como escolas, hospitais, esquadras de polícia e quartéis de bombeiros, além de campos polidesportivos.

6.31 Burocracia causa enches nos postos de atendimentos

Jornal o independente
27 de Agosto de 2011

O técnico de informática Manuel Pereira Daniel contrariou os seus princípios e faltou ao serviço na segunda-feira. Foi, logo de manhã cedo ao nº 6 da Rua Rainha Ginga, junto ao edifício do Jornal de Angola, com os documentos exigidos para se candidatar a uma das casas da cidade do Kilamba.

«Penso que o motivo da minha falta é justificável, pois tenho 38 anos e ainda vivo numa casa de renda. Tive o cuidado de comunicar aos meus chefes que entenderam a situação e relevaram o facto de não ter isso hoje. Até porque não sou de faltar ao trabalho, ainda por cima à segunda-feira», disse Manuel à nossa reportagem.

Para falar à nossa reportagem o informático teve de afastar-se um pouco da fila, mas acabou por ter de interromper a conversa porque a fila andou e ele teve de lutar para retomar ao seu lugar. Com alguns empurrões lá conseguiu.

De facto, e já era de esperar, foram registadas enches em todos os postos montados Delta Imobiliária, empresa licenciada pela Sonap para agenciar o processo de aquisição das casas da cidade do Kilamba. Não faltaram reclamações. Desde logo porque as várias centenas de cidadãos que acorreram aos postos de venda das moradias da Cidade do Kilamba, tinham todos de seguir a mesma fila, quer os que pretendiam obter informações sobre as modalidades, tipos de casa, etc., quer os que pretendiam adquirir a casa naquele momento.

Para primeira fase da inscrição, sublinhe-se, os candidatos apresentam o bilhete de identidade e o número de contribuinte e preenchem um formulário com os seus dados e contactos. Depois desta etapa a imobiliária vai seleccionar as propostas e então comunicar as candidaturas aceites.

No entanto, muitos cidadãos que afluíram aos postos de venda das moradias da Cidade do Kilamba, defenderam a diversificação das modalidades de inscrição, com vista a descongestionar os quatro locais criados para o efeito.

Segundo constatou o Semanário o Independente nos postos da nova centralidade e da rua Rainha Ginga, era de contribuinte e preenchem um formulário com os seus dados e contactos. Depois desta etapa a imobiliária vai seleccionar as propostas e então comunicar as candidaturas aceites deram a diversificação das modalidades de inscrição, com vista a descongestionar os quatro locais

criados para o efeito do contrato o Independente nos postos da nova centralidade e da rua Rainha Ginga era de esperar que a empresa responsável pela venda dos apartamentos utilizasse outros recursos tecnológicos, nomeadamente a Internet, para evitar aglomerações e constrangimentos ao cidadão que se vê obrigado a faltar na escola ou no serviço.

Magalhães Eduardo, cidadão que acorreu ao posto da Cidade do Kilamba aplaudiu a construção do projecto, considerando, mas criticou o preço estipulado, considerando pouco acessível para os jovens que precisam de casa própria

O enfermeiro considerou bem-vindos projectos do género, atendendo que a expectativa de todo jovem depois de formar-se é ter a casa própria e constituir a sua família.

Para João Baptista, tendo em conta a realidade dos jovens, devia se estabelecer um preço mais realista por formas a aderirem ao referido projecto.

«Acredito que muitos vão ficar de fora porque os preços estão elevados, uma vez que o salário da função pública não corresponde com o preços afixado para compra das respectivas residências», referiu.

Orlando Fonseca reclamou pela não publicação das regras da aquisição das casas e as modalidades de pagamento. As moradias da centralidade esta já à venda a preços que oscilam entre os 125 e 200 mil dólares americanos, segundo anúncio da Sociedade Delta Imobiliárias, empresa responsável pela comercialização dos imóveis.

Trata-se de três mil e 180 apartamentos do tipo 1'3 A, 1'3B, T3C, todos com três quartos, e T5, com cinco quartos. O apartamento T3A está avaliado em 125 mil dólares, o T3B custa 130 mil dólares, o T3C custa 140 mil dólares, dólares.

A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

A nova cidade do Kilamba fica a cerca de 20 quilómetros da capital Angolana e é formada, nesta primeira fase, por 115 edifícios, com 3180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada. O projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias ao passo que T5 está orçada em 200 mil dólares.

A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

A nova cidade do Kilamba fica a cerca de 20 quilómetros da capital Angolana e é formada, nesta primeira fase, por 115 edifícios, com 3180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada. O projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias.

Estão ainda previstos 50 quilómetros de estradas. Kilamba pretende ser um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. A nova cidade visa fazer face à carência habitacional e ser uma demonstração do crescimento urbano do país. Pretende-se ainda colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo, de acordo com o chefe de Estado Angolano, citado pelo Jornal de Angola.

Dos cerca de 12 projectos elaborados para criação de novas cidades, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte. Na capital Luanda, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012.

6.32 Presidente lança projecto de casas sociais

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu, na manhã de ontem, ao lançamento da primeira pedra do projecto de construção de um bairro de habitações sociais para cinco mil famílias.

Antes do acto simbólico, que marcou o arranque da obra, e de visitar uma casa modelo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ouviu explicações do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, e de um dos técnicos da empresa encarregada da construção do bairro que vai albergar 30 mil pessoas.

O ministro Fernando Fonseca disse que o novo projecto imobiliário, urna extensão da Cidade do Kilamba, faz parte de um programa do Executivo para eliminar o défice habitacional em Angola, através da edificação de centralidades urbanas em vários pontos do país.

Joaquim Israel Marques, presidente da administração da Cidade do Kilamba, garantiu que a nova urbanização vai beneficiar de todas as infra-estruturas que estão dimensionadas para o projecto global daquela centralidade.

Joaquim Israel Marques considerou prematuro falar do modelo de gestão do futuro bairro. “É do conhecimento geral que a Cidade do Kilamba tem uma reserva de 54 quilómetros quadrados.

Os prédios são apenas um quinto da área de ocupação. Este projecto é a continuidade da expansão da Cidade do Kilamba”, disse Joaquim Israel Marques. O presidente da administração da Cidade do Kilamba desaconselhou, por isso, a concepção do novo centro urbano como parte independente.

Investimento chinês

O ministro do Urbanismo e Construção disse, ontem, ao Jornal de Angola que as casas da nova urbanização na Cidade do Kilamba, cujas obras arrancaram oficialmente ontem, têm um custo de construção que ronda os 50 e 55 mil dólares.

Fernando Fonseca explicou que projecto é fruto de uma parceria público-privado. “Trata-se de uma iniciativa, em que o Fundo Internacional da China tomou a iniciativa de oferecer a construção destes cinco mil fogos e colocar a seu risco todo o valor envolvido no projecto”, disse Fernando Fonseca, sublinhando que “quando chegarmos à conclusão do projecto estes montantes são recompensados com o pagamento dos valores correspondentes pela população”.

Projecto integrado no plano director da Cidade do Kilamba, a nova urbanização contempla 1.500 habitações geminadas, com suite, dois quartos simples, uma casa de banho, sala comum, varanda, cozinha, despensa, garagem, quintal e jardim. Mais 1.500 prédios de dois pisos e dois mil edifícios de quatro andares com parque de estacionamento no rés-do-chão. O projecto fica concluído em dois anos.

Decretos Presidenciais

O Presidente da República promulgou e assinou, esta semana, a Lei que estabelece a divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo e a Lei sobre a refinação de petróleo bruto e armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos.

Uma fonte oficial, citada, ontem, em Luanda, pela Angop, disse que, no mesmo período, o Presidente José Eduardo dos Santos assinou vários Decretos

Presidenciais, designadamente o que extingue a Comissão Nacional Multisectorial de Implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural e o que estabelece o regime de desafecção dos terrenos de domínio público na orla costeira.

O Chefe de Estado assinou, igualmente, diplomas que dão por fim o mandato dos membros do Conselho de Administração da Central de Compras, Empresa Pública (CENCO- EP) e nomeiam a Comissão de Gestão, os que aprovam a abertura dos Créditos Adicionais Especiais, o estatuto orgânico das Universidades José Eduardo dos Santos, Lueji A’Nkonde, Katyavala Bwila e II de Novembro, o que concede o estatuto de “utilidade pública” à Associação dos Professores Angolanos e as bases e estratégia para o tratamento do Pré-Sal em Angola.

O Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, promulgou e assinou, igualmente, quatro Despachos Presidenciais, o que cria a comissão multisectorial para proceder à revisão do Regulamento Sanitário Nacional, o que aprova a desanexação do perímetro do Centro Político Administrativo de um Prédio Rústico e todas as benfeitorias nele edificadas, o que delega poderes ao ministro de Estado e Chefe da Casa Civil para conferir posse a António Teixeira Flor e Leonel Pinto da Cruz e o Despacho que define a presidência do Conselho Coordenador do Cens02013.

6.33 Presidente lança projecto de casas sociais

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu, na manhã de ontem, ao lançamento da primeira pedra do projecto de construção de um bairro de habitações sociais para cinco mil famílias.

Antes do acto simbólico, que marcou o arranque da obra, e de visitar uma casa modelo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ouviu explicações do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, e de um dos técnicos da empresa encarregada da construção do bairro que vai albergar 30 mil pessoas.

O ministro Fernando Fonseca disse que o novo projecto imobiliário, urna extensão da Cidade do Kilamba, faz parte de um programa do Executivo para eliminar o défice habitacional em Angola, através da edificação de centralidades urbanas em vários pontos do país.

Joaquim Israel Marques, presidente da administração da Cidade do Kilamba, garantiu que a nova urbanização

zação vai beneficiar de todas as infra-estruturas que estão dimensionadas para o projecto global daquela centralidade.

Joaquim Israel Marques considerou prematuro falar do modelo de gestão do futuro bairro. “É do conhecimento geral que a Cidade do Kilamba tem uma reserva de 54 quilómetros quadrados.

Os prédios são apenas um quinto da área de ocupação. Este projecto é a continuidade da expansão da Cidade do Kilamba”, disse Joaquim Israel Marques. O presidente da administração da Cidade do Kilamba desaconselhou, por isso, a concepção do novo centro urbano como parte independente.

Investimento chinês

O ministro do Urbanismo e Construção disse, ontem, ao Jornal de Angola que as casas da nova urbanização na Cidade do Kilamba, cujas obras arrancaram oficialmente ontem, têm um custo de construção que ronda os 50 e 55 mil dólares.

Fernando Fonseca explicou que projecto é fruto de uma parceria público-privado. “Trata-se de uma iniciativa, em que o Fundo Internacional da China tomou a iniciativa de oferecer a construção destes cinco mil fogos e colocar a seu risco todo o valor envolvido no projecto”, disse Fernando Fonseca, sublinhando que “quando chegarmos à conclusão do projecto estes montantes são recompensados com o pagamento dos valores correspondentes pela população”.

Projecto integrado no plano director da Cidade do Kilamba, a nova urbanização contempla 1.500 habitações geminadas, com suite, dois quartos simples, uma casa de banho, sala comum, varanda, cozinha, despensa, garagem, quintal e jardim. Mais 1.500 prédios de dois pisos e dois mil edifícios de quatro andares com parque de estacionamento no rés-do-chão. O projecto fica concluído em dois anos.

Decretos Presidenciais

O Presidente da República promulgou e assinou, esta semana, a Lei que estabelece a divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo e a Lei sobre a refinação de petróleo bruto e armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos.

Uma fonte oficial, citada, ontem, em Luanda, pela Angop, disse que, no mesmo período, o Presidente José Eduardo dos Santos assinou vários Decretos Presidenciais, designadamente o que extingue a

Comissão Nacional Multisectorial de Implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural e o que estabelece o regime de desafecção dos terrenos de domínio público na orla costeira.

O Chefe de Estado assinou, igualmente, diplomas que dão por fim o mandato dos membros do Conselho de Administração da Central de Compras, Empresa Pública (CENCO- EP) e nomeiam a Comissão de Gestão, os que aprovam a abertura dos Créditos Adicionais Especiais, o estatuto orgânico das Universidades José Eduardo dos Santos, Lueji A'Nkonde, Katyavala Bwila e II de Novembro, o que concede o estatuto de “utilidade pública” à Associação dos Professores Angolanos e as bases e estratégia para o tratamento do Pré-Sal em Angola.

O Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, promulgou e assinou, igualmente, quatro Despachos Presidenciais, o que cria a comissão multisectorial para proceder à revisão do Regulamento Sanitário Nacional, o que aprova a desanexação do perímetro do Centro Político Administrativo de um Prédio Rústico e todas as benfeitorias nele edificadas, o que delega poderes ao ministro de Estado e Chefe da Casa Civil para conferir posse a António Teixeira Flor e Leonel Pinto da Cruz e o Despacho que define a presidência do Conselho Coordenador do Cens02013.

6.34 Cidadãos recebem lotes para autoconstrução

Jornal de Angola
29 de Agosto de 2011

A província do Zaire tem 12 reservas fundiárias preparadas para o projecto de autoconstrução dirigida de casas sociais.

O projecto está na fase decisiva de execução e o governador provincial, Pedro Sebastião, já demonstrou que o programa é para ser concretizado, ao fazer a entrega simbólica, a 37 pessoas, dos primeiros lotes na área de Mbanza Congo 1, a primeira reserva fundiária enquadrada no subprograma de autoconstrução dirigida gizado pelo Executivo, no âmbito do Programa Nacional de Habitação.

Uma comissão técnica do projecto, constituída por elementos da administração municipal e do Gabinete Técnico para a Comissão Provincial do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, trabalha em Mbanza Congo, onde, na terça-feira, entregou aos primeiros beneficiários o envelope lacrado com toda a documentação oficial para a construção legal de uma habitação com os parâmetros exigidos por lei, num lote com as dimensões de 30 por 25 metros cada um.

A planta completa de uma casa do tipo T3 ou T2 deve incluir o termo de referência e de compromisso, o requerimento à administração, o croqui de localização, a memória descritiva e justificativa e a cartilha de construção da obra.

“Estes são os documentos contidos no envelope que cada cidadão recebeu para oficializar a obra”, disse o secretário da comissão técnica do projecto.

Henrique Luzolo afirmou, ao Jornal de Angola, que dos cem hectares da reserva fundiária preparada, com a inclusão de Mbanza Congo 1, o projecto vai distribuir, em breve, 37 hectares, dos quais 47 são lotes sub marcados.

Reacções da população

A população aplaudiu a iniciativa e Dora Luzolo, 45 anos, vê o sonho da casa própria mais próximo. Conta que deu entrada dos processos na administração municipal de Mbanza Congo há mais de cinco anos; negociando um lote de terreno na zona próxima do cemitério de Kianganga.

“Estou agora muito satisfeita, pois já tinha perdido as esperanças de ser contemplada, mas graças a Deus, hoje deu certo. Vou começar brevemente a construir a minha casa”, disse, acrescentando que as pessoas que ainda duvidam do projecto devem mudar de opinião “porque a coisa é séria e o governo está a cumprir”.

Arménio do Espírito Santo, 29 anos, também recebeu o lote de terreno, mas afirma que vai ter dificuldades, principalmente por o terreno ser acidentado e haver falta de material de construção na região.

“Louvamos a iniciativa do Governo, pois o nosso município sente na pele a falta de habitação. Temos agora uma área para edificar, mas a construção vai ser bastante onerosa e não sei se todos têm capacidade financeira para fazer a casa conforme o projecto concebido pela equipa técnica”, disse.

O projecto concebido pela equipa técnica, lembrou, prevê a construção com dignidade, sem a repetição de casas desordenadas que transformaram, ao longo dos anos, 5 nossas cidades em verdadeiros musseques sem qualidade de vida.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente do Zaire afirmou, ao Jornal de Angola, que os programas de construção das 200 casas, concebidos para os seis municípios da província, podem começar antes do fim deste ano, no âmbito do programa das novas centralidades, que prevê a edificação de cinco

mil fogos habitacionais no quadro das reservas fundiárias do município de Mbanza Congo.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, disse Cláudio Fortunato, é vasto e compreende vários subprogramas.

O panorama actual da província, em termos de execução do programa de construção de habitações, salientou, tem acções inclinadas para os municípios de Mbanza Congo e do Soyo.

1 No de Mbanza Congo, referiu, já está pronta a primeira fase do subprograma de auto construção dirigida e a outra fica concluída, em Setembro, com o início da segunda.

Subprograma quase concluído

O subprograma de autoconstrução dirigida, concluído a 55 por cento, foi subdividido em duas fases. A primeira, privilegia as pessoas que vivem em áreas de risco e desprovidas de espaço adequado para construir casa própria, enquanto a segunda é reservada aos que têm alguma capacidade financeira para custear a própria casa.

“O objectivo é beneficiar primeiro as pessoas que vivem em áreas de risco e têm necessidade imediata de ter um local adequado para construir, embora os outros também tenham necessidades, mas achamos que podem aguentar um pouco mais onde vivem e dar prioridade aos que vivem em áreas de risco”, afirmou.

O mapa urbanístico da zona visada, disse, está concluído e decorre o levantamento e marcação dos lotes e arruamentos do futuro bairro.

Cláudio Fortunato declarou que objectivo é munir o micro plano urbano com armamentos de nível 1, devidamente compactados, com valas de drenagem e outros equipamentos técnicos para facilitar a movimentação das pessoas e de viaturas dentro do perímetro urbano em construção.

A administração municipal de Mbanza Congo remeteu à direcção que dirige “um mar de processos, dos quais apenas 37 foram seleccionados por reunirem os requisitos exigidos”, referiu, adiantando que “apenas seis mostram indícios de começar as obras”.

Apesar disto, disse estar confiante no bom andamento do programa, pois as dificuldades reveladas no início das obras demonstram que o grupo alvo do programa foi beneficiado.

“Acreditamos que os outros interessados ainda não começaram a construir porque não têm condições financeiras para tal, o que não é nos entristece, antes pelo contrário,

encoraja-nos a prosseguir, pois o nosso objectivo é apoiar as pessoas que realmente necessitam de um lote de terra para deixar de viver em zona de risco”, afirmou.

Soyo II

“ O projecto da reserva fundiária Soyo II, realçou, evidencia avanços substanciais, através do seu Subprograma de auto construção dirigido e do subprograma de parceria entre o sector público e privado.

No último programa, as empresas privadas do ramo imobiliário podem solicitar à Comissão Nacional de Habitação parcelas de terras para construção de casas sociais de médio e de alto padrão para venda.

As reservas fundiárias do Soyo II e de Mbanza Congo estão também incluídas no programa das novas centralidades e constituem um projecto de maior abrangência, a exemplo da Cidade do Kilamba, em Luanda, onde milhares de apartamentos foram postos à venda na semana passada.

“O Executivo está empenhado na conclusão de novas centralidades na região e tudo aponta para que o projecto venha a conhecer o auge nos próximos tempos na província do Zaire”, disse Cláudio Fortunato, sublinhando:

“Tem havido, nos últimos dias, uma movimentação constante de quadros a partir de Luanda para a nossa região para tratarem deste processo de forma célere”. Disse, a terminar, que Mbanza Congo quer dar casa digna aos seus habitantes.

6.35 Huila fornece moradias pré-fabricadas às províncias do namibe e benguela

Jornal de Angola
27 de agosto de 2011

O programa de fomento habitacional das províncias do Cunene, Benguela e Namibe vai, nos próximos tempos, contar com o apoio da empresa Cassaforma, da Huíla, no fornecimento de painéis para a construção de moradias pré-fabricadas.

O director-geral da fábrica, que prestou a informação à margem da visita do vice-ministro do Ordenamento do Território, Emanuel da Silva, disse que, para o efeito, os governos das províncias citadas já encetaram contactos com a direcção da Cassaforma.

“Temos contactos bastante avançados com os governos das províncias do Cunene, Benguela e Namibe para que, dentro do programa de fomento habitacional em

curso, a fábrica da Huíla comece a fornecer painéis para a construção de moradias nas três províncias”, disse Adérito de Jesus.

O responsável afirmou que a empresa, situada nos arredores da cidade do Lubango, tem capacidade para fabricar cinco casas do tipo T3 por dia. A capacidade pode ser aumentada, em função das solicitações. Adérito de Jesus sublinhou que, desde Março último, quando a fábrica entrou em funcionamento, foram construídas 20 moradias na cidade do Lubango, no quadro do programa de fomento habitacional.

Nesta altura, estão em curso obras de urbanização em áreas periféricas da cidade do Lubango, destinadas à construção de moradias do tipo pré-fabricado. Para a província da Huíla, Adérito de Jesus adiantou existir um programa que visa a construção de cinco a seis mil casas. O número de moradias pré-fabricadas pode crescer face ao interesse das províncias que manifestaram vontade de adquiri-las.

“Temos capacidade para fabricar cinco casas por dia, incluindo um! suite, numa área de 140 metros quadrados. Por enquanto, o cliente principal é o governo da província e a fábrica está para servir também os clientes privados”, disse o director-geral da Cassaforma.

Numa primeira fase, a fábrica gerou mais de vinte novos postos de trabalho, número que vai, a partir do próximo ano, ser aumentado para 44, com a entrada em funcionamento de novos turnos.

6.36 Habitação e generosidade

Jornal de Angola
29 de Agosto de 2011

A habitação é um dos sectores da nossa vida nacional sobre o qual as autoridades concentram grande atenção. As crescentes necessidades de habitação por parte da população obrigaram o Executivo a gizar projectos que estão a resultar no surgimento de milhares de casas e em condições de habitabilidade que proporcionam aos cidadãos uma boa qualidade de vida.

Não há dúvida de que a dimensão dos projectos habitacionais em Angola é de grande alcance social, e rara no continente africano, sendo evidente o empenho do Executivo em implementar uma política habitacional sem vacilações, na perspectiva de os cidadãos poderem viver em casas dignas e desfrutarem de infra-estruturas diversas e funcionais.

As novas centralidades têm sido motivo de elogios de especialistas, entre os quais importa citar o bastonário da Ordem dos Arquitectos Angolanos, António

Gameiro. Segundo este arquitecto, as centralidades são uma necessidade de resposta ao aumento demográfico no país.

António Gameiro entende que as centralidades servem para a congregação de espaços habitacionais, das infra-estruturas, dos equipamentos e das zonas de lazer. Assiste-se hoje a uma ligação de espaços com funções que vão satisfazer as necessidades dos que habitam ou vão habitar nas centralidades.

Os projectos habitacionais estão a ser concebidos a pensar em espaços melhores para os Angolanos, fazendo com que os cidadãos deixem de viver, como afirmou o arquitecto António Gameiro, “de forma aglutinada”. C

A cidade do Kilamba, que hoje anda nas bocas do mundo, é um bom exemplo de uma área que congrega espaços com diferentes funções que hão-de conceder aos seus habitantes serviços modernos e eficientes.

Os projectos habitacionais em Angola inserem-se nos grandes esforços do Executivo destinados a dar a todos os Angolanos uma vida melhor. São muitas as necessidades a satisfazer em termos de habitação no país e pode-se calcular as gigantescas tarefas que têm de ser executadas para se dar a cada família Angolana uma moradia.

Fernando Fonseca, ministro do Urbanismo e Construção, assinalou va que “o desenvolvimento de Angola foi assumido pelo Executivo como VII um desafio de médio e longo prazo, para garantir uma vida melhor aos do Angolanos”. As palavras do ministro Fernando Fonseca são a confirmação de que o Executivo vai continuar a avançar imparavelmente no sentido da concretização dos seus projectos e que se destinam a resolver os no: problemas do povo.

Instituições e quadros formados em diferentes áreas do saber têm sido mobilizados para a grande empreitada que é construir um país em que todos possamos viver felizes. Nesta caminhada para o progresso social, os quadros têm um grande papel a desempenhar na luta contra o subdesenvolvimento e os seus conhecimentos terão de servir na execução dos grandes projectos de desenvolvimento que o país tem.

Ter uma moradia digna é o sonho de milhares de famílias Angolanas, estando o Executivo apostado na solução progressiva dos problemas habitacionais dos Angolanos.

7 TERRA

7.1 Casa abeira da linha-férrea preocupa governador

Jornal de Angola
01 de Agosto de 2011

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, pediu ontem uma mudança de comportamento por parte dos populares que ainda persistem em construir moradias ao longo do ramal do caminho-de-ferro de Moçamedes na cidade do Lubango.

Falando no final da visita que efectuou às obras de reabilitação e construção da linha-férrea e estações de apoio ao comboio no município do Lubango, disse que as pessoas não devem persistir em desafiar as autoridades governamentais. Explicou que no início foram identificadas as residências ao longo da linha-férrea e, após um trabalho cuidadoso, encontraram-se as áreas para onde as famílias deviam ser transferidas, sublinhando que numa primeira fase efectuou-se a transferência e reduziu-se o número de habitações, naquela altura.

“As famílias afectadas receberam terrenos e material de construção, por isso, não se justifica, nas mesmas áreas já qualificadas, haver novamente construções. Efectuámos uma primeira transferência que f- • muito polémica pelo mundo inteiro e reduzimos o número de habitações a demolir naquela altura, no quadro do programa de reabilitação da linha-férrea. Podíamos ter atingido números maiores”, lembrou.

O governante advertiu que as famílias podem correr o risco de perder os terrenos a favor dos cidadãos interessados em erguer as suas moradias e disse que a circulação do comboio vai gerar desenvolvimento na região sul do país.

7.2 Historial do bairro

Novo código mineiro vai beneficiar as populações locais
jornal o independente
06 de Agosto de 2011

O Novo Código Mineiro, aprovado recentemente pelo Executivo Angolano, além de beneficiar de forma legal as populações locais, permite ao governo obter receitas fiscais para o Orçamento Geral do Estado, disse hoje, em Luanda, o economista Angolano Afonso Chipepe.

Na óptica do economista, que falava à Angop, constituíram razões para reforma da antiga lei a necessidade

de aumento das receitas fiscais do Estado, a captação de investimentos privado que permita criar novos empregos, a promoção do aumento da qualidade devida dos mineiros e seus familiares, o estímulo ao empreendedorismo e a promoção da formação técnica profissional.

Nestas regiões, disse, os impostos devem ser revertidos a favor das localidades de exploração mineira que necessitam de sentir os efeitos contingências das riquezas que saem do subsolo que os viu nascer e que para tal devem usufruir de condições condignas como água, luz, educação, infra-estruturas, de habitação e saúde.

“Acima de tudo devem garantir que os rendimentos retirados da produção mineira sejam reinvestidos em outras áreas com destaque para a agricultura, visando deste modo garantir a diversificação das economias locais”, referiu, acrescentando que a grande preocupação vai para os minerais radioactivos que devem ser considerados estratégicos, sendo para tal reservas do Estado, cuja comercialização deveria obedecer a critérios rigorosos de controlo.

Afonso Chipepe referiu-se igualmente a aspectos constantes no código relacionados com os impostos sobre o rendimento industrial de 25 a 30 %, royalty que deve ser calculado mediante o valor de produção de 3 a 5% e o de superfície (área ocupada).

Quanto ao código em si, afirmou tratar-se de uma reformulação, onde a exploração artesanal de diamante vem substituir o garimpo, demonstrando, assim, a preocupação do governo na produção industrial como um dos alicerces não só da responsabilidade social e ambiental, mas como meio de regular uma actividade de importância capital para o país.

Sublinhou que o código é importante porque permite ao cidadão requerer junto dos órgãos responsáveis uma parcela de terra (equivalente a um campo de futebol) para explorar legalmente. Referiu que esta acção é interpretada como o culminar de um processo burocrático necessário, com vista a sustentabilidade ambiental cuidando dos direitos e deveres dos mineiros que antes não existiam.

De acordo com Afonso Chipepe, à luz do novo código, a designação garimpeiro com a sua carga pejorativa fica relegada ao passado. Os eixos constantes no código mineiro são resultantes de mais de cinco anos de revisão da legislação expressa na lei das actividades geológicas e minerais e na lei dos diamantes.

7.3 Municípios aguardam ansiosos

Jornal o independente
06 de Agosto de 2011

Municípios do Sambizanga aguardam com expectativa o início das obras de requalificação da circunscrição, previsto para acontecer este mês, com vista melhorar a imagem e condições de vida dos mais de 800 mil habitantes da localidade.

Abordados pelo Semanário o Independente, alguns moradores consideraram que a implementação do projecto será benéfico em muitos domínios porque o seu escopo assenta no reordenamento habitacional e sanitário do bairro Operário e a urbanização da zona do Mota, onde existem muitas construções anárquicas.

Segundo o cidadão João Mateus, um anfitrião de aproximadamente 70 anos de idade, o quadro urbanístico actual da área é caracterizado por vários bairros de lata e acessos precários, pelo que a sua modernização dará maior facilidade à assistência social à população.

“O Sambizanga é um município histórico de Luanda porque nele nasceram e cresceram muitos intelectuais que hoje ocupam cargos de destaque na vida política e social do país e a sua requalificação vai alegrar a todos, principalmente os naturais da zona”, disse.

António Amado, professor do ensino primário, disse esperar pela implementação do projecto que contribuirá na melhoria de vida da população local e na imagem da capital do país. “Penso que a ideia é boa e isso demonstra a vontade do governo de melhorar as condições de habitabilidade da população.

Devemos nos orgulhar destas iniciativas porque quem sai a ganhar é a sociedade”, acrescentou. Marta Matoso, peixeira e moradora do Sambizanga há mais de 30 anos, disse estar satisfeita com a iniciativa do governo e espera poder ver um Sambizanga moderno e com novas infra-estruturas sociais.

O programa de requalificação Sambizanga, que possui as comunas Sambizanga (sede), Bairro Operário e Ngola Kiluanje, foi projectado pelo governo, para melhorar as condições de vida e habitação dos moradores destas áreas.

O programa de requalificação é um projecto de âmbito nacional, não se resume apenas aos municípios do Sambizanga e Cazenga. O programa estender-se-á a todos municípios e províncias do país.

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares Ferreira, considerou oportuna e louvável a iniciativa

do executivo em requalificar os municípios e garantir melhores condições de vida aos cidadãos. José Tavares proferiu estas palavras ao Independente, à margem do lançamento da primeira pedra para requalificação do Sambizanga efectuado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

De acordo com o administrador, os munícipes devem sentir-se felizes porque terão um município com todos os serviços sociais, garantido e desta forma a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Esclareceu que nenhum munícipe será transferido para fora do Sambizanga, porque haverá espaço suficiente para os realojar.” disse”

7.5 Administradora acusada de usar arma de fogo

Jornal o país
12 de Agosto de 2011

Os moradores do quilómetro 30 acusam a administradora adjunta de Viana, Helena Vaz, de ter aparecido no local com uma arma e incitado os militares a dispararem contra a população.

Miguel Prazeres contou que a administradora adjunta o ameaçou com um revólver no momento em que procurava obter dela uma explicação sobre as demolições que estavam a acontecer, por ser ela a líder da comitiva. Esta informação foi confirmada por Marcolino de Rosário. “Ela não tem como desmentir porque há muita gente que viu o momento em que tirou a pistola e retirou o seu automóvel do meio da população sem dar nenhuma explicação plausível”, contou Prazeres, acrescentando que “a partir daquele instante começaram os disparos que atingiram mortalmente o senhor Firmino de Rosário”.

Horas antes das demolições, o camponês João Manuel e um grupo de moradores foram à Administração Municipal de Viana pedir explicações e a adjunta de José Moreno os recebeu alegando que o administrador tinha viajado. Facto que terá sido desmentido horas depois por outro grupo de munícipes. “Ela disse-nos que não sabia o que se estava a passar e que havia recebido dos seus colegas da fiscalização fotografias de algumas lavras que foram destruídas por estarem na reserva do Estado. O que não condiz com a realidade”, detalhou.

João Manuel disse que esclareceu a governante sobre o que se passava na realidade e receberam dela a garantia que visitaria a localidade na manhã do dia seguinte, com outras individualidades para averiguar o assunto.

Uma outra comissão de camponeses, entretanto, confrontou no mesmo dia o administrador municipal com

os documentos que a sua adjunta havia assinado, autorizando as demolições e este disse desconhecer assunto. Horas antes do fecho deste jornal, administrador municipal de Viana, José Moreno, desmentiu esta informação e considerou que a mesma não passa de exagero por parte da população, incluindo as acusações feitas contra a sua adjunta.

Quanto à invasão, Zeca Moreno disse que a situação está resolvida e que não se tem pronunciado porque a acção não foi desencadeada pelo seu elenco.

7.6 Militar mata cidadão na disputa de terreno

Jornal o país
12 de Agosto de 2011

O cidadão Firmino João de Rosário, 42 anos, foi morto nesta Segunda-feira, 8, alegadamente por efectivos das Forças Armadas Angolanas que protegem o terreno adjacente ao mercado do quilómetro 30, em Viana.

Jozimar Miguel Prazeres, 23 anos, testemunhou a escaramuça supostamente causada por mais de 50 militares armados com metralhadoras do tipo AKM e 16 efectivos da Polícia Nacional, com armas Star, transportados em duas viaturas da Brigada Auto.

“Aquilo parecia uma guerra, onde uns atiravam para matar e outros se limitavam a disparar para o ar para nos amedrontar. Foi algo surpreendente e horrível”, disse a testemunha.

Antes de ser morto, Firmino de Rosário assistiu os operadores das máquinas a destruírem a sua residência na Sexta-feira, 5. “Estava a construir com o pouco dinheiro que conseguia como fiscal do mercado”, disseram testemunhas.

Revoltado, o fiscal integrou o grupo de moradores que se juntaram para tentar travar a onda de demolições.

Jozimar disse que quando procuravam fugir das balas supostamente disparadas pelos militares foram ofendidos o vizinho a dizer-se alvejado pelas costas.

“Assim que foi baleado, ele começou a gritar: apanhei, apanhei, vou ter que morrer com um deles e correu em direcção aos supostos atiradores, mas acabou por perder as forças e caiu sem os alcançar”, contou o nosso interlocutor, esclarecendo que a vítima ainda percorrera cerca de dez metros de distância antes de morrer.

Marcolino de Rosário, irmão da vítima, contou que o seu parente teria informado momentos antes que os militares tinham atingido o braço de um dos contestatá-

rios, identificado apenas por Santos. O ferido foi levado com urgência para o Hospital Ana Paula, em Viana, e os médicos dizem que está fora de perigo. Poderá receber alta a qualquer momento, caso o seu estado clínico permaneça estável.

Marcolino salienta que o seu irmão reconheceu e indicou -lhes o indivíduo que efectuou os disparos que o vitimaram posteriormente. Nesta altura, a equipa de demolição e os militares retiraram-se estrategicamente do local, mas só pararam de efectuar os tiros depois de se sentirem que estavam num sítio seguro.

“Há um dos meus irmãos menores que acompanhou de perto não só a morte do Firmino, como também o nosso primo com o braço ferido”, disse Marcolino de Rosário.

Populares garantem que as coisas só não acabaram pior graças à “coragem e bravura” de Jozimar Prazeres que desarmou a arma de um militar. O homem aparentava estar cheio de medo e ameaçou -os com a AKM, mantendo o dedo no gatilho como se estivesse prestes a disparar, caso alguém marcasse um passo em sua direcção.

“Ele quis mesmo disparar contra nós, mas não conseguiu realizar o seu desejo porque apareci atrás, dei-lhe uma queda e retirei o carregador da pistola. Se não fizesse isso seria uma carnificina”, contou Jozimar Prazeres que se encontrava com o braço direito apoiado num fio, devido à uma lesão que sofreu em consequência do seu acto.

A população atirou-se para cima do militar em causa, que só não foi barbaramente espancado porque o mesmo jovem conseguiu ajuda-lo a meter-se em pé e fugir.

A senhora Bela, esposa de Firmino de Rosário, não conseguiu conter a dor e o desespero que se apoderou dela quando informada da morte do esposo, acabando por abortar numa gravidez de seis meses.

“Ela caiu no chão de barriga para baixo e desmaiou. Quando a levamos para o hospital municipal de Catete, os médicos disseram que perdeu a criança”, explicou Marcolino, salientando que ela recebeu alta na tarde de terça – feira, 9.

O funeral de Firmino de Rosário ocorreu na manhã de Quinta-feira, 11, e contou com o apoio da administração do mercado municipal.

A família do malogrado está a ponderar a possibilidade de mover um processo-crime contra os militares e a administradora adjunta de Viana. O malogrado deixou quatro filhos.

Só depois do conflito é que o segundo comandante de Vianda da Polícia Nacional apareceu no local para acalmar os populares.

Fim da paz e tranquilidade

O conflito por terras no quilómetro 30 de Viana começou há menos de dois meses, quando os moradores foram surpreendidos com anúncios segundo os quais a zona onde residem desde 1927, dizem, é reserva do Estado.

Passaram a viver num clima de insegurança e medo por não saberem o que o futuro lhes reservava. A tensão aumentou com a chegada de máquinas usadas para terraplanagem.

Os efectivos das Forças Armadas Angolanas chegaram posteriormente e apropriaram-se das lavras de alguns camponeses, alegando que as mesmas eram reserva do Estado e que se instalaram no local para proteger o património público.

Na Quinta-feira, 4, os munícipes receberam a visita inesperada de uma equipa constituída por fiscais da administração municipal, o soba da área, o coordenador da comissão de moradores e outros responsáveis. Eles ordenaram a destruição de algumas moradias e armazéns que estavam a ser erguidos a escassos metros do mercado. A acção durou dois dias.

Ao verem a presença da equipa de reportagem de O PAÍS, os moradores saíram das suas residências e mostraram-se disponível a contar a sua versão de tudo o que se passara. Entre eles estava um capitão do Exército que dizia estar agastado com a situação por ser a segunda vez que fica diante de uma situação desta natureza.

“Reuni-me com o coordenador do bairro na semana passada e fui informado que os militares fizeram uma nova demarcação do bairro, na espécie de um L e deixaram um pequeno espaço para os proprietários das lavras”, declarou, com os ânimos exaltados.

Revoltado com a situação, o camponês João Domingos Manuel, 61 anos, desabafou que está agastado com as acções do Estado por ser a segunda vez que é despejado das suas lavras, sem ser indemnizado. A primeira aconteceu em 2007, na zona de Kikuxi.

“Fui comando do exército português, perdi dois filhos que eram militares na guerra e até agora não recebi nada, nem sequer pelo serviço que prestei a esta nação. Vivo actualmente do cultivo e, sendo assim, gostaria de saber se não sou parte deste Estado que quer deixar-nos ao relento”, questionou. Acrescentou que “fizemos tudo por este país e o único agradecimento que recebemos é a morte”. Atendendo o facto de a Lei de Terras em vigor estabelecer que a terra e tudo que nela existe pertence ao Estado, o ancião João Manuel é de opinião que se o Executivo não quiser ver ninguém naquele espaço, deve aloja-los num outro local, onde eles possam desenvolver a sua actividade agrícola.

“Estamos a gozar uma paz ameaçada porque se fosse paz de verdade, não estaríamos a viver num clima de insegurança, com medo de sermos surpreendidos a qualquer momento com máquinas a destruírem as nossas plantações”, rematou.

O PAÍS tentou contactar o soba Januário Manuel Francisco e o coordenador do bairro, mas não foi possível porque ambos não têm estado no local.

Diogo Domingos, 49 anos, disse que participou na delimitação do espaço que é reserva do Estado, na altura em que alguns comerciantes do mercado do Roque Santeiro estavam para ser transferidos para lá. “A reserva do Estado é de 700 metros de cumprimento, a contar da estrada de Catete até ao bairro e mil e 600 de largura”, rematou.

7.7 Oficial das faa invade propriedade e desafia justiça

Jornal o país

12 de Agosto de 2011

Chama-se Virgílio Pascoal António (Pavi), tenente coronel das Forças Armadas Angolanas (FAA), colocado na Escola Superior de Guerra (ESG). No dia 20 de Junho, do ano em curso, acompanhado de um grupo de catorze pessoas, entre os quais um agente da Polícia Nacional (PN), Gil, em efectivo serviço no Comando Provincial do Cunene, e um outro conhecido por Kusutula Domingos João (Kussi), invadiram a propriedade do cidadão Quintino Caienga Cacunga, 41 anos, denunciou este último a este jornal esta semana.

A propriedade, constituída por uma parcela de terreno com as dimensões de 60 por 40 metros, localizada no bairro Dangereux, a escassos metros da ponte do “general Kamorteiro”, denominação associada à proximidade da residência desse oficial superior do exército, foi alvo de destruição da vedação, do tapume e de uma residência composta por um quarto e uma sala. Associa-se a isso, alegadamente, o roubo de um gerador do tipo Elemax, um televisor de marca sharp uma aparelhagem de som do tipo Sony e um colchão de solteiro.

Entre os bens roubados na calada da noite, segundo a fonte, constam ainda quatro mil dólares americanos, uma mochila com duas t-shirts, chapas de zinco retiradas do tecto e do quintal. A acção criminosa terá sido arquitectada por Kusutula Domingos João, que teve o apoio incondicional do tenente-coronel Pavi que, aproveitando-se da sua condição de oficial superior do exército, colocou homens armados fazendo uma outra construção no mesmo espaço no período de noite, durante a invasão.

Quintino Caienga, mecânico de profissão, contou a OPAÍS que o terreno invadido foi comprado à senhora Adelina José Veloso, em 2004, por 600 dólares americanos, sendo que nessa altura o espaço era uma lavra. O negócio terá sido testemunhado por um dos filhos da senhora, Ângelo Veloso, que confirmou o facto em declarações prestadas a este jornal. “O local era lavra da minha mãe, mas ela depois decidiu vender e fez negócio sem qualquer coação de ninguém, porque as pessoas que possuíam lavras aqui no Dangereux venderam-nas”, afirmou.

Em conversa com este jornal, Ângelo Veloso disse não acreditar no que está a acontecer, porque a sua mãe fez um negócio daquilo que era sua propriedade exclusiva e não de ninguém. Mostrou-se disposto a reconfirmar às autoridades judiciais as suas declarações no que concerne à venda do terreno em causa.

Entretanto, o possessor da propriedade mostrou-se abalado quando falava com O PAÍS, e defendeu a titularidade do terreno legalizado pela Administração Municipal do Kilamba Kixi através de documentos que exibiu.

“Tenho tudo legal, o que atesta a titularidade do terreno. Cumprir toda a tramitação junto das autoridades competentes para que me fosse dada esta mesma documentação”, declarou Quintino Caienga, acrescentando que essa situação lhe está a provocar insónias, receando perder a sua propriedade por causa do capricho de alguns indivíduos, que aos poucos, o estão a expropriar com a edificação de uma outra residência já no mesmo local.

Durante a invasão do espaço, os acusados vandalizaram também as viaturas e outros meios rolantes que se encontravam no local, pertencas do Caienga.

7.8 50 Casas abaixo

O país

19 de Agosto de 2011

Na ocasião da visita de campo realizada pelas delegações do GPL e da Administração Municipal do Cazenga, esta última encabeçada pelo administrador Victor Nataniel Narciso, este aproveitou apresentar o projecto de criação daquilo que chamou de bacias hidráulicas.

Trata-se de buracos de grande profundidade abertos por máquinas retro escavadoras, onde serão encaminhadas as águas pluviométricas e residuais.

“É aqui para onde vamos canalizar todas as águas das ruas a serem terraplanadas”, explicou “Tany” Narciso,

anunciando que a comitiva estava estacionada na rua 7 A, nas imediações das famosas ruas da Lama e Mwazambi.

As bacias encontram-se apenas ladeadas de terra, uma situação que poderá complicar ainda mais o saneamento básico da população local caso não sejam cobertas com referenciado betão armado, isso de acordo com o perito da coordenação provincial, Júlio da Silva, que levantou ainda a questão das características naturais da zona daquela e outras zonas do município, tipicamente compostas por lençóis freáticos e terreno bastante argiloso.

Perseverante na solução arranjada pela administração que dirige, “Tany” Narciso revelou que tenciona resolver situações semelhantes noutras localidades do Cazenga, como é o caso da área da cacimba’.

“Para isso, precisamos de demolir mais 50 casas”, disse o administrador do Cazenga, mencionando o facto de terem sido destruídas quatro residências no local onde foi construída a bacia hidráulica visitada.

O engenheiro Júlio da Silva recomendou o administrador do Cazenga a comunicar o caso das demolições a Bento Soito, coordenador do gabinete de requalificação dos municípios do Sambizanga e Cazenga, para tratar do realojamento da população residente na área pretendida.

“Se é a solução viável, é melhor falar já com Bento Soito, para verem o desalojamento e consequente e alojamento da população de tais áreas”, aconselhou.

Na rua da Lama, os espaços onde foram desalojadas algumas famílias estão a ser novamente ocupadas por pessoas singulares. Ergueram algumas construções sem orientação e fiscalização, uma situação que deixou bastante constrangido o administrador do número do Cazenga. “Como é possível haver mais construções no sítio onde já desalojamos pessoas”, desabafou “Tany” Narciso.

7.9 Tribunal exclui militares de um polemico caso de desalojamento

Jornal angolense

de 13 a 20 de Agosto de 2011

Quinze famílias deverão abandonar a qualquer instante o prédio “Magalhães”, situado no bairro 28, zona comercial da cidade do Lobito, província de Benguela, após decisão judicial tomada na sequência de uma acção movida pela suposta proprietária do imóvel, a senhora Helena Magalhães. Para o espanto dos cidadãos à beira do desalojamento, a decisão do Tribunal Provincial não abrangeu as demais vinte e uma famílias ali residentes, todas elas, por coincidência, de militares das Forças Armadas Angolanas (FAA). Quarta-feira, 10, dia do fecho desta edição, o cenário era de alguma agitação, com funcionários do Tribunal e agentes da Polícia Nacional prontos para o despejo, adiado, como se pôde observar, devido à renitência dos moradores.

Enquanto faziam vincar a sua posição, procuravam perceber as razões da exclusão dos militares, chegando, inclusive, a utilizar a palavra medo para descrever a “estranha” medida. “Os militares foram recebidos por nós, chegaram muito depois”, diziam alguns dos vários moradores que pretendiam chegar à fala com Helena Magalhães, na altura ausente, por isso também longe da objectiva deste semanário. A cidadã Sílvia Gomes, detentora de um contrato de arrendamento, disse que cumpriu sempre com as suas obrigações, pelo menos até ao momento em que a proprietária deixou de cobrar as rendas. “É uma autêntica injustiça, até porque este processo, que já tem quase vinte anos, deveria ter chegado ao Tribunal Supremo. É o que nós e o nosso advogado esperávamos”, frisou.

De acordo com Sílvia, a ideia da senhoria, apresentada faz tempo, era de pagar a cada morador entre 18/20 mil dólares, valor que, nos dias de hoje, “não serve para comprar casa”. Inconformada, reiterou que os moradores têm todos os documentos em dia, a comprovar os elevados gastos feitos ao longo de vários anos. “Ninguém toca nos meus móveis, nem mesmo a Polícia”, desafiou, para mais adiante sublinhar que os salários dos afectados, que rondam os 20 mil Kwanzas, são insuficientes para arrendar uma outra moradia.

Já Teresa Santiago, no prédio há 10 anos, metade do tempo da primeira interlocutora, afirmou que o “escândalo” representou um certo traumatismo para as crianças, actualmente em exames escolares. “Os nossos filhos estão atormentados com esta pouca-vergonha e o mais preocupante é que a senhora não aparece para falar conosco”, apançou.

Do Governo Provincial de Benguela, uma das entidades que recebeu documentos que dão conta do sucedido, os moradores não obtiveram ainda nenhum pronunciamento, contrariamente ao sucedido com o partido no poder, que prometeu dialogar com a cidadã que diz ser dona do “Magalhães”. Espectadora atenta, a pequena Tatiana declarou que estava bastante chateada com o que assistia, sobretudo por ter perdido uma prova final.

“Sinto-me mal, cheguei a chorar por ver o prédio cheio de polícias”, reforçou. O Angolense não conseguiu obter reacções de Helena Magalhães, pelo que continuará nesse exercício, nem tão pouco de uma das famílias que se vêem, conforme a decisão judicial, livres do desalojamento. Convidado a emitir um ponto de vista sobre o assunto, o jurista Francisco Viena começou por aventar a hipótese de os militares terem regularizada a situação arrendatária. Quando soube que o mesmo se passava com os cidadãos que deverão ser desabrigados, a fazer valer os seus próprios pronunciamentos e os documentos que exibiam, disse que se trata, efectivamente, de um caso algo complicado. “Espero estar por dentro de tudo, só assim posso fazer um comentário mais abrangente”, finalizou.

7.10 Corrida á terra em áfrica

Jornal agora
20 de Agosto de 2011

Com o sistema financeiro a ruir e o preço dos alimentos e combustíveis a disparar, quem tem ou gere dinheiro vira-se para o cultivo de alimentos ou de plantas que produzem bio diesel.

A tendência não é nova, mas no último ano teve mais visibilidade devido aos relatórios que expuseram alegadas práticas fraudulentas de compra e arrendamento de terras em África. O alerta foi dado, em 2010, pelo banco Mundial, num relatório que salientava a necessidade de transparência nos contratos, para proteger as populações do risco de perderem as suas terras.

“Estas aquisições em grande escala podem ter um custo elevado. O véu de secretismo que envolve estas transacções tem de ser levantado para que não sejam as pessoas pobres a pagar o pesado preço de perderem as suas terras”, sustentou Ngozi Okonjo-Iweal, director geral do Banco Mundial, a propósito da divulgação do documento *Rising Global Interest in Farmland* em Setembro. “Com o preço dos alimentos ainda muito volátil, os negócios com terrenos em grande escala são é uma realidade crescente no mundo em desenvolvimento e põem em evidência a necessidade de acções concertadas que beneficiem todas as partes”, acrescentou.

De acordo com o estudo (que inclui 14 países, dos quais sete são africanos), estes negócios envolveram 45 milhões de hectares, só em 2009. Um número que contrasta com a taxa de expansão média por ano (4 milhões de hectares) registada na década passada, até 2008.

O relatório salienta a necessidade de os países definirem critérios claros e reconhecerem direitos sobre as terras que permitam aos proprietários negociar directamente com os investidores por preço justos. É que para a instituição que se dedica à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento, quando os Governos locais têm um papel forte, as populações rurais colhem os frutos disso. O Banco Mundial recomenda aos investidores que respeitem os directos à terra e aos recursos e que assegurem a transparência, a consulta e participação das populações, entre outros aspectos, como a sustentabilidade social e ambiental.

Em Maio, porém, o Oakland Institute – grupo norte-americano de reflexão (think tank), sobre temas sociais, económicos e ambientais – divulgou um estudo sobre investimentos em agricultura na Serra Leoa, no qual acusa o Banco Mundial de neste país não seguir as suas próprias recomendações. O Oakland Institute justifica a acusação alegando que o Banco Mundial financia instituições e promove alterações cujos objectivos são atrair investidores e assegurar o seu acesso à terra, deixando de fora os interesses dos locais.

No mesmo relatório, são também referidos os negócios na Serra Leoa da Quifel, holding liderada por Miguel Pais do Amaral

Curiosamente, Nicolas Berggruen (sócio histórico de Pais do Amaral em vários negócios), através do instituto que leva o seu nome e em conjunto com a Comunidade da África Oriental, decidiu criar uma bolsa regional de alimentos, que permita reduzir os custos de transacções e disponibilizar informação aos agricultores. O objectivo é mitigar os efeitos especulativos na formação dos preços.

Portugueses em África com olhos na jatropa

A Quifel não a única com capitais nacionais a olhar para África como terreno fértil para negócios agrícolas. Pedro Queiroz Pereira, líder da Portucel, tem desde o ano passado a concessão de 173 mil hectares de terreno na Zambézia e mais 220 mil hectares em Manica, em Moçambique.

O projecto deverá gerar 7500 postos de trabalho e 800 milhões de dólares por ano em exportações.

A Geocapital, dos empresários Stanley Ho e Jorge Ferro Ribeiro, aguarda a concessão de terrenos para arrancar com uma plantação de jatropa em Moçambique. O projecto poderá, no futuro, incluir o cultivo de alimentos,

mas para já o objectivo é o bio combustível. A Zamcorp, empresa moçambicana participada pela Geocapital, está vocacionada para operações agrícolas no vale do Zambeze. A esta iniciativa, que aguarda há cerca de ano e meio autorização para operar, irá somar-se uma semelhante na Guiné-bissau que está ainda numa fase mais incipiente.

Os bio-combustíveis são também o que levou a Galp a Moçambique para produzir o chamado petróleo verde, assim designado por ser feito à base de planta. A Galp está a começar a explorar na Beira cerca de 10 mil hectares de jatrofa, como forma de cumprir as leis europeias, que obrigam a incorporação de 10% de energia verde nos combustíveis até 2020.

A primeira exportação de bio-combustível moçambicano, porém, não pertence a uma empresa portuguesa. Foi feita final de Julho a partir da fábrica de Manica da britânica Sun Biofuels. O destino das 30 toneladas de combustível foi os depósitos da companhia aérea Lufthansa, que à semelhança da Galp também tem de cumprir a imposição europeia.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Habitantes do município do Cavango passaram a consumir água potável

Jornal de Angola
01 de Agosto de 2011

Mais de 10 mil pessoas que vivem na sede municipal do Cuvango, província da Huíla, estão a consumir água potável, com a conclusão das obras da segunda fase da reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento.

Os trabalhos enquadram-se no programa “Água para todos” e custaram aos cofres do Estado 63 milhões de kwanzas. As obras da segunda fase duraram 120 dias e foram executados pela empresa Sela Grupo, que colocou no local um tanque de água com capacidade para bombear 600 metros cúbicos.

O director provincial das águas na Huíla, Abel João da Costa, disse que as obras da primeira fase permitiram colocar um outro tanque com capacidade para armazenar 200 metros cúbicos, referindo que além de fornecer água às moradias que anteriormente já dela beneficiavam foram feitas novas ligações a 200 residências.

Com a conclusão das obras do sistema de abastecimento, os munícipes do Cavango voltam a beber água potável a partir das torneiras de casa, ao fim de 20 anos de privação. A acção enquadra-se no programa do Executivo e vai estender-se a outras áreas da Huíla.

As ligações domiciliárias, referiu responsável das águas, estão ainda em fase de execução a partir da estação de tratamento e captação de água no rio Cuvango, onde foi colocado um tanque com capacidade para 60 metros cúbicos hora.

Abel João da Costa acrescentou que existem aproximadamente 20 quilómetros de rede, entre adutoras às linhas de distribuição. Pretende-se com isso ter uma relação comercial menos conflituosa com os consumidores, instalando medidores de água. Para esta empreitada, disse, é necessário a colaboração das pessoas no pagamento daquilo que consomem.

Cruz Jamba, um dos beneficiários, disse que as acções do governo da província da Huíla estão a melhorar a qualidade de vida das populações.

O governo está a fazer tudo para que o Cuvango volte a ter água nas torneiras, como no passado, confessando estar satisfeito com outras acções em curso no município como, por exemplo, as obras das ruas, construção de escolas e hospitais.

8.2 Programa “água para todos” chega a milhares no bailundo.

Jornal de Angola
11 de agosto de 2011

Mais de 2.500 famílias do município do Bailundo beneficiam, desde 2010, de água potável no âmbito do programa do Executivo “Água para Todos”, revelou ao *Jornal de Angola* o chefe de repartição de Energia e Águas daquela circunscrição do Huambo, Hélder David Canhara. Como resultado deste programa, lançado em 2007, foram reabilitados 34 pontos de água que chega actualmente aos habitantes das comunas do Bimbe, Lunje e sede municipal. Através do programa, estão a ser reabilitados os sistemas de captação e tratamento de água da Missão Católica do Hanga, num investimento avaliado em mais de 15 milhões de kwanzas.

O Bailundo já possui quatro sistemas de tratamento e abastecimento de água a funcionar nas comunas Bimbe, Luvemba, Lunje e sede, enquanto para o Hengue foi elaborado um outro projecto que deve funcionar até final do ano, segundo o responsável da Energia e Água, que também anunciou a expansão da rede domiciliar através de sistemas de gravidade.

Escoamento de produtos

Os camponeses do município do Bailundo enfrentam sérias dificuldades de escoamento dos produtos para os grandes centros de consumo das províncias vizinhas do Huambo e Luanda, reconheceu o responsável local da Estação de Desenvolvimento Agrário, EDA, Alcino Cungui. A falta de meios de transporte para escoamento da produção agrícola, acrescentou, tem causado graves prejuízos às cooperativas e famílias de camponeses de várias comunas, aldeias e ombalas do município do Bailundo, “já que a produção que não é consumida na região vai se deteriorando”, salientou Alcino Cungui ao *Jornal de Angola*.

“A falta de transporte e o mau estado das vias secundárias e terciárias que ligam a sede do município do Bailundo às demais comunas são as principais causas da dificuldade no escoamento dos produtos, o que está a provocar prejuízos tanto às cooperativas agrícolas como a muitas famílias de camponeses que vivem do cultivo”, acentuou. No âmbito do programa de combate à pobreza, o sector da agricultura no município apresentou ao governo da província um programa para aquisição de meios de transporte e recuperação de rede viária do município, “no sentido de facilitar a vida aos camponeses e proporcionar uma maior e melhor oferta de bens alimentares às populações que habitam as zonas urbanas da província”.

Muito rico em produção de milho, feijão, batata rena, mandioca, genguba, massambala e hortícolas, o município do Bailundo fica a 64 quilómetros da cidade capital do Huambo e tem uma população estimada em 237.610 habitantes.

8.3 Nova operadora em acção no kilamba kiox

Jornal de Angola
13 de Agosto de 2011

A recolha de resíduos sólidos no município do Kilamba Kiox, em Luanda, vai passar a ser feita; dentro em breve, pela empresa Angolana Soproenge Ambiental SA.

O director executivo, Pedro Dias, disse na quinta-feira, durante a apresentação dos equipamentos a serem utilizados, que está previsto recolher diariamente 305 toneladas de lixo. “Fizemos um investimento para satisfazer todas as necessidades dos nossos serviços. Temos 22 camiões, 23 tractores, nove Dumpers de apoio para raspar a areia nas vias e uma pá carregadora para serviços de recolha de entulhos e volumosos”, pormenorizou. Além disso, todas as viaturas têm sistema de localização através de GPS e um software exclusivo da actividade de recolha de resíduos, de forma li otimizar o registo de dados de campo e aprimorar o rendimento das equipas de trabalho.

O modelo de recolha dos resíduos sólidos e outros serviços a serem prestados pela empresa fazem parte da nova aposta do governo de Luanda, que prevê a recolha do lixo em zonas de difícil acesso.

“Vamos actuar em áreas periféricas. A recolha vai ser feita porta a porta durante o dia. Nas zonas de difícil acesso será feita através de tractores e equipamentos capazes para recolher 305 toneladas por dia. Dentro do programa de trabalho, ainda temos recursos para atender um tipo de lixo não doméstico”, explicou Pedro Dias. A empresa vai fazer a recolha de lixo numa área de 32 quilómetros, habitada por mais de um milhão de pessoas e que inclui os bairros do Popular, Golfe I, Golfe II, Palanca, Capolo, Boavista, Wengemaka 11 e Camama. Por esta área passam vias rodoviárias de referência, como a avenida Deolinda Rodrigues, as ruas Pedro de Castro Van-Dúnem (Loy), Avó Kumbi e Olímpio Maqueira.

“As pessoas devem juntar o lixo num saco plástico e pousa-lo ao lado da porta de casa para ser recolhido pela nossa empresa”, explicou.

O caderno de encargos inclui ainda varredores de rua, lavagem de vias pavimentadas, poda de árvores e recolha de volumosos.

8.4 Municipales do Prenda clamam por água potável

*Jornal angolense
de 13 a 20 de 2011*

O bairro do Prenda também faz parte do município da Maianga. Este bairro começa no sentido descendente para quem sai do aeroporto, passando debaixo da ponte, entrando pela rua da Faculdade de engenharia. Outra alternativa é para quem vêm no sentido ascendente da ponte do Zamba Dois, até a paragem do Prenda.

O bairro, em termos de estrutura, é caracterizado maioritariamente por prédios, mas existem também casas de blocos e, em algumas áreas, casas de madeira. Tem uma esquadra de Polícia, quatro escolas primárias e um Instituto Médio, o “Semione Mucune”, um Centro Médico, que presta os primeiros socorros aos munícipes da zona, encontra-se localizado na rua do chafariz do Dando (chamam-no assim porque metade dos moradores que lá vivem são do município do Dondo, Kwanza Norte).

Um dos Centros de Formação mais conhecidos é o “Adom Center”, que lecciona os cursos de Contabilidade, Francês, Inglês, Informática e outros.

De toda extensão do Prenda, apenas duas das ruas estão asfaltadas, a primeira é a chamada rua do Petrof, que vai até a escola primária do Augusto Ngangula e a outra é a rua dos Militares, passando pela outra escola primária, Posto Quinze e entre os lotes um, dois e três, terminado o asfalto no lote quatro.

O bairro possui dois mercados informais principais, conhecidos como “Praça Grande” e o “Banga Sumo”, o mercado Praça Grande, que dá o nome a uma das paragens de táxi da área, tem uma zona de venda de roupas, sapatos e outros utensílios de beleza conhecidas como área dos Cabo-verdianos, porque a maioria dos moradores são de Cabo Verde.

Na outra parte está a conhecida “Angochula”, uma pequena parcela do mercado onde durante o dia as vendedoras comercializam frutas e outras verduras, mas, por volta das dezoito horas, até de madrugada vendem “pinchos” (pedaços de carne de porco), cabrité (carne de cabrito grelhada) e muita bebida alcoólica. O bairro tem um número bastante elevado de “Janelas Abertas”, casas onde vendem bebidas alcoólicas.

No seu interior algumas ruas estão a passar por um processo de reabilitação. Estão há alguns meses trabalhadores de uma empresa de construção civil, a reabilitar passeios para posteriormente asfaltar as ruas, mas, segundo apurámos, as obras correm a um ritmo lento

como consequência as áreas em que já haviam colocado as divisões para a posterior finalização dos passeios que estão a degradar-se. Outro problema é a poeira que paira no ar por conta das obras que estão a ser feitas.

Em virtude do Projecto “Água para Todos”, que inclui o Prenda, contam os munícipes que foram colocados fontanários e fez-se a canalização de água nas residências, mas, pouco depois de alguns meses, em algumas casas deixou de jorrar água, disseram os munícipes, que na altura os homens da EPAL diziam que os próprios moços do bairro desligavam a água a partir da conduta.

Actualmente, apenas em um dos fontanários jorra o líquido, mas só de vez enquanto, frisou uma munícipe. De acordo com os moradores, há mais de três meses que toda zona do Prenda está sem água potável, obrigando-os a pagar aos moços, que fazem o trabalho de acarretar água, onde por cada bidão cobram cem kwanzas.

Quanto ao saneamento básico, verificamos que a área onde estão situados os prédios é limpa porque a recolha do lixo é feita constantemente pela Elisal empresa encarregue da limpeza, mas, importa aqui realçar que embora a recolha do lixo dos contentores seja feita todos os dias, haviam alguns prédios com muito lixo nos arredores.

“Os próprios moradores atiram lixo, água, e outras coisas mais do prédio abaixo”, denunciou uma munícipe.

Já em termos de criminalidade, os munícipes disseram que diminuiu muito em relação aos anos anteriores, tudo porque todas as quartas-feira a polícia têm efectuado buscas. Para Ângelo Casimiro, morador da rua da oitava esquadra, no que toca a criminalidade a situação melhorou bastante em relação ao ano de 2010, mas, quanto ao abastecimento de água potável disse estar péssimo, porque há mais de dois meses que não têm água, tendo que se deslocar ao bairro do Cassenda para comprar por cada bidão cinquenta Kwanzas. “A água está difícil”, lamentou.

Em relação a energia eléctrica, a fonte acima citada manifestou o seu descontentamento, pois o fornecimento tem tido muitas falhas. Já Adão Famosa, munícipe, enfatizou mais o combate a delinquência, que a Polícia tem vindo a efectuar na área, realçando que agora qualquer pessoa circula sem nenhum problema, porque os grupos existentes estão a ser todos desmantelados pela polícia. “A polícia está a trabalhar bem”, elogiou.

Vladimer Vicente, outro munícipe, acrescentou que há alguns meses apareceram alguns funcionários da EPAL na rua da 83 esquadra e montaram uma conduta de água, mas até ao momento não fizeram a ligação nas residências, apenas a Unidade da Polícia, que se encon-

tra na rua com o mesmo nome se beneficia da água que sai da conduta. “*Como é possível a conduta só abastecer a esquadra?*”, interrogou.

Quanto a diversão, Pedro Sebastião, também morador, disse que todos os fins-de-semana os jovens do bairro organizam festas e partidas de futebol.

O salão “Estrela” é o mais famoso da área por causa da grande adesão das pessoas, sendo que estes têm organizado todo tipo de eventos como: festas de aniversários, casamentos, pedidos e outras mais.

Por outro lado, no que tange a criminalidade, para o município, Benvindo Zacarias, ainda há criminalidade no bairro tendo citado Os Turmas, Anjos e Ganstar, como sendo os grupos que têm actuado na área. O mesmo acrescentou que os membros destes grupos são jovens moradores do Prenda, as suas acções são feitas normalmente a noite.

Têm lutado entre Si”, salientou, tendo acrescentado que muitas vezes usam catanas, garrafas e outros utensílios cortantes e, quanto aos moradores, têm sido vítimas destas confusões.

Outra munícipe contou que no mês passado um adolescente pertencente a um desses grupos foi morto durante uma briga de grupos. Na rua do Zé Banana, falamos com a Anciã Cecília Francisco, munícipe desde 1973, conhecida por todo bairro como “Dona Cecília”, que é a única pessoa revendedora de Gás Butano na área. Contou que durante o período nocturno não consegue dormir por causas de confusões que alguns grupos fazem. “Batem os portões para perturbar as pessoas”, reclamou.

8.5 Habitantes da cahama com água potável

Jornal de Angola
20 de Agosto de 2011

Mais de 12 mil habitantes da sede do município da Cahama, província do Cunene, estão, deste quinta-feira, a consumir água potável, com a inauguração de três sistemas de abastecimento construídos no âmbito do Programa “Água para Todos”.

Os sistemas de captação, tratamento e distribuição, com igual número de tanques com capacidade para bombear três mil litros de água por hora, foram inaugurados pelo governador António Didalelwa, com vista a proporcionar o bem-estar das populações e fornecer água potável aos habitantes.

O governador disse que o projecto, orçado em cerca de 30 milhões de kwanzas, é extensivo às outras comunidades, visando minimizar as dificuldades que a população enfrenta, neste sector.

António Didalelwa salientou que projecto vai ainda contribuir para a melhoria de abastecimento de água potável às populações da sede do município e ajudar no saneamento comunitário das áreas suburbanas e rurais da Cahama.

Construído pela empresa Sela Grupo, o referido sistema é composto ainda por painéis solares, lavandarias com quatro tanques cada e sistema de abastecimento, funcionando 24 horas ao dia através de três chafarizes. A construção dos sistemas teve a duração de 60 dias.

8.6 Programa “água para todos” chega à localidade do kinge

Jornal de Angola
22 de Agosto de 2011

As populações do Kinge, município de Calandula, 135 quilómetros a nordeste de Malange; ganharam recentemente um chafariz completamente reabilitado, no âmbito do programa “Água para todos”, concebido pelo Executivo Angolano.

Os beneficiários exprimiram a sua satisfação porque deixaram de caminhar longas distâncias à procura de água. Ana da Costa, moradora da comuna do Kinge, disse que “terminou o sofrimento de acordar todos os dias e caminhar vários quilómetros para acarretar água”. Pediu a intervenção do governo noutras zonas que também vivem o problema de falta de água. A população do Kinge pede agora energia eléctrica e a montagem de moagens, para a produção de fuba de bombó.

Para além da energia eléctrica, Ana da Costa, que falou em nome da comunidade, apontou a degradação da estrada como outra dificuldade da população do Kinge. Pediu o envio de tractores para desbravar as terras, para aumentar a produção agrícola.

O governador de Malange, Boaventura Cardoso, considerou a aplicação do projecto “Água para todos” no Kinge como o somatório de mais pontos no cômputo geral do programa, uma vez que a província tinha défice no que toca à água

“Agora queremos acelerar o prazo para recuperarmos o tempo perdido. Estamos aqui no Kinge e brevemente estamos em Kateco-KAngola, depois em Massango e outras inaugurações vão ser feitas no âmbito do

programa “Água para Todos”, prometeu Boaventura Cardoso, que antes reinaugurou outro ponto de abastecimento de água no bairro das Bananeiras, na cidade de Malange. Pediu à população beneficiária a conservação do chafariz e das manivelas inauguradas para, como disse, “levar mais tempo de vida e ajudar a minimizar as dificuldades da população”.

8.7 Modalidades de protecção social debatidas na cidade de Benguela

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2011

A população da sede municipal de Massango, 230 quilómetros a Norte da cidade de Malange, beneficia ainda este ano de um sistema de abastecimento, no quadro do programa “Água para todos”.

A informação foi dada pelo chefe de Departamento de Águas da Direcção Provincial da Energia e Águas, Lourenço Neto. O projecto vai beneficiar 3.500 pessoas. A iniciativa vai abranger também este ano, a comuna de Cateco CAngola, município de Calandula, com mais duas mil pessoas.

Segundo Lourenço Neto, o sistema de abastecimento de água, a ser instalado no município de Massango, tem um reservatório de 40 metros cúbicos, enquanto o de Cateco CAngola é de 35 mil litros. Vão ser ainda construídos cinco fontanários em cada uma das localidades.

8.8 Água ainda não é para todos

Jornal o país
26 de Agosto de 2011

Angola ainda está distante de atingir os níveis de cobertura de fornecimento de água potável à sua população, assim como o saneamento básico das suas localidades, quando comparado com outros Estados da África Austral, segundo o último estudo do Centro de Estudos e Investigação Científica, da Universidade Católica de Angola.

Neste momento, o país apresenta um índice de 40 por cento para acesso à água potável e de 50 por cento para saneamento básico, estando esta última estimativa 10 pontos percentuais abaixo dos números de cobertura nacional assegurados pelo Inquérito Sobre o Bem-Estar da População, que o Instituto Nacional de Estatística do Ministério do Planeamento publica.

Os défices existentes de acordo com os investigadores, que não se esqueceram dos constrangimentos causados

pelo longo e penoso conflito armado, podem ser ultrapassados, porque dispõe de uma rede composta por 47 bacias hidrográficas que perfazem um escoamento superficial estimado em 140 milhões de metros cúbicos, em direcção a cinco vertentes principais: o Oceano Atlântico (41%), os rios Zaire (22), Zambeze (18), Okavango (12) e a região de Etosha (2).

Para chegar aos indicadores apresentados recentemente, os investigadores Nelson Pestana “Bonavena”, coadjuvado por Eduardo Sassa e Cláudio Fortuna, usaram como paradigma situações vividas em várias localidades urbanas e rurais do país, com realce para as existentes nas províncias de Luanda e Kuando Kubango.

Mesmo sendo uma das mais privilegiadas regiões do país em termo de investimentos para o fornecimento de água e saneamento básico, Luanda ainda apresenta indicadores muito baixos. Acredita-se mesmo que a maioria dos bairros não têm redes de distribuição de água potável e o abastecimento dos seus populares é feito por chafarizes e sobretudo por camiões cisternas.

A capital do país é também um dos exemplos de como o mercado informal sobrepõe-se ao formal, uma vez que a Empresa Pública de Água (EPAL) tem cerca de 120 mil clientes registados quando a Associação de Captores e Transportadores de Água de Angola (ANGOMENHA) fornece “água a mais de três milhões de habitantes da capital”. Um estudo elaborado pela organização não-governamental Development Workshop estima em 500 milhões de dólares o volume de negócios no mercado informal do precioso líquido na capital do país.

Embora possua uma rede hidrográfica composta pelos rios Kubango Kuando e outros como Kutato, Keve, Kuzumbia, Kujamaba, Kueio, Matunga, Muhondo e outros, a situação que se vive no Kuando-Kubango em relação ao abastecimento de água potável é tido como a pior do país.

Dos nove municípios a que compõem, apenas três são apontados como tendo sistemas de abastecimento de água, nomeadamente o município sede (Menongue), Cuchie Cuangar (Comuna do Savate).

Os dados avançados indicam que a região metropolitana Benguela Catumbela-Lobito, a segunda maior concentração urbana do país, caminha a bom porto desde a implementação do projecto “Águas de Benguela”, em 2007, integrada no Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Básicos às Populações.

“Águas de Benguela” visou a construção de um novo sistema de abastecimento de água integrado (Baía Farta – Benguela -Catumbela – Labito) que permitisse distribuir 86 mil metros cúbicos de água, por dia, a cerca

de 1, 7 milhões de consumidores. Duas fases deste projecto estão concluídas, mas o surgimento de novos aglomerados coloca novos desafios às empresas de água e saneamento.

O Huambo por sua vez, apesar de possuir uma população de 2, 3 milhões de habitantes, o índice de cobertura em água potável é de 24 por cento, dispondo de uma rede de distribuição e um total de 91 pontos de água.

Foi o UNICEF que levou água a muitos populares desta província do Planalto Central através de um projecto de abastecimento desenvolvido entre 2003 e 2007.

Permitiu a implementação de chafarizes nas localidades de Cuqueta, Ussoque, Mbave, Galanga e Cumbila, graças ao financiamento de 441 mil dólares fornecido pela British Airways.

O projecto “Águas para Todos” chegou apenas entre 2008 e 2009, altura em que foram instalados quatro pequenos sistemas de água, constituídos por um furo artesiano vertical, bomba de captação e um chafariz. As localidades escolhidas foram Boas Águas (Tchicala Tcholoanga), Cruzeiro (município-sede), Missão Evangélica de Chilume (Bailundo) e Ombala da Nazaré (Langonjo).

Mas o programa foi extensivo às outras localidades como Mbave, Sambo e Samboto, ainda no Huambo. Mas na Caála, um dos principais pontos agrícolas, a maior parte da população não tem acesso à água potável e os habitantes recorrem às cacimbas desprotegidas e fontes naturais.

As portas de Luanda, Bengo contam com oito municípios, albergando quase 250 mil populares. Possui apenas três estações de tratamento de água e uma ainda em construção no Dande.

Nesta província registou-se uma seca na localidade de Quicabo, onde milhares de indivíduos que lá residem buscavam água nas povoações mais distantes que possuíam cacimbas.

9 GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Governos provinciais são chamados a promover lei que reprime violência

Jornal de Angola
5 de Agosto de 2011

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, instou em Malange os governos provinciais a elaborarem um plano de divulgação da Lei contra a Violência Doméstica, em colaboração com as autoridades tradicionais e judiciais.

Genoveva Lino, que falava no âmbito da campanha nacional de divulgação da Lei contra a Violência Doméstica, anunciou acções de esclarecimento em todas as escolas, municípios e comunas do país para realçar as vantagens legais do novo instrumento jurídico aprovado pela Assembleia Nacional.

Na cerimónia em que estiveram presentes autoridades tradicionais e religiosas, deputados e estudantes, a ministra esclareceu que a Lei contra a Violência Doméstica tem muitos aspectos educativos, capazes de contribuir para a mudança de mentalidades no sentido do diálogo, ao invés da agressão, perante conflitos familiares ou sociais.

A governante precisou que, por esse facto, o referido instrumento jurídico não prevê apenas punição, mas também a criação de condições de apoio, quer às vítimas quer aos agressores, através de mecanismos próprios de sensibilização das partes para uma convivência pacífica e harmoniosa, sobretudo no lar. A campanha nacional de divulgação da Lei contra a Violência Doméstica foi abertura segunda-feira, na cidade de Ndalatando, província do Kwanza-Norte.

O diploma legal adopta um conjunto de medidas de apoio e protecção da vítima, entre os quais se destaca a possibilidade de encaminhamento para espaços de abrigo, sempre que a gravidade da situação determine, a restrição de contactos entre a vítima e o agente do crime, sempre que a segurança da vítima

9.2 Mulheres vítimas de violências sexual apresentam mais problemas mentais

Jornal de Angola
05 de Agosto de 2011

O Governo Provincial de Malange vai construir este ano 168 escolas do 10 e 20 ciclo em vários municípios, anunciou ontem o director da Educação.

Segundo Gabriel Boaventura, a construção dos estabelecimentos de ensino enquadra-se no programa do governo que visa a inserção de mais crianças no sistema educativo, uma acção que faz parte do Programa de Investimento Público. Gabriel Boaventura precisou que o sector da Educação vai contactar as administrações municipais no sentido de as futuras escolas incluírem uma residência para acomodar os professores.

“Estamos a trabalhar em todas as componentes, de modo a criar as condições que permitam a fácil inserção do professor na localidade”, afirmou. Gabriel Boaventura esclareceu que o Ministério da Educação está a tomar algumas medidas para incentivar os professores a ensinar nas zonas rurais. “Quando nos apercebermos que um professor abandonou a sua área de jurisdição, tomamos medidas administrativas e disciplinares para que o professor regresse e retome o seu trabalho”, frisou.

O responsável revelou que a direcção da Educação criou um projecto de nivelamento académico dos professores que funcionam na zonas rurais, que teve início no municípios de Malange, Caculama, Quela, Kambundi-Katembo Kunda-dia-Base. Este projecto visa fazer o levantamento de professores com nível de escolaridade abaixo da 9ª classe.

9.3 Mulheres comunitárias formadas em liderança

Jornal de Angola
24 de Agosto de 2011

Mulheres das províncias da Huíla, do Cunene e do Namibe participam desde ontem, na cidade do Lubango, no curso regional sobre formação de lideranças femininas, no âmbito do Projecto de Fortalecimento das Competências de Mulheres de Zonas Rurais.

O projecto, promovido pela organização não governamental Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural, arrancou na cidade do Lubango com a formação de cerca de 90 mulheres, de um total de 480 em todo o país, para impulsionar a sua participação efectiva no processo de desenvolvimento.

O director do Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural, António João, explicou que a formação visa contribuir para o fortalecimento de conhecimentos teóricos e práticos das mulheres rurais para a mudança de atitudes sobre os grandes desafios do país.

António João disse que a iniciativa vai igualmente dotar as mulheres com técnicas adequadas para o desenvolvimento das comunidades e promover a sua participação nos programas integrados municipais de combate à pobreza. “Entendemos que, par: serem bem sucedidos, estes programas municipais devem contar com a participação activa da Mulheres das zonas rurais, pouco envolvimento delas nas acções intersectoriais ainda não satisfaz”, disse.

António João adiantou que o apoio às mulheres justifica-se pelo facto de elas constituírem a maioria dos cidadãos das zonas rurais e centros urbanos, embora sejam raras as vezes em que são integradas nas direcções de associações e cooperativas.

O curso aborda, até sexta-feira, temas como a “Participação da mulher rural no desenvolvimento de Angola”, “Género como construção social” e “Empreendedorismo da mulher rural como factor de desenvolvimento”.

A deputada Maria Medina incentivou, na abertura do curso, as mulheres a constituírem associações e cooperativas, como forma de terem acesso facilitado ao crédito agrícola e comercial em todas as províncias.

O Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural é uma organização não governamental Angolana fundada em 1992, com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social da mulher do meio rural.

9.4 Mulheres em sessões sobre a lei

Jornal de Angola
20 de Agosto de 2011

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher no Bengo promove na próxima segunda-feira, em Caxito, uma sessão de esclarecimento sobre a Lei contra a Violência-Doméstica, aprovada em Julho deste ano pela Assembleia Nacional.

Com este encontro, pretende-se elucidar as pessoas sobre os crimes e penas a serem aplicadas aos infractores, de forma a reduzir os casos de violência doméstica na província.

A lei assegura, entre outras questões, a legitimidade de queixa ou denúncia a todo o cidadão que tenha conhe-

cimento de factos que consubstanciem violência doméstica e institui a possibilidade de pedido de indemnização no âmbito do processo penal e nos termos da lei civil. No primeiro trimestre deste ano, foram registados 59 casos de violência doméstica do Bengo, menos sete casos do que em igual período do ano passado.

Segundo a directora da Família e Promoção da Mulher no Bengo, Joana Pinto, estão na base desta redução de casos de violência doméstica as acções de sensibilização sobre temas ligados à família, que a instituição está a desenvolver nas comunidades. Dos casos notificados destacam-se as ofensas corporais e fuga à paternidade.

9.5 Participação da mulher do meio rural em actividades sociais é muito baixo

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2011

A vice-presidente do Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural (COMUR), Joana Lina, considerou ontem, em Luanda, que a participação da mulher rural na vida social ainda é diminuta, realçando os desequilíbrios e diferenças em relação ao género feminino.

Joana Lina falava na abertura do Projecto de Fortalecimento das Competências das Mulheres Rurais, que tem como objectivo fortalecer o papel social da mulher no campo.

O projecto de formação, que abrange as dezoito provinciais do país, é uma iniciativa do Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural.

“A mulher rural deve participar em projectos específicos nas áreas de micro-crédito, formação profissional, educação para a saúde e prevenção contra as doenças endémicas”, disse, acrescentando que ela é, em muitos casos, o elemento principal da estabilidade, coesão e sustento das famílias.

Joana Lina considerou a formação como uma oportunidade de envolver os vários membros da sociedade (famílias, comunidades e associações) no desenvolvimento de Angola.

“Este projecto vai servir de instrumento para o desenvolvimento e animação no meio rural. Pretendemos estabelecer uma relação directa entre a formação e os vários papéis que cada uma, enquanto mulher, vai desenvolver”, disse.

A responsável salientou que o Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural pretende, com esta formação, identificar as principais dificuldades da mulher rural e estudar a forma de levá-la a participar activamente na vida económica e social.

Agenda recheado o projecto, que se estende até 10 de Setembro, deve formar 480 mulheres rurais em todo o país.

Durante três semanas, as participantes receber conhecimentos sobre os temas “A dinamizadora como actor social”, “A dinamizadora como líder”, “A participação da mulher rural no desenvolvimento de Angola”, “Género como construção social”.

“O empreendedorismo da mulher rural como factor de desenvolvimento” e “Boa governação das associações ou cooperativas”, entre outros.

9.6 Lei sobre violencia domestica: sociedade chamada a denunciar

Jornal semanario factual
20 a 27 de Agosto de 2011

A violência doméstica refere-se a qualquer tipo de acção de violência praticada contra o ser humano que resultem em danos físico e moral.

As mulheres são as mais vulneráveis à violência no seio familiar. Muitas delas sofrem em silêncio ao achar por bem não denunciar os maridos, pois - comum estes simplesmente negarem as acusações, ao afirmar que elas ao muito exageradas.

Existem, ao mesmo tempo, os maridos que, após espancar as esposas, caem no, arrependimento, prometendo nunca mais voltar a ter a mesma atitude, mas tais desculpas juram apenas certo tempo, mas depois ocorre novamente a mesma situação.

Em conversa com o Factual, Maria Gaspar (nome fictício) revelou ter tido um relacionamento que durou cerca de 14 anos, mas, por falta de compreensão com o parceiro e pelos constantes actos de violência, acabaram por se separar.

“Embora tenhamos dois filhos, tive de desistir da relação, pois estava a deixar-me muito mal. Ele agredia-me quase todas as semanas e eu ficava com hematomas; ele nem se quer dava os cuidados necessários aos filhos; eu tinha de fazer tudo, mas, no fim, ainda era espancada”.

Maria, já hoje no seu segundo relacionamento, afirma sentir-se melhor do que antes, visto que, dentro do lar, existe compreensão e respeito de ideias com o

actual parceiro. Nem todas têm a mesma sorte, muitas acabam ainda por estar pior do que antes, o que faz que as mulheres, face aos maus-tratos ou represálias para com as crianças, optem em permanecer com o mesmo marido.

Influência comportamental da violência doméstica

Não existe um único perfil para o agressor, por um lado, há aqueles cuja violência é esporádica, por outro, uns são criados num ambiente de extrema controvérsia doméstica, passando a sua infância num ambiente hostil, no qual a agressão física e psíquica é o prato do dia.

Muitos homens consideram aceitável ou normal bater numa mulher, partindo do conceito de que o marido tem o direito sobre a esposa, conceito aprendido a partir dos progenitores.

De acordo com especialistas, um homem criado num ambiente de violência no seio familiar aprende com o pai, logo na infância, a desprezar as mulheres. Ele aprende o ensinamento de que sempre tem de haver sobre a mulher e a maneira de fazer isto é tratá-la como objecto.

Neste caso, a socióloga Ana Celestina aconselha a família a ter mais cuidado com os filhos, uma vez tais factos podem afectar psicologicamente a criança e serem um dos grandes factores para a má relação social e afectiva posteriormente.

Causas da violência doméstica

Existem várias causas que possam influenciar na geração de um conflito dentro de um lar, como a endógena internas pessoa que nascem com tais tendências), antecedentes em violência doméstica, o desemprego, o uso abusivo de drogas e bebidas alcoólicas, não conclusão do nível médio de escolaridade, renda de vida muito baixa, formação cultural diferente entre o casal, más companhias ...

Acredita-se, igualmente, que a maioria das violências contra a mulher é causada urna vez que as pessoas se envolvem, primeiro, antes de conhecer a outra pessoa. Neste caso, há necessidade de conhecer a família, descobrir se a pessoa tem boa índole, a fim de saber com quem está a envolver-se. Sempre que for vítima de algum tipo de violência, deve tomar-se atitude como comunicar às autoridades para se prevenir e evitar que tal situação atinja o extremo.

Responsabilidade

À violência domestica A sociedade agora é chamada a denunciar os tipos de crimes domésticos no seu seio, no sentido de se preservar o respeito no género, bem como a convivência à luz da paz e da tranquilidade familiar, para que cresça num ambiente de harmonia.

Face aos constantes casos de atrocidades que se caracterizavam no seio da família, o Executivo achou por oportuno a aprovação da lei que assegura a legitimidade de queixa ou denúncia do cidadão que tenha conhecimento de factos que resumam em violência doméstica.

O diploma institui a possibilidade de pedido de indemnização no âmbito do Processo Penal e nos termos da lei civil. A lei cria novos tipos penais públicos e as respectivas sanções, destacando-se a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível, a falta de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida, o abuso sexual de menores, idosos sob tutela ou guarda, a apropriação indevida de bens de herança que pelo seu valor atente contra a dignidade social dos herdeiros, sonegação, alimentação ou oneração de bem patrimonial da família, tendo em conta o seu valor pecuniário, a prática e a promoção de casamento tradicional com menores de 14 anos.

O diploma resulta da necessidade de conformar a proposta de Lei do Executivo aos princípios da garantia jurídico-criminal, a conciliação e coesão familiar, a reinserção e a protecção à vítima e à oportunidade de sancionar e responsabilizar os actos que atentem contra a mulher grávida, menor, idoso e pessoas, psicológica, física e economicamente vulneráveis e práticas tradicionais que atentem contra a dignidade humana.

Possibilitar os actos que atentem contra a mulher grávida, menor, idoso e pessoas, psicológica, física e economicamente vulneráveis e práticas tradicionais que atentem contra a dignidade humana.

À procura de Ajuda

Maltratar a esposa é uma violação de todos os princípios. O homem “e o talento pode mudar de comportamento caso se decide. Em contrapartida uma das vias mais recomendáveis é adquirir conhecimentos religiosos em que aprenda a encara a sua esposa não como uma escrava mas como uma companheira não inferior e merecedora de toda a honra.

10 AMBIENTE

1.1 Projecto de construção de mini-hídricas leva a luz a meio milhão de casas

Jornal de Angola
03 de Agosto de 2011

O secretário de Estado das Relações Exteriores, Rui Mangureira, anunciou ontem, em Luanda, que está em curso no país a elaboração de estudos de impacto ambiental para vários projectos de construção de mini hídricas, que vão permitir o acesso à electricidade a cerca de meio milhão de famílias e criação de mais de dez mil novos postos de trabalho.

Rui Mangureira, que falava na “Segunda sessão do diálogo de parceria estratégica no sector de energia”, entre Angola e os Estados Unidos da América, garantiu que com o programa de industrialização de Angola em curso, o aumento da produção de energia torna-se necessário para responder às exigências do desenvolvimento e às expectativas de melhores condições de vida das populações.

“Estas iniciativas e projectos de exploração de bio-combustíveis representam oportunidade de cooperação entre os dois países, quer no âmbito público quer no privado.” O secretário de Estado das Relações Exteriores indicou que neste momento estão em curso trabalhos de reabilitação e expansão da rede de energia eléctrica em Cabinda, Saurimo, Caxito, Dundo, Porto Amboim, Sumbe, Huambo, Caála, Lubango, Namibe e Tômbwa. Em Luanda, continuam a decorrer trabalhos de reabilitação e expansão da rede eléctrica. Rui Mangureira afirmou que o país contribui para a segurança energética dos Estados Unidos da América, cujas empresas de exploração de petróleo e gás operam em Angola.

Defendeu que os dois países devem dar um novo impulso à cooperação com a realização de acções práticas, não só no que concerne à energia, como em outras áreas.

“Esta é uma área de interesse comum que deve merecer a nossa atenção no que concerne ao seu desenvolvimento, protegendo e conservando o meio ambiente, garantindo melhores condições de segurança contra os perigos transnacionais, encorajando parcerias para o reforço e desempenho do sector privado.” Rui Mangureira realçou que para o Executivo este diálogo de parceria estratégica com os Estados Unidos está adequado ao momento que o mundo vive e inscreve-se na necessidade urgente de reconstrução nacional em que Angola está engajada e ao projecto de desenvolvimento nacional e da projecção do país no plano internacional.

O secretário de Estado das Relações Exteriores disse que este mecanismo de consultas e cooperação foi criado com o objectivo de incrementar as relações bilaterais em questões como democracia e desenvolvimento, segurança energética global e paz e estabilidade global.

Disse que o encontro entre os dois países permite entender a dinâmica que a paz e a democracia estão a imprimir na sociedade Angolana, criando oportunidades, realizando expectativas dentro de um processo de desenvolvimento abrangente inclusivo. “Num continente confrontado com grandes desafios de instabilidade e de conflitos em que alguns países estão a viver sérias convulsões sociais, Angola tem sabido firmar-se como um exemplo de estabilidade, tolerância e inclusão política, continuando a dar passos seguros dentro de uma estratégia nacional para consolidar a democracia, a liberdade de expressão e incentivar o desenvolvimento económico e social em África.”

Energias limpas

O secretário de Estado da Energia, João Borges, disse que o Executivo tem um plano de electrificação em curso, denominado “Aldeia Solar”, que consiste na instalação de painéis solares em centros populacionais, para levar electricidade às instalações essenciais, como postos de saúde, escolas e edifícios administrativos.

Esta acção vai criar emprego, combatendo a pobreza. Isso, segundo o secretário de Estado, implica um esforço financeiro e adopção de políticas de fomento de utilização destas tecnologias. Disse que o Executivo está interessado em desenvolver capacidades no domínio das energias limpas e renováveis para servir cerca de 70 por cento da população que vive sem acesso à electricidade. Lembrou que o Executivo elaborou um programa de reabilitação de centrais eléctricas destruídas durante a guerra.

10.2 Programa sobre saneamento é lançado nas comunidades

Jornal de Angola
04 de Agosto de 2011

O Ministério do Ambiente perspectiva lançar, no próximo ano, um programa denominado “Educação para o Saneamento nas Comunidades”, para sensibilizar e mudar a mentalidade dos cidadãos em questões ambientais.

Segundo o chefe de departamento de educação ambiental, Nascimento Soares, o programa vai, de forma ininterrupta, promover campanhas sobre questões ambientais para melhorar a qualidade de vida da população.

Nascimento Soares explicou que está em curso, desde o ano passado, o projecto “Campanha alargada de educação ambiental e cidadania”. Referiu que o Departamento de Educação Ambiental atingiu, em seis meses, com as acções de formação e sensibilização, 12 mil pessoas, em Luanda.

Quadros do Ministério do Ambiente das 18 províncias, representantes de organismos internacionais e da sociedade civil, parceiros e doadores avaliaram, entre segunda-feira e ontem, as linhas estratégicas do Plano Nacional de Gestão Ambiental para o período 2012/2017. Durante o seu terceiro Conselho Consultivo, a ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, afirmou que apesar dos constrangimentos de ordem financeira o sector continua a programar acções de educação e consciencialização dos cidadãos, tanto nas escolas como a nível das comunidades, para que se tenha uma educação ambiental mais adequada.

Fátima Jardim afirmou que a denúncia de práticas lesivas tem servido para a sensibilização e mudança de atitudes para a conservação e preservação do meio ambiente. Defendeu, por isso, o reforço das administrações, através da formação dos agentes, e a transformação dos serviços de auditoria para compensar os danos causados ao ambiente.

Disse ainda que a aplicação da Lei de Base do Ambiente e os respectivos regulamentos têm sido melhorados pelo pacote legislativo aprovado, tendo em conta a organização progressiva das funções descentralizadas do ambiente no país.

No âmbito da campanha de sensibilização ambiental para uma Angola mais verde, a ministra do Ambiente visitou ontem o município do Alto Zambeze, na companhia do governador João Ernesto dos Santos “Liberdade”.

10.3 Administração do cacuaco tem plano de contingencia

Jornal de Angola
07 de Agosto de 2011

Um plano de prevenção para a época das chuvas no município do Cacucaco, em Luanda, foi aprovado ontem pelos membros do conselho municipal, em reunião dirigida pelo administrador Manuel Cafussa.

Para o efeito, foi criada urna comissão composta por membros afectos às repartições dos serviços técnicos, ordenamento do território, urbanismo e ambiente, fiscalização, assuntos sociais, saneamento básico, energia e águas.

As acções vão ser dirigidas para as zonas críticas, onde habitam pessoas que necessitam de intervenções pontuais, escolas, postos e centros de saúde, reservas fundiárias e vias secundárias e terciárias.

As últimas chuvas que caíram sobre a província de Luanda provocaram um rasto de destruição, entre mortes, feridos, inundações de casas, ruas e campos de cultivo.

O administrador Manuel Cafussa apelou aos membros das comissões de moradores, autoridades tradicionais e líderes religiosos para que participem nos programas sociais em curso.

O administrador do município do Cacucaco solicitou o reforço da sensibilização dos munícipes, através de palestras, sobre o perigo que correm em termos de saúde pública, se não forem melhorados o saneamento e a higiene do meio e o tratamento da água.

10.4 Chuvas, o grande fiscalizador das obras

Jornal o independente
13 de Agosto de 20

Oficialmente termina a extação de cacimbo a 15 de Agosto de cada ano, naturalmente inicia a época quente ou então a extação chuvosa, preocupantes para a maior parte da população da cidade capital, principalmente da periferia, merce dos habituais constrangimentos.

Em Luanda a época chuvosa, de certa maneira, provoca destruições várias, deslizamento de terras, transbordo dos colectores, deformação do pavimento rodoviário e passeios, inundações de vastas áreas habitadas e outros constrangimentos provocados pelo mau estado técnico de grande parte da rede de esgotos, pelas construções anárquicas em linhas naturais de água e seu consequente estreitamento, resultando na diminuição da capacidade de escoamento dos colectores e valas de drenagem e ainda por conter, em parte ou na totalidade, lodos sépticos sedimentados ou resíduos sólidos acumulados em grandes extensões.

Com o seu início as preocupações dos cidadãos aumentam, aqueles que vivem em áreas de risco e cuja topografia é principalmente plana com condições de drenagem precária ou inexistentes terão os dias contados.

A morfologia territorial e urbanística de Luanda é caracterizada por áreas plana e planáltica irregular da qual ressaltam elevações montanhosas de transição para a litorânea, sendo que em algumas partes da pri-

meira é notório a natureza argilosa dos solos, de difícil infiltração, que a conferem características susceptíveis a alagamentos quando a ocupação urbanística é feita desordenadamente e principalmente quando não há infraestruturais prévia adequada.

Importa realçar que os problemas de Luanda, neste aspecto, são de natureza estrutural, começando pela periferia ou áreas suburbanas, onde os espaços adjacentes as linhas naturais de água e valas de drenagem foram ocupadas, impedindo o livre escoamento das águas pluviais.

O sistema de micro drenagem entrou praticamente em colapso e tende a agravar-se em direcção ao centro da Cidade se não agir já em conformidade com o surgimento dos grandes edifícios, por estes constituir como problemáticos para as infra-estruturas públicas de drenagem que continuam sendo as mesmas, dimensionadas e implantadas na segunda metade do século passado.

A história das cidades reporta a inundação urbana como uma ocorrência tão antiga quanto o surgimento dos aglomerados urbanos e acontece quando a água sai do leito de escoamento devido a falta de capacidade de transporte dos sistemas de drenagem e áreas utilizadas pela população.

A inundação também pode ser ampliada em função das alterações produzidas pelo homem para urbanização, através da impermeabilização das superfícies e Luanda não foge a regra, isto confirma-se pela sua história de crescimento urbano em que as primeiras infra-estruturas para o efeito começaram a surgir na segunda metade do século passado após as grandes enxurradas dos anos 60 que inundou e soterrou a baixa da cidade.

Registaram-se sempre inundações nos chamados musseques, talvez não com a mesma gravidade actual, mas aconteceram e continuam acontecendo na actualidade em áreas periféricas às valas de drenagem, aterradas pela população até ao quase desaparecimento das mesmas, para efeitos de habitação e em bairros onde não se acautelaram os pressupostos de drenagem pluvial artificial quando construíram sobre as linhas de água natural.

O centro urbano não apresenta problemas com dimensões idênticas aos dos bairros suburbanos, por estarem na magistraturas com sistema de colectores públicos, ainda que estas funcionem deficientemente por falta ou irregularidade de manutenção, submetidos que estão aos esforços externos por cargas excessivas de veículos pesados e antiguidade.

As inundações dos bairros suburbanos só passarão a ser, gradativamente, acontecimentos do passado quando os

projectos de reabilitação e requalificação passarem a ser integrados de forma coerente com as irruaestruturas existentes e projecta das e com as áreas circundantes habitadas, tendo-as como unidades funcionais interligadas, concebidas na base de um plano director de desenvolvimento urbano. Se assim não acontecer estaremos remendando a velha manta com pedacinhos novos.

Para acautelar os impactos negativos que podem advir das intensidades das chuvas que se avizinham a Elisal e o GPL iniciaram, na primeira semana de Julho, a limpeza e reperfilamento das valas de drenagem que constituem a macro-drenagem da cidade.

Esta actividade é caracterizada por imensos constrangimentos, resultantes da ocupação desordenada das áreas adjacentes que não possibilitam a movimentação adequada das máquinas e agravadas com a deposição constante de resíduos sólidos nos troços já limpos.

As longas extensões das valas e as dificuldades de penetração e movimentação dos equipamentos, em muitos pontos, têm sido factores de ponderação para o aumento do número de empresas operadoras envolvidas no processo, de forma a tornar célere a limpeza e sua posterior manutenção, dada a aproximação das chuvas.

Pelo facto a população deve ter um comportamento cívico adequado para que os trabalhos em curso se desenvolvam sem grandes constrangimentos. O mesmo serve para a edilidade no tocante a sensibilização dos munícipes para um maior envolvimento em termos participativos.

10.5 Plano para protecção ambiental lançado em Luanda

Novo jornal

19 de Agosto de 2011

O Ministério do Ambiente e a Total EP lançaram esta semana, em Luanda, um protocolo de cooperação para o financiamento de três projectos que visam promover e dinamizar as políticas relacionadas com a gestão e protecção ambiental.

O projecto, assinado em Dezembro do ano passado, está orçado em mais de cinco milhões de dólares norte-americanos e terá a duração de dois anos, com o apoio financeiro da empresa petrolífera Total EP Angola.

Os projectos visam a instalação do Centro de Alterações Climáticas e Biodiversidade, a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em Angola (MDL), bem como a campanha Nacional de Protecção da Biodiversidade e Reflorestação. O Centro de

Alterações Climáticas e Biodiversidade estará vocacionado para a pesquisa interdisciplinar sobre a biodiversidade dos diferentes ecossistemas, através da avaliação específica dos efeitos das alterações climáticas nas comunidades locais, a nível nacional, com a instalação de dois laboratórios móveis.

Já o projecto de Implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em Angola, vulgo MDL, passará a inventariar as emissões de gases base de Angola, a reportar às organizações internacionais e desenvolver os planos nacionais para as alterações climáticas. O projecto de Protecção da Biodiversidade e Reflorestação terá como objectivo a sensibilização ambiental das populações, através dos seus parceiros, bem como a transferência do “know-how” sobre a biodiversidade.

Chamada a intervir na cerimónia, a Ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse que os projectos a implementar irão apoiar a concretização do programa do governo com destaque para as alterações climáticas. “Em 2011, ano mundial das florestas e da biodiversidade, a preservação é uma responsabilidade de todos nós para que vivamos num ambiente cada vez mais puro e consigamos legar, assim, um mundo melhor às nossas gerações”, sublinhou a ministra. Fátima Jardim afirmou ainda que as políticas públicas para o ambiente constituem uma nova área da sociedade moderna e consolida o pensamento do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o director adjunto da Total, Jorge de Abreu, recordou que o processo culminou em Dezembro último com a assinatura de um protocolo que contempla o financiamento da sua empresa e parceiros dos três projectos acima referidos.

Os projectos, que visam igualmente combater a desflorestação, o aumento das campanhas de arborização das cidades, bem como atenuar o impacto do consumo da lenha nas comunidades rurais, foram aplaudidos por alguns parceiros do executivo ambiental.

A Rede ambiental Maiombe, na voz do seu secretário-geral, Rafael Miguel Neto, saudou a iniciativa do governo, e disse acreditar que os programas serão viáveis tendo em conta a inserção da sociedade no programa que visa a recuperação da biodiversidade.

“Achamos que a implementação deste projecto é bem vinda porque irá permitir a participação de toda a comunidade, quer seja, pessoas singulares e colectivas, que poderão dar o seu contributo àquilo que é um projecto comum que visa a conservação e a protecção do ambiente”, concluiu o secretário geral da plataforma das organizações ambientais.

10.6 Angola vai ter sistema de alerta contra as calamidades naturais

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2011

O país vai dispor, dentro em breve, de um sistema de alerta rápido e eficaz para a prevenção e mitigação das cheias na bacia hidrográfica do rio Zambeze, anunciou ontem, em Luanda, o director nacional dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas.

Manuel Quintino, que discursava na sessão de abertura da consulta pública sobre o “Projecto de gestão de cheias e estratégia de alerta rápido da bacia hidrográfica do rio Zambeze”, disse que o sistema vai servir para prevenir e mitigar fenómenos naturais que possam ocorrer ao longo da bacia hidrográfica do rio Zambeze.

O objectivo da consulta pública é a recolha de contribuições para a elaboração de um quadro de gestão das cheias em Angola e para uma estratégia para o estabelecimento de alerta rápido a nível da Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC). “O sistema de alerta rápido é um mecanismo que permite atempadamente tomar todas as medidas necessárias para minimizar ou mitigar todo e qualquer impacto negativo que venha a resultar de uma calamidade natural”, esclareceu. Considerada a quarta maior do continente africano, a bacia hidrográfica do rio Zambeze tem uma extensão de 2.575 quilómetros, e é partilhada por oito países, nomeadamente, Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

O director nacional dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas disse que existem vários projectos para a bacia hidrográfica, no quadro da implementação do Plano de acção da SADC.

Manuel Quintino reconheceu os esforços recentes da organização na conclusão do projecto de sincronização de barragens, e de Angola no processo de elaboração do plano director geral de aproveitamento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Zambeze, no território nacional.

10.7 Rangel prepara condições para evitar as inundações

Jornal de Angola
25 de Agosto de 2011

A administradora do Rangel pediu, ontem, aos moradores daquele município que se mantenham serenos durante o período das chuvas, garantindo que a administração já “arregaçou as mangas” para evitar inundações. Maria Clemente da Silva, que fez apelo em declarações à Angop, afirmou ter já visitado algumas áreas para ter uma ideia de como elas podem ficar durante as chuvas.

“Já estive a ver algumas ruas que estão a ser melhoradas pela Empresa Nacional de Construção e Infraestruturas Básicas, na zona da Terra Nova, e por isso peço aos munícipes que estejam tranquilos”, disse Maria Clemente da Silva.

A comuna do Rangel, declarou, tem algumas ruas que estão a ser terraplanadas para haver melhor circulação, sobretudo, rodoviária.

Em relação ao Marçal, referiu, estão a ser recuperados os meios técnicos à disposição da administração municipal para, no mais curto espaço de tempo, começarem a ser feitos a sucção das águas e outros trabalhos.

As valas e sarjetas, adiantou, estão a ser limpas para poderem escoar, com normalidade, as águas pluviais e residuais.

10.8 Chuva a caminho e estradas debilitadas

Novo jornal
26 de Agosto de 2011

Com o aproximar da época chuvosa, muitos são os automobilistas que estão agastados com o mau estado das estradas de Luanda. Segundo algumas pessoas, as “autoridades tiveram tempo suficiente para arranjar o tapete asfáltico”.

Uma pesquisa feita pelo Novo Jornal dá conta que a maioria das vias de Luanda encontram-se degradadas. A avenida Ngola Kiluanje, mesmo na ausência de chuva, é tida para os motoristas como a via mais precária, uma vez que todos os dias se encontra inundada.

A estrada do Senado da Câmara foi reabilitada há algum tempo, mas, infelizmente, para circular naquela via é preciso ter muita paciência, apesar de haver já indícios de início de obras para melhoria da referida via, com trabalhos de terraplanagem.

Se na época de cacimbo, circular no interior dos bairros é já uma dor de cabeça, que dizer então no tempo chuvoso, que agora chegou e a via do bairro da Mabor, que no lugar do asfalto tem areia e buracos, é bem a resposta para isso.

Para, quem quer fugir ao engarrafamento da Avenida Brasil e tiver que passar pela Avenida Comandante Valódia terá que enfrentar os excessivos buracos que aquela estrada apresenta, sem contar com as águas estagnadas.

Alguns automobilistas que falaram à nossa reportagem não esconderam o seu descontentamento com o mau estado daquelas vias.

“Isto é inadmissível. Se no tempo de cacimbo isto está assim, imagine quando a chuva começar a cair?”, questionou Adão Manuel, acrescentando indignado: “Sinceramente, não sei o que é que os administradores municipais fazem em prol dos municípios”.

Para o automobilista Cândido João não há motivos para as estradas de Luanda ficarem degradadas, porque, segundo ele, com o pagamento da taxa de circulação o Estado pode reparar as vias.

“Nós pagamos a taxa de circulação, mas mesmo assim não satisfazem o nosso desejo de ver as estradas, pelo menos, sem buracos”, revelou. Maria de Lurdes é de opinião que “a má fé” de alguns administradores tem como resultado as condições precárias em que se encontram muitas vias de acesso. “Muitos administradores não trabalham, nem dedicam a mínima atenção aos problemas das estradas. E, como sempre, nós, que transitamos nestas estradas péssimas, é que sofremos, porque eles não vivem nestas zonas”, caracterizou a jovem automobilista. “É necessário e urgente que arranjem estas vias.”